

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TACIANA FERRON

VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE JOVENS  
DO PROJOVEM ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - PR

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO  
2017

VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE JOVENS DO PROJOVEM  
ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - PR

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**TACIANA FERRON**

**VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE JOVENS  
DO PROJÓVEM ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PR**

**DISSERTAÇÃO**

**PATO BRANCO  
2017**

**TACIANA FERRON**

**VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE JOVENS  
DO PROJÓVEM ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Prof. Dra. Norma Kiyota

**PATO BRANCO  
2017**

F396v

Ferron, Taciana.

Vulnerabilidade social juvenil: uma análise a partir de jovens do Projovem Adolescente no município de Pato Branco – PR / Taciana Ferron. – 2017.

118 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Kiyota

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2017.

Bibliografia: f. 103 – 108.

1. Assistência social. 2. Política pública. 3. Política social. 4. Serviços para a família. I. Kiyota, Norma, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD 22. ed. 330



---

## **TERMO DE APROVAÇÃO Nº 115**

### **Título da Dissertação**

**Vulnerabilidade social juvenil: uma análise a partir de jovens do Projovem  
Adolescente no município de Pato Branco (PR).**

### **Autora**

**Taciana Ferron**

Esta dissertação foi apresentada às 14 horas do dia 25 de agosto de 2017, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Dr<sup>a</sup>. Norma Kiyota – IAPAR  
Orientadora

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Vargas Netto Oliveira  
UNIOESTE – Examinadora  
(através de parecer escrito)

Prof. Dr. Gilson Ditzel Santos – UTFPR  
Examinador

Prof. Dr. Edival Sebastião Teixeira – UTFPR  
Examinador

Visto da Coordenação

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria de Lourdes Bernartt  
Vice-Coordenadora do PPGDR

**O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelo dom da Vida, pela saúde que me concedeu ao longo deste caminho, pela Luz e pela Proteção, que me conduziram em todos os momentos.

A minha família, que teve a grandeza de compreender minhas ausências e verbalizar o seu apoio. Em especial, aos meus pais, Atecir e Dileta, para quem as palavras não existem ao descrever tudo o que eles significam para mim, sempre e cada vez mais. Meus Mestres de tantos aprendizes. Obrigada.

Ao meu companheiro, Tiago, com quem tenho compartilhado minha vida, por sua compreensão e estímulo nos momentos difíceis. Agora, temos nossa menininha, a Heloísa, que chegou para colorir ainda mais nossas vidas. A “Jóia” mais preciosa da minha vida”, a ela todo meu amor.

A minha orientadora, Norma Kiyota, pelo conhecimento compartilhado, pela paciência, carinho, dedicação e humildade no nosso relacionamento orientador/orientando. Por ter respeitado o meu tempo, os meus limites, as dificuldades e as crises nessa trajetória tão árdua. Que o vínculo construído nessa relação fortaleça-se. Enfim, Obrigada!

Agradeço a todos os professores do PPGDR, pelos ensinamentos, sempre induzindo-nos a pensar criticamente.

Aos jovens participantes da pesquisa que se disponibilizaram a partilhar as suas vivências e percepções. Sou imensamente grata, por concederem as suas falas e disporem o seu precioso tempo.

Valeu!

## RESUMO

FERRON, Taciana. VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE JOVENS DO PROJovem ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PR. 2017. 118 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2017.

A vulnerabilidade social abarca uma diversidade de fenômenos que não se limita apenas à insuficiência de renda, mas perpassa questões de ciclos de vida, gênero, etnia, orientação sexual e outros e está intimamente associada ao processo de desenvolvimento de uma sociedade. Em especial os jovens têm sido um segmento da população que tem se apresentado como emergente no cenário da vulnerabilidade social e têm sido considerados, por diversas vezes, frágeis para enfrentar adversidades cotidianas. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a percepção de jovens participantes e não participantes do Projovem Adolescente do Centro de Referência de Assistência Social Paulina Bonalume Andreatta no município de Pato Branco - PR, sobre vulnerabilidade social relacionada ao próprio ciclo de vida, família, trabalho, educação e política pública. Metodologicamente, foi uma pesquisa de cunho social e exploratório. Realizou-se uma pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo com análise de conteúdo. Inicialmente, foi realizada a análise de agrupamento de dados sobre o perfil socioeconômico de famílias com a presença de jovens entre 15 e 29 anos, residentes no município de Pato Branco – PR, que estão inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, com o objetivo de caracterizar o cenário da pesquisa. Depois, utilizou-se a entrevista semiestruturada para compreender a percepção de jovens participantes e não participantes do Projovem adolescente sobre aspectos de vulnerabilidade social relacionada ao seu próprio ciclo de vida. As famílias analisadas apresentaram características de escassos recursos físicos e humanos, o que sugere a exposição de seus membros, sejam eles, crianças, jovens, adultos ou idosos, a situações de vulnerabilidade social. A percepção dos jovens indica que a condição social e econômica de suas famílias, o local onde residem, as relações familiares e locais, a insuficiência de atividades para lazer e os casos de gravidez na adolescência apresentam fatores que fragilizam e dificultam as suas vidas quanto a conseguir um trabalho, ter um rendimento adequado na escola e ter uma boa convivência familiar e comunitária.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade social, Jovens e Política Pública.

## ABSTRACT

FERRON, Taciana. YOUTH SOCIAL VULNERABILITY: AN ANALYSIS FROM YOUNG PEOPLE OF THE ADOLESCENT PROJOVEM IN THE MUNICIPALITY OF PATO BRANCO - PR. 2017. 118 f. Dissertation (master's degree in Regional Development) - Postgraduate Program in Regional Development, Federal Technological University of Paraná. Pato Branco, 2017.

Social vulnerability encompasses a diversity of phenomena that is not limited to income insufficiency but pervades issues of life cycles, gender, ethnicity, sexual orientation and others and is closely associated with the development process of a society. In particular, young people have been a segment of the population that has emerged as an emerging social vulnerability scenario and have been considered, on several occasions, fragile to face daily adversities. This research had the objective of analyzing the perception of young participants and nonparticipants of the Projovem Adolescent of the Paulina Bonalume Andreatta Social Assistance Reference Center in the city of Pato Branco - PR, about social vulnerability related to the life cycle, family, work, education and public policy. Methodologically, it was a research of social and exploratory nature. Quantitative and qualitative research was carried out with content analysis. Initially, the analysis of data grouping on the socioeconomic profile of families with the presence of 15 to 29 year olds living in the municipality of Pato Branco - PR, which is part of the Cadastro Unico para Programas Sociais - CadÚnico, was carried out. objective of characterizing the research scenario. Then, the semi-structured interview was used to understand the perception of young participants and nonparticipants of the Projovem adolescent on aspects of social vulnerability related to their own life cycle. The analyzed families presented characteristics of scarce physical and human resources, which suggests the exposure of their members, be they children, young people, adults or elderly, to situations of social vulnerability. Young people's perception indicates that the social and economic condition of their families, their place of residence, family and local relations, lack of leisure activities and teenage pregnancy present factors that weaken and hinder their lives in terms of get a job, have an adequate income in school and have a good family and community coexistence.

**Keywords:** Social vulnerability. Young end Public policy.



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - POPULAÇÃO DE JOVENS NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AGREGADAS POR FAIXA ETÁRIA E SEXO.....	50
TABELA 2 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS COM JOVENS DO CADÚNICO POR CLUSTER, PATO BRANCO, 2016.....	51
TABELA 3 - PRINCIPAL TRABALHO EXERCIDO PELO RESPONSÁVEL DAS FAMÍLIAS COM JOVENS DO CADÚNICO, PATO BRANCO, 2016.....	52
TABELA 4 - MATERIAL PREDOMINANTE NA CONSTRUÇÃO DAS PAREDES DOS DOMICÍLIOS DAS FAMÍLIAS COM JOVENS DO CADÚNICO, PATO BRANCO, 2016. ....	54
TABELA 5 - ÀGUA ENCANADA EM, PELO MENOS, UM DOS CÔMODOS DO DOMICILIO DAS FAMILIAS COM JOVENS DO CADÚNICO, PATO BRANCO, 2016.....	55
TABELA 6 - DOMICÍLIO COM BANHEIRO OU SANITÁRIO NAS FAMÍLIAS COM JOVENS DO CADÚNICO, PATO BRANCO, 2016. ....	56

## LISTA DE SIGLAS

CadÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais  
CEB – Câmara de Educação Básica  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
EJA – Ensino para Jovens e Adultos  
FNBEM - Fundação Nacional do Bem-Estar ao Menor  
FNUAP - Fundo da População das Nações  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens  
SAM – Serviço de Assistência ao Menor  
SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude  
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social  
SNJ - Secretaria Nacional da Juventude  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2. VULNERABILIDADE SOCIAL, JOVENS E POLÍTICA PÚBLICA</b> .....	<b>15</b>
2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL: conceitos, aspectos e dimensões .....	15
2.2 O JOVEM E A VULNERABILIDADE SOCIAL .....	21
2.2.1 JOVENS: posições teóricas.....	22
2.2.2 Aspectos constitutivos de vulnerabilidade social juvenil .....	25
2.2.2.1 Dimensão Vital .....	27
2.2.2.3 Dimensão da inserção social.....	31
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE .....	35
2.3.1 A trajetória das políticas públicas para jovens no Brasil .....	36
2.3.2 O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem .....	40
2.3.3 O Projovem Adolescente e seu espaço na Política de Assistência Social .....	42
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>45</b>
<b>4. PERFIL SOCIOECONÔMICO DE FAMÍLIAS COM A PRESENÇA DE JOVENS</b> .....	<b>49</b>
4.1 Os jovens sujeitos da pesquisa .....	57
<b>5. A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE SUA VULNERABILIDADE SOCIAL</b> ....	<b>63</b>
5.1 Dimensão vital: construindo a identidade do ser jovem.....	64
5.1.1 Local de moradia, amizades e lazer .....	65
5.1.2 Namoro, casamento, gravidez e DST .....	70
5.1.3 Gênero .....	74
5.2 Dimensão institucional: tudo começa na família .....	77
5.2.1 Família .....	77
5.2.2 Estado, comunidade e mercado.....	81
5.3 Dimensão inserção social: a busca de um futuro melhor .....	86
5.3.1 Educação .....	86
5.3.2 Trabalho.....	91
5.4 Políticas públicas e a vulnerabilidade social dos jovens.....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>102</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>109</b>

## INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social tem sido uma temática recorrente em estudos realizados nas últimas décadas. Ela abarca uma diversidade de fenômenos que não se limita apenas à insuficiência de renda de indivíduos, famílias e grupos, mas perpassa questões de ciclos de vida, gênero, etnia, orientação sexual e outros, e está intimamente associada ao processo de desenvolvimento de uma sociedade.

De acordo com Pizzaro (2001), a vulnerabilidade social é característica dominante da nova realidade social. O novo padrão de desenvolvimento suportado pela abertura econômica mundial, o afastamento do Estado das atividades produtivas e o domínio do mercado que, por um lado, trouxeram novas e maiores oportunidades profissionais e de negócios, por outro, provocaram um processo tão rápido e com tanta envergadura na economia e nas instituições, que ele acentuou a condição de vulnerabilidade de indivíduos e famílias com menor poder aquisitivo, principalmente, as que vivem nas áreas urbanas.

Dessa forma, as consequências do padrão vigente de desenvolvimento têm acentuado as desigualdades sociais e elas afetam não somente o indivíduo em sua singularidade, mas inferem sobre os mais diversos contextos sociais atrelados a diversos grupos étnicos, de gênero, de ciclo de vida e outros.

A vulnerabilidade social manifesta-se no cotidiano das relações e vivências sociais de indivíduos, famílias e comunidades, que, de forma individual ou coletiva, não dispõem de recursos ou são escassos para enfrentar adversidades que impactam negativamente o contexto onde essas pessoas estão inseridas. A vulnerabilidade social pode despontar a partir da ocorrência de uma crise econômica, desastres naturais, condições geográficas, guerras, falta ou fragilidades de políticas públicas, entre outros fatos, que podem expor indivíduos, famílias e comunidades a elevados índices de desemprego, condições precárias de moradia, problemas de saúde, conflito familiar, analfabetismo ou baixa escolaridade, renda insuficiente, entre outros tantos sinais de dificuldade.

Em particular, os jovens representam um ciclo de vida que tem se apresentado como emergente no cenário de vulnerabilidades sociais e têm sido considerados, por diversas vezes, em condições frágeis para enfrentar adversidades cotidianas, por vivenciar incertezas e inseguranças. Um estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, elaborado por Rodriguez e Kaztman (2000),

reporta que os jovens experimentam a vulnerabilidade social a partir de desvantagens sociais, adversidades específicas para controlar os seus próprios destinos e incapacidade para aproveitar as oportunidades disponíveis em diversas áreas sociais e econômicas, para melhorar a sua situação de bem estar e, até mesmo, impedir que que ela agrave-se.

Logo, a demanda de jovens, em especial aqueles expostos a situações de vulnerabilidade social, exigiu e vem exigindo das políticas públicas, tanto em nível local, quanto global, respostas para o enfrentamento das dificuldades que podem levar à exclusão social. Nesse âmbito, uma das ações da política pública brasileira foi a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM em 2005, como uma das atribuições da Secretaria Nacional da Juventude – SNJ para a implementação da Política Nacional da Juventude do Governo Federal.

Em sua gênese, o programa contemplava jovens entre 18 a 24 anos e era destinado aos jovens que tinham concluído a 4ª série, mas não a 8ª série do ensino fundamental. No entanto, em 2007, o governo ampliou a escala de idade para 15 a 29 anos estabelecendo a unificação de seis programas já existentes, quer seja, o Projovem, o Agente Jovem, o Saberes da Terra, a Escola de Fábricas, o Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã, denominando o programa de Projovem Integrado. Dessa forma, o Projovem, em 2007, passou a ser estabelecido a partir de quatro modalidades, Projovem Urbano, contemplando jovens com idade entre 18 a 29 anos; Projovem Trabalhador, contemplando jovens com idade entre 18 e 29 anos; Projovem Campo, contemplando Jovens de 18 a 29 anos e Projovem Adolescente, contemplando jovens de 15 a 17 anos (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, a presente pesquisa é elaborada a partir de jovens referenciados ao Projovem Adolescente, coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e executado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Paulina Bonalume Andreatta, no município de Pato Branco – PR, onde a pesquisadora exerce a profissão de Assistente Social.

A motivação para desenvolver tal pesquisa resultou da ânsia de estudar a temática da vulnerabilidade social no cenário da política pública de assistência social. Neste sentido, o desejo de aproximar o saber acadêmico com a prática cotidiana do trabalho, a busca pela qualificação do agir profissional e, também, a intenção de contribuir com a academia trazendo o conhecimento do dia a dia da assistência social somaram-se e fortaleceram tal motivação.

Considerando a necessidade metodológica de fazer um recorte do cenário a ser pesquisado, optou-se por focar nos jovens, apreendendo-os como um segmento populacional intimamente ligado ao processo de desenvolvimento de uma sociedade. Os jovens, que residem em locais mais afastados das áreas centrais dos centros urbanos, possuem condições precárias de trabalho e habitação, pertencem a famílias com menor poder aquisitivo e outros fatores considerados negativos, na maioria das vezes, ficam limitados no ter e nas escolhas e, assim, conseqüentemente, são excluídos de uma sociedade.

Assim, três pontos foram considerados relevantes para a realização deste estudo. Primeiramente, a possibilidade do levantamento de elementos para a discussão das políticas públicas para os jovens. Num segundo momento, a possibilidade de apontar novas perspectivas de análise sobre jovens em situação de vulnerabilidade social, pois se observa que há poucos esforços empreendidos neste sentido. E, em terceiro, espera-se contribuir de forma teórica e prática para o desenvolvimento de ações específicas no atendimento de jovens no município de Pato Branco. Ademais, procura-se tornar visível a realidade dos jovens que residem em bairros mais afastados dos centros urbanos, que, muitas vezes, são excluídos da sociedade e não percebidos pelas políticas públicas.

O objetivo geral desta dissertação foi analisar a percepção de jovens participantes e não participantes do Projovem Adolescente do Centro de Referência de Assistência Social Paulina Bonalume Andreatta no município de Pato Branco - PR sobre vulnerabilidade social relacionada ao próprio ciclo de vida, família, trabalho, educação e política pública. Acredita-se que a forma como os jovens percebem vulnerabilidade social relacionada a tais fenômenos além de outros pode identificar elementos que influenciam as suas vidas e os contextos onde estão inseridos, contribuindo, assim, para a elaboração e implementação de políticas públicas.

Como objetivos específicos, buscou-se elencar aspectos constitutivos de vulnerabilidade social, com especial referência ao jovem; traçar o perfil socioeconômico de famílias com a presença de jovens entre 15 e 29 anos de idade cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais referentes ao município de Pato Branco, a fim de caracterizar o cenário deste estudo e analisar a percepção construída dos jovens que participam e não participam do Projovem Adolescente sobre aspectos de vulnerabilidade social presente em suas trajetórias de vida.

Esta pesquisa foi de cunho exploratório, construída a partir de um estudo de caso, com uma abordagem quanti-qualitativa. Para a caracterização do cenário da pesquisa, fez-se um estudo estatístico realizado pela análise de agrupamento de família com jovens do município de Pato Branco – PR, que estão na base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e que tiveram os seus cadastros atualizados no período de março de 2014 a março de 2016. Posteriormente, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com quinze jovens participantes e não participantes do Projovem Adolescente. Também, considerando ser o local de pesquisa o de atuação da pesquisadora, utilizou-se a observação participante. A análise de conteúdo foi o método usado para a análise dos dados desta pesquisa.

Dessa forma, além deste texto introdutório, a dissertação está organizada em mais três seções. Na primeira, apresenta-se o enfoque teórico, abordando a temática sobre vulnerabilidade social, jovens, aspectos constitutivos de vulnerabilidade social com referência ao jovem e política pública que abarca tal segmento populacional. Na segunda seção, apresenta-se a metodologia utilizada no processo de construção desta pesquisa, a caracterização do cenário pesquisado e dos sujeitos entrevistados e, na terceira, apresenta-se a análise da percepção construída pelos jovens. Por fim, tece-se considerações sobre o resultado da pesquisa.

## 2. VULNERABILIDADE SOCIAL, JOVENS E POLÍTICA PÚBLICA

Neste capítulo, buscou-se expor um aporte teórico com o objetivo de fundamentar os elementos de análise deste estudo. Assim, num primeiro momento, apresenta-se uma base teórica sobre a temática da vulnerabilidade social com alguns conceitos, aspectos e dimensões. Na sequência, trata-se de uma abordagem sobre significações atribuídas ao segmento populacional jovem. Em continuidade, tenta-se articular alguns elementos que são aspectos constitutivos de vulnerabilidade social juvenil. E, por fim, faz-se uma abordagem sobre política pública e a sua trajetória no cenário político brasileiro, com especial ênfase aos jovens.

### 2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL: conceitos, aspectos e dimensões

Abordar um marco teórico sobre vulnerabilidade social torna-se um desafio, pois mesmo sendo discutido ao longo de anos, é um tema em construção que avança em análise e reflexão nas últimas décadas. Assim, ele é complexo e de ampla magnitude, destarte, buscou-se reunir teorias sobre o conceito de vulnerabilidade social e apresentar configurações dessa temática discutidas no cenário sociológico.

O termo vulnerabilidade social ou grupos vulneráveis faz parte de frequentes discursos de intelectuais e governos em vários países pelo mundo. Para Carolina Moser (1998), antropóloga do Banco Mundial, o significado de vulnerabilidade inclui uma série de elementos e situações de "segurança da subsistência", incluindo a exposição a riscos, perigos, choques, estresse e dificuldade em lidar com contingências. Conforme Moser, qualquer definição de vulnerabilidade requer a identificação de duas dimensões: a da sua sensibilidade, ou seja, a magnitude da resposta de um sistema para um evento externo, e a sua resiliência, entendida como a facilidade e a rapidez de recuperação de um sistema de tensão.

Nesse âmbito, Moser (1998) aborda a vulnerabilidade como insegurança e sensibilidade no bem-estar de indivíduos, famílias e comunidades diante de um ambiente em mudança e, implícito nele, a capacidade de resposta e resistência aos riscos que eles enfrentam durante alterações negativas. As mudanças que ameaçam o bem-estar podem ser ecológicas, econômicas, sociais ou políticas e podem assumir impactos repentinos, ser de longa duração ou acontecer por ciclos, enfim, são mudanças que aumentam o risco e a incerteza.



Simultaneamente aos trabalhos de Moser, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL aborda a vulnerabilidade social, demográfica e ambiental para examinar, de forma teórica e metodológica, regiões, países e grupos sociais como jovens e idosos. Para contribuir, neste estudo, citar-se-á Filgueira (2001), Pizarro (2001) e Kaztman (1999), que concretizaram alguns estudos sobre o tema e fazem referências aos estudos de Moser.

Neste sentido, de acordo com Pizarro (2001), em seu estudo “La Vulnerabilidad social y sus desafios: una mirada desde a América Latina”, a vulnerabilidade como resultado dos impactos provocados pelo padrão de desenvolvimento vigente atua sobre a capacidade de grupos mais debilitados da sociedade para enfrentá-los, neutralizá-los ou obter benefícios deles.

Alguns acontecimentos que caracterizam o padrão de desenvolvimento vigente são pontuados por Pizarro (2001) e simbolizam o término de um ciclo econômico histórico de longo prazo. Na década de oitenta, a queda do muro de Berlim e a dissociação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, o notável período econômico do pós-guerra, a crise fiscal dos estados e a insuficiência das políticas keynesianas colocaram em cheque o Estado de Bem-Estar no capitalismo industrializado. De forma simultânea, as fragilidades econômicas e tecnológicas e o autoritarismo político alcançaram um limite insustentável no “socialismo real” levando ao seu questionamento. Assim, para Pizarro, a abertura econômica mundial, o afastamento do Estado da atividade produtiva e o papel predominante do mercado no financiamento de recursos converteram-se em eixos do novo padrão de desenvolvimento.

Por um lado, esse cenário vigente de desenvolvimento ampliou espaços de atuação de certas camadas da população, com novas e maiores oportunidades profissionais e de negócios. Porém, por outro lado, esse cenário também provocou uma mudança tão rápida e de tanta envergadura na economia e nas instituições que acentuou as condições de vulnerabilidades das pessoas e famílias de classes média e baixa das áreas urbanas, que se encontram hoje expostas a riscos maiores relativos àqueles existentes em outros padrões de desenvolvimento (PIZARRO, 2001).

Portanto, segundo Pizarro (2001), a vulnerabilidade aparece como característica dominante do padrão de desenvolvimento vigente. Para o autor, ela é característica da persistência da pobreza e da má distribuição de acesso que refletem as carências e as desigualdades e reportam à problemática social do final do milênio,

complementando os tradicionais enfoques sobre a pobreza e a má distribuição de renda.

Nesse âmbito, o conceito de vulnerabilidade social, conforme Pizarro (2001), tem dois componentes explicativos. Um refere-se à sensação de insegurança e indefesa que comunidades, famílias e indivíduos experimentam em suas condições de vida em consequência de impactos provocados por algum tipo de evento econômico ou social traumático. Outro refere-se ao manejo de recursos e estratégias que são utilizados por comunidades, famílias e indivíduos para enfrentar os efeitos de tais impactos.

Dessa forma, é possível respaldar-se na teoria de Filgueira (2001), que entende a vulnerabilidade social como uma configuração particular e negativa resultante da intersecção de dois conjuntos: um definido em nível macro, relativo à estrutura de oportunidades, e o outro definido em nível micro, que se refere aos ativos de atores, que concernem à posse, controle e mobilização de recursos materiais e simbólicos que permitem ao indivíduo desenvolver-se em sociedade. Ambos, estrutura de oportunidades e ativos, são componentes basilares para a abordagem de vulnerabilidade.

As estruturas de oportunidades, de acordo com Kaztman (1999), definem-se como probabilidades de acesso a bens e serviços ou desempenho de atividades, que incidirão sobre o bem-estar de domicílios, por permitir ou facilitar aos seus membros o uso de seus próprios recursos ou por fornecer recursos novos. O Mercado, o Estado e a Sociedade apresentam-se como estruturas fundamentais no oferecimento de oportunidades para que indivíduos, famílias e comunidades possam aproveitar os seus ativos e utilizarem-nos para enfrentar as ameaças ao seu bem-estar.

Os ativos, para Kaztman (1999), dizem respeito a um subconjunto de recursos materiais ou simbólicos que controlam um espaço. A disponibilidade e o manejo desses recursos permitem o acesso a oportunidades ou o fortalecimento da capacidade de resistência diante de um impacto social ou econômico negativo, ou seja, a disponibilidade de ativos em uma comunidade, família ou indivíduos pode viabilizar o acesso a estruturas de oportunidades existentes ou aumentar o nível de bem-estar delas para poderem manter-se mesmo que em situações de ameaça. Alguns desses recursos reportam-se por: quantidade de renda, nível de escolaridade, composição familiar, experiências de trabalho, participação em rede, moradia, condições de saúde e outros.

Carolina Moser (1998), em sua abordagem sobre vulnerabilidades e ativos, analisa os recursos mobilizados por famílias pobres para reduzir as suas vulnerabilidades. Portanto, o seu foco pauta-se sobre estratégias que as famílias utilizam para enfrentar ou adaptarem-se às mudanças a que estão expostas e até mesmo modificar a forma como se usa os recursos existentes para mobilizar e integrar-se socialmente.

Logo, a vulnerabilidade social de indivíduos, famílias e comunidades está relacionada à capacidade deles para administrar forças que interferem sobre o seu bem-estar, de outra forma, refere-se a quanto eles possuem de recursos ou de controle sobre os mesmos para aproveitar oportunidades oriundas do Estado, mercado ou sociedade. Assim, os recursos que as estruturas de oportunidades oferecem podem ser otimizados por famílias e indivíduos, que podem tomar posse deles ou até mesmo fortalecer os que já lhe são próprios.

Diante disso, em maior ou menor medida, o padrão de desenvolvimento vigente impactou sobre famílias e indivíduos, fazendo com que eles mobilizassem recursos para enfrentar eventos que produzidos. Assim, segundo Pizarro (2001), a vulnerabilidade manifestou-se em diferentes dimensões da vida social, como o trabalho, o capital humano, o capital físico do setor informal e as relações sociais.

O trabalho é, sem dúvida, o mais importante dos recursos para o enfrentamento de eventos adversos com que contam os grupos de médio e baixo poder aquisitivo em áreas urbanas. Desse modo, a incapacidade de geração de emprego, a mudança da força de trabalho dos ramos de baixa produtividade e a precariedade resultante das políticas de flexibilização sem segurança do emprego têm provocado uma condição de alta vulnerabilidade. Os indivíduos enfrentam uma maior instabilidade e precariedade quanto ao emprego, gerando um aumento da informalidade, o que, também, tem provocado uma fragilização das organizações sindicais e a diminuição de sua capacidade de negociação (PIZARRO, 2001).

A vulnerabilidade com referência à dimensão do trabalho é destacada pelo próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD:

A pessoas estão mais vulneráveis em toda parte do mundo. A mudança no mercado de trabalho faz com que as pessoas se sintam inseguras a respeito de seus empregos e sustentos. O desgaste do Estado bem-feitor elimina as redes de segurança. E a crise financeira é agora uma crise social. Tudo isso está ocorrendo enquanto a globalização desgasta a base fiscal dos países, em particular dos países em desenvolvimento, reduzindo os recursos

públicos e as instituições que protegem as pessoas. (PNUD, 1999, p.90, tradução nossa)

Outra dimensão que Pizarro (2001) faz referência é a do capital humano. Segundo o autor, não é qualquer tipo de educação e sistema de saúde que assegura as mesmas garantias de fortalecimento de capital humano e, portanto, oportunidade de progresso na vida. As novas instituições e as políticas que caracterizam o padrão de desenvolvimento vigente têm favorecido a proliferação da educação privada, isto é, têm deteriorado a pública, provocando aumento da vulnerabilidade dos educandos das classes medias e baixas da sociedade.

Na saúde, a vulnerabilidade manifesta-se perante as inequidades entre os serviços privados associados a custos altos que permitem o acesso somente das classes com maior poder aquisitivo e os serviços públicos precários que oferecem baixa segurança a classes de menor poder aquisitivo. Além disso, as tecnologias desatualizadas nos países da América Latina têm colocado pessoas de menor poder aquisitivo em condições de risco quando não podem ser atendidas oportunamente e não podem custear a medicina por seus altos custos (PIZARRO, 2001).

A terceira dimensão pela qual a vulnerabilidade social manifesta-se está no enfraquecimento do capital físico do setor informal, que diz respeito aos trabalhadores por conta própria, aos artesãos, aos pequenos negócios familiares que vêm enfraquecendo asua produção e têm políticas limitadas de subsídios e proteção. (PIZARRO, 2001)

A vulnerabilidade também se manifesta pela dimensão das relações sociais. De acordo com Pizarro (2001), refere-se a vínculos e redes que as pessoas e famílias possuem e que são determinantes para acessar informações, oportunidades de trabalho e posições de poder. O padrão de desenvolvimento vigente tem afetado as formas tradicionais de organização e participação social e de representação política por meio dos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais tradicionais. A globalização, a privatização da vida econômica, o afastamento do Estado como instância de proteção da vida social e o enfraquecimento das organizações sindicais têm amarrado o indivíduo ao mercado e afastado da sociedade.

Neste sentido, além de tratar de dimensões e aspectos inerentes à temática da vulnerabilidade social, faz-se mister que outro fenômeno seja abordado, visto que, mesmo distinto, estabelece uma relação muito próxima e articula-se em vários pontos com a temática: a pobreza. Para Kaztman (1999, p. 16),

[...] a pobreza é um segmento da vulnerabilidade social, ou seja, é um experimento de quem está vulnerável socialmente. É um fenômeno social com características e problemas próprios, vivenciado por pessoas que por diversas razões têm renda relativamente baixa e dependem do trabalho como o meio para manter o bem-estar, assim como das escolas como via para materializar as aspirações de mudança e integração para seus filhos.

De acordo com Pizarro (2001), existem pontos de encontro entre vulnerabilidade e pobreza, pois a quantidade de recursos disponível para uma pessoa pode gerar mais ou menos acesso a trabalho, capital humano, capital social e capital físico. Conforme o autor, a pobreza diz respeito à escassez de recursos monetários para custear as necessidades básicas alimentares e de acesso a bens e serviços, já a vulnerabilidade dá ênfase ao impacto econômico e social sobre a capacidade das pessoas de responderem às adversidades.

Sposati (2009) pontua que a vulnerabilidade não existe somente por conta da pobreza. Não se pode determinar que um indivíduo está vulnerável somente pela falta de renda, pois ele pode disponibilizar outros recursos que o mantenham fortalecido para o enfrentamento de situações adversas.

Amartya Sen (2000), mesmo não abordando diretamente a temática da vulnerabilidade social, corrobora tal posicionamento, pontuando que a concepção de pobreza não abarca somente a insuficiência de renda, mas também a privação de capacidades básicas de um indivíduo. Para o autor, a privação de capacidades individuais pode dar-se em uma relação de mão dupla: o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo, más condições de saúde, fome e subnutrição e, inversamente, melhor saúde e educação ajudam a auferir rendas mais elevadas.

As capacidades individuais, para Sen (2001, p. 80), compreendem a ideia de liberdade de oportunidades de escolhas e são um “conjunto de vetores de funcionamento, refletindo a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro”. Assim sendo, essas capacidades são entendidas como as peculiaridades físicas e mentais dos indivíduos e as oportunidades sociais e influências que auferem sobre suas vidas, implicando em seus funcionamentos. Ademais, para Sen (2001, p. 16), os “funcionamentos são definidos como estado e ações que uma pessoa pode realizar vivendo de algum modo”.

Dessa forma, alguns exemplos de funcionamentos apresentados pelo próprio Sen, como “estar livre de doenças que podem ser evitadas, poder escapar da morte

prematura, estar bem alimentado, ser capaz de agir como membro de uma comunidade, agir livremente e não ser dominado pelas circunstâncias e ter oportunidades para desenvolver potencialidades” são supostamente mais importantes que outros e abarcam uma ideia fundamental de que “na vida de qualquer pessoa, certas coisas são mais valiosas que outras” (SEN, 2001, p. 16).

Logo, para algumas pessoas, ter uma boa qualidade de vida não é ter dinheiro, mas ter saúde e um bom convívio com familiares e sua comunidade. Assim, se ela dispuser desses recursos, não terá a percepção que está vulnerável. Nesse âmbito, um estudo realizado pela antropóloga Carolina Moser para o Banco Mundial (MOSER, 1998) contribuiu para tal compreensão, quando aponta que os níveis de pobreza são geralmente fixados no tempo, é um conceito estático e vulnerabilidade é mais dinâmico, capta melhor os processos sobre como as pessoas entram e saem da pobreza.

Ainda, quando indivíduos, famílias e comunidades vivenciam a vulnerabilidade social, eles experimentam uma condição de exclusão social. Para Castel (1995), a vulnerabilidade é um processo, enquanto que a exclusão é um estado, é como estar em uma cadeia, na medida em que não se consegue superar as fontes de vulnerabilidade social.

Diante do modelo de desenvolvimento econômico que se assentou na atualidade, muitos segmentos populacionais, entre eles, os jovens, são submetidos a uma condição de vulnerabilidade social, pobreza e exclusão social, o que atenta um cenário de incertezas. Logo, na sequência, considerando essencial para esta pesquisa apresentam-se algumas significações e alguns aspectos constitutivos de vulnerabilidade social relacionada a eles.

## 2.2 O JOVEM E A VULNERABILIDADE SOCIAL

Para Adorno (2001, p.17): “O simples fato de ser jovem denota um estado especial de vulnerabilidade, dada à situação de conflito experimentada pelo rapaz ou pela moça ao querer firmar sua identidade, singularidade, criatividade e vitalidade”.

Assim posto, no subitem seguinte, buscou-se significar socialmente o segmento populacional jovem e, na sequência, identificar características específicas de vulnerabilidade social no contexto juvenil.

### 2.2.1 JOVENS: posições teóricas

No percurso de leituras, estudos e reflexões, observou-se que a discussão sobre jovens vem sendo realizada por diversos pesquisadores, contemplando diferentes disciplinas e múltiplas compreensões. As discussões teóricas buscam interpretar discursos sobre acepções de um segmento populacional apontado como “jovens” e/ou “juventude(s)”, na tentativa de compreender quem são aqueles que fazem parte desse segmento e que aspectos caracterizam-nos como tal.

Neste sentido, encontram-se várias nomenclaturas que reportam aos jovens, seja como uma faixa etária, um ciclo de vida, um segmento populacional, uma geração, entre outras. No entanto, observa-se que esses pontos de alguma forma conectam-se com a infância e com a vida adulta e caracterizam a juventude, colocando-a como grupo populacional que vivencia uma fase de vida característica. Dessa forma, não se encontra uma definição unívoca para o que seja, de fato, juventude. Para Levi e Schmitt (1996), a juventude perpassa uma construção histórica, social e cultural, expressando que não seria possível conhecê-la somente pelos critérios jurídicos ou biológicos em que está envolta. Conforme os autores,

[...] a juventude é uma construção social e cultural. Desse ponto de vista a juventude se caracteriza por seu marcado caráter de limite. Com efeito, ela se situa no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da vida adulta, naquele período de pura mudança e de inquietude em que se realizam as promessas da adolescência, entre a imaturidade sexual e a maturidade, entre a formação e o pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisição de autoridade e de poder (LEVI e SCHMITT, 1996, p. 8).

Assim sendo, para esses autores, uma fase de vida pode explicar-se pela determinação da história e da cultura de maneira diversa na sociedade. É o caráter de “liminaridade”, o que caracteriza, em última análise, a juventude, complementar a maior ou menor brevidade do percurso pela condição de jovem. No entanto, “não há nada de imutável ou universal”, é pelos processos “jurídicos e simbólicos” vivenciados em cada sociedade que se atribuí significados e papéis à juventude (LEVI e SCHMITT, 1996).

A percepção sobre a juventude perpassa a história da humanidade, assumindo concepções diversas. Segundo Frascetti (1996, p. 70), há uma “discrepância profunda entre as definições dos grupos etários e os ciclos biológicos

reais da vida humana”. Em Roma, no século VII d. C., já se considerou adolescente até 28-30 anos e jovens até os 50 anos, explicado pela estruturação militar e política romana, em que a passagem pelo exército era para jovens e senhores aos 45 anos e pela idade mínima de 50 anos para tornar-se chefe de uma cúria.

Adorno (2001) aponta que os jovens fazem parte de uma fase de vida que remete a um olhar histórico sobre a juventude, para não se assumir uma ideia preconcebida de que existe uma única teoria ou um único processo de desenvolvimento para eles. Em conformidade com o autor, é importante perceber que o ciclo de vida da juventude não somente se refere a questões biológicas ou de crescimento corporal, mas que envolve características sociais, costumes, conflitos de cada época e local onde o jovem vive.

De acordo com Bourdieu (1983), faz-se necessário contextualizar a juventude socialmente, no mesmo tempo em que pensá-la em contraposição a outras faixas etárias. “A juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas” (BOURDIEU, 1983, p. 152). Para o autor, a juventude é apenas uma palavra, as divisões por idade assim como por sexo e classes sociais são arbitrárias, pois sempre acabam impondo limites e ordens.

No entanto, é preciso reconhecer que mesmo a transitoriedade reconhecida e considerada na maior parte dos estudos sobre os jovens, o modo como ela dinamiza-se, como se dá essa passagem, quanto tempo ela dura e as características que a abarcam, variam no percurso de abordagens dedicadas ao tema. Em um de seus trabalhos, Groppo (2004) faz uma análise crítica da diversidade de visões e concepções que são atribuídas a esse segmento populacional, como a adolescência pela psicologia, a puberdade segundo a medicina e a concepção funcionalista presente na maioria das pesquisas e revisões sociológicas sobre a juventude e defende a concepção dialética pela qual recupera-se o caráter social e histórico das juventudes modernas e contemporâneas, afirmando que existe efetivamente grupos juvenis múltiplos e diversos.

Neste sentido, segundo as observações de Melucci (1997), o tempo é uma das “categorias básicas através da qual nós construímos nossas experiências” (MELUCCI, 1997, p. 6). Para o autor, o tempo apresenta-se de forma claramente separada, quer seja o “tempo interior”, em que o indivíduo vivencia as suas emoções, afeições e experiências internas, quer seja o “tempo exterior”, momento em que o



indivíduo estabelece as suas relações com o outro em ritmos diferentes e regulados pelas diversas esferas de pertencimento de cada indivíduo.

O autor propõe que a experiência do tempo é um dilema central, que se torna questão chave nos conflitos sociais e na mudança social, através do qual o sujeito constrói as suas próprias experiências. Devido às condições culturais e biológicas, a juventude é o grupo mais diretamente exposto aos dilemas do tempo, “a definição do tempo torna-se uma questão social, um campo cultural e conflitivo no qual está em jogo o próprio significado da experiência temporal” (MELUCCI, 1997, p. 8).

Na obra “Juventude e Sociedade: trabalho, educação e cultura”, que discute o que é ser jovem nos tempos de hoje no Brasil, Novaes e Vannuchi (2004, p. 12) consideram que a “juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências, pela convivência contraditória dos elementos de emancipação e subordinação sempre em choque e negociação”. Para os autores, tratar de juventude é abordar falas de dilemas e perspectivas da modernidade, de sociedade de mercado, do conhecimento, do processo de globalização e das crescentes desigualdades sociais.

Dessa forma, a faixa etária não necessariamente define a juventude. Ela constitui uma realidade homogênea e o que se observa nas pesquisas e estudos é que as diferentes formas de ser jovem estão condicionadas a características singulares de cada indivíduo, amadurecimento, crenças, emoções e ainda aspectos políticos, culturais, econômicos e históricos.

Enfatiza-se, pela teoria de Ariès, em sua obra “História social da criança e da família”, de 1975, traduzida para o português em 1978, que o que se conhece hoje como infância, adolescência e juventude na França são fases da vida que perpassaram costumes históricos da sociedade francesa e as suas mudanças e que nem sempre foram vividas do mesmo modo que são atualmente. O autor mostra que crianças e jovens não eram entendidos pela sociedade como grupos que deveriam receber instruções políticas e profissionais. As crianças eram tratadas como pequenos adultos nas famílias nobres e vestiam-se como gente grande e, em famílias de camponeses, desde muito cedo, participavam do trabalho familiar. Enquanto os jovens ricos de elites recebiam formação em sua própria casa, os pobres precisavam ajudar as famílias. Para Ariès (1978), a escola como instituição e o desligamento do ensino em casa propiciaram aos jovens o surgimento da transição entre a infância e a vida adulta.

Caraterísticas dessa historicidade ainda respingam nos dias atuais na sociedade brasileira, onde crianças e jovens de famílias com menor poder aquisitivo adentram precocemente no mercado de trabalho para contribuir na renda familiar. Além disso, ainda há o abandono dos estudos para exercer atividades laborais, que, na maioria das vezes, dão-se no cenário informal e com caraterísticas precárias. “A história do mundo contemporâneo, lembra-nos sem cessar de que não existe uma juventude única e que a diferenciação social, as desigualdades em termos de riqueza ou de emprego aí fazem sentir todo o seu peso”(LEVI e SCHMITT, 1996, p.9).

De acordo com Cassab (2001, p. 64), “em cada período histórico e nas várias formações sociais, as concepções, as representações, as funções atribuídas aos jovens, na vida social e a compreensão de seu desenvolvimento serão diferentes”. As várias formas pelas quais os jovens são inseridos na sociedade vão ser determinadas a partir de suas origens e posição de classe, condição que também identificará de que jovem falar-se-á.

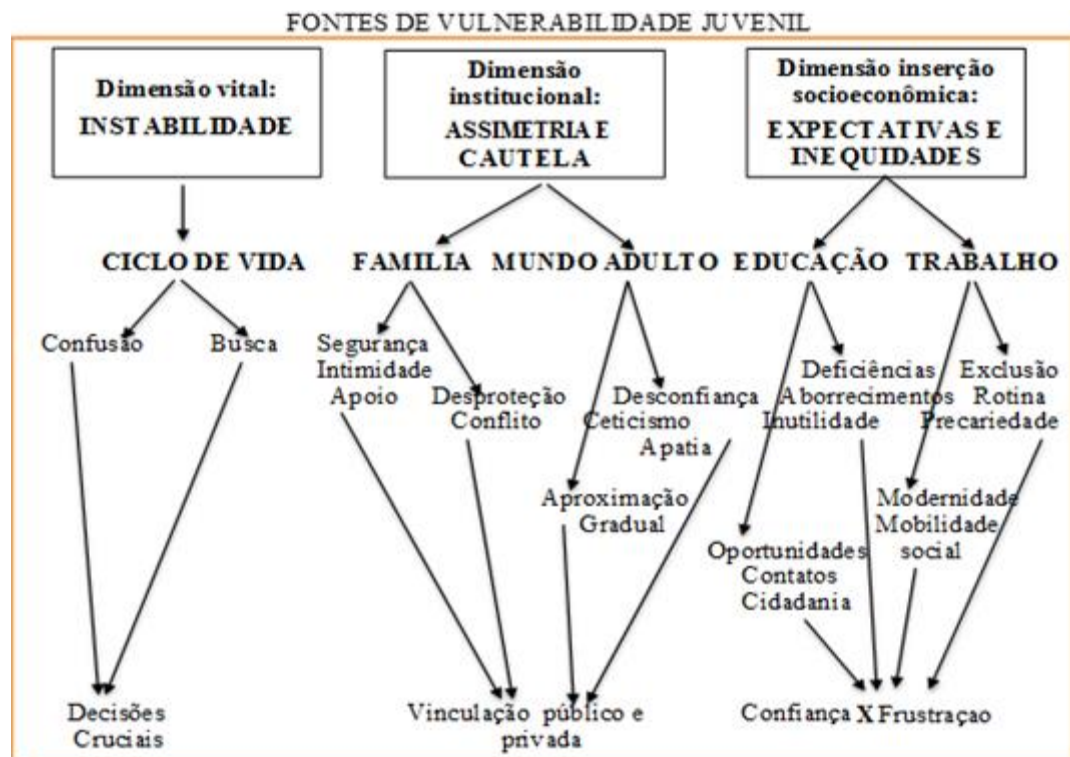
O que se percebe é que a forma de ser jovem perpassa condição de sexo, lugar onde residem, classe social e mudanças físicas, psicológicas e comportamentais que estão condicionadas ao contexto familiar e social em que eles estão inseridos. Para Corti e Souza (2005, p. 14),

A classe social do indivíduo, sua condição étnica e de gênero, sua presença ou não no mercado de trabalho e na escola, seu local de moradia – urbano ou rural – sua situação familiar e sua orientação religiosa são fatores, entre outros, que vão diferenciando internamente os grupos que chamamos de adolescente e juventude.

Diante do exposto, observa-se que ser jovem é passar por uma fase da vida permeada por intensas transformações oriundas de aspectos históricos, econômicos, sociais e biológicos, podendo caracterizar-se por momentos de fragilidades, as quais resultarão em vulnerabilidade ou potencialidade, o que dependerá do contexto de vida a que ele pertence. Destarte, no tópico seguinte, aborda-se uma discussão teórica para enfatizar a vulnerabilidade social com especial referência aos jovens.

## 2.2.2 Aspectos constitutivos de vulnerabilidade social juvenil

Segundo Vignoli (2001), em seu estudo “Vulnerabilidad y grupos vulnerables: um marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes”<sup>1</sup>, as experiências juvenis de vulnerabilidade emergem de três dimensões: dimensão vital, que se refere aos próprios riscos da posição que ocupam no ciclo da vida; dimensão institucional, referente às desvantagens oriundas da relação assimétrica do jovem com a família, com o mercado, com o estado e com a comunidade e a dimensão concernente à inserção socioeconômica que a sociedade propõe ao jovem, o sistema educativo e o mercado de trabalho. Essas dimensões com referência à vulnerabilidade juvenil, também, podem atuar sobre outros grupos da população que são classificados como vulneráveis. Tal pontuação, o autor expressa em um esquema resumido na Figura 1, a seguir:



Fonte: VIGNOLI (2001, p. 22, tradução nossa)

Adotando tal esquema como referência para este estudo, buscou-se, nos três subitens seguintes, abordar cada uma das dimensões pontuadas por Vignoli (2001).

<sup>1</sup> Este documento foi preparado pelo pesquisador Jorge Rodríguez Vignoli e a sua elaboração insere-se no projeto regional de colaboração entre o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) e o Centro Latino-americano de Demografia – Divisão de População da CEPAL – Série 17 – População e desenvolvimento. (Vignoli, 2001)

Considera-se também que de tais dimensões, possivelmente, muitos fatores contribuam para o desenvolvimento de potencialidades juvenis, porém, para este estudo, visto o seu objetivo, a abordagem tende a abarcar, em especial, aspectos que dizem respeito à vulnerabilidade juvenil.

### 2.2.2.1 Dimensão Vital

Segundo Vignoli (2001), a dimensão vital refere-se à própria vida, à definição e à realização do eu. Envolve a busca pela definição de si mesmo, em um cenário de dúvidas, contradições e diversidades, o que implica não se ter claro o que será e se está preparado para a vida adulta. Também, faz parte a inexperiência que se concentra mais no início da vivência da juventude. Enfim, é um ciclo de vida que, na maioria das vezes e mais que em outros períodos da vida, representa instabilidade, confusão, busca e em que se esperam decisões cruciais. Reporta-se a um processo de construção de identidade e integração social (VIGNOLI, 2001).

Vignoli (2001) complementa e anota que não é somente ser dependente totalmente da família, a exemplo de crianças, nem somente assumir responsabilidades com outros membros da família que implica uma condição de vulnerabilidade para o jovem, mas pertencer a uma fase de vida que envolve uma busca pela definição de um projeto de vida, marcado por dúvidas, ambiguidades e uma diversidade de escolhas, o que pode conduzir a retraimentos, apatia e dispersão.

Para Losacco (2010),

[...] é um período filogeneticamente pré-determinado, desencadeado pela maturação neurológica, que promove mudanças significativas de ordem corporal, de apreensões cognitivas e, conseqüentemente, de comportamento. É um acontecimento universal que, mais cedo ou mais tarde, se instala na vida de todo ser humano, independentemente de sua cultura, classe econômica, etnia ou sexo. Essa maturação se instala "sem pedir licença", desencadeia no indivíduo sentimento de insegurança pelo novo que esta sendo vivenciado e o vulnerabiliza em face a novos desafios postos pela nova maneira de viver em sociedade (LOSACCO, 2010, p. 68).

Assim, é uma condição de transitoriedade em que se define papéis futuros, sem que esteja claro quais são e se estão preparados para tal. Nessa fase de vida, a inexperiência, mais acentuada no início da juventude, tende a levar o jovem a desconhecer rotinas e carecer de recursos que permitam resolver situações cotidianas em suas relações com família e comunidade. Dessa forma, para Vignoli (2001), os

jovens são mais propensos a comportamentos e atitudes desinteressadas, porque ainda não têm definidas claramente as suas escolhas de vida, a sujeição a rotinas e o cumprimento de obrigações e compromissos domésticos.

Fatores como o crescimento significativo da população jovem no Brasil, a concentração populacional, o difícil acesso à educação, à cultura e ao lazer, a baixa renda da família, etc., somados à vulnerabilidade própria da idade, expõem o jovem a situações adversas como o uso e o tráfico de drogas, a violência e aqueles relacionados à vida reprodutiva como nascimento de um filho, casar-se precocemente, ter vários parceiros sexuais e estar exposto a doenças sexualmente transmissíveis, entre outros.

Para Losacco (2010), o modelo econômico capitalista, concentrador de rendas, gera um empobrecimento social descomedido e faz com que famílias, em especial as mais pobres, ausentem-se do seio familiar na busca por trabalho, o que fragiliza as relações entre os seus. Essa ausência pode levar o jovem a estabelecer relações em sua comunidade, que, muitas vezes, levam-no para o cenário da marginalidade, porém, nessas relações, vão se sentir respeitados e ter autonomia, o que os coloca em comportamento de risco.

Quanto a fatores referentes ao ciclo de vida reprodutivo, para Vignoli (2001), as condições que os jovens, muitas vezes, experimentam dá-se pela combinação de dois fatores: a inexperiência atribuída por iniciarem a vida sexual e reprodutiva e as normas e valores que se referem negativamente à atividade reprodutiva durante a adolescência e juventude, em particular se ocorre fora do matrimônio ou de uma união. Dessa forma, muitos e muitas jovens ocultam as vivências sexuais e, frequentemente, não acessam meios de prevenção de gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis, o que faz com que aumentem as probabilidades de consequências negativas oriundas de suas condutas sexuais e reprodutivas.

Além da vulnerabilidade associada ao próprio ciclo de vida, o jovem pode estar exposto a fontes de vulnerabilidade que emergem da família, do estado, do mercado e da comunidade, o que, para Vignoli (2001), refere-se à dimensão institucional.

#### 2.2.2.2 Dimensão Institucional

De acordo com Vignoli (2001), a dimensão institucional concerne à relação que o jovem estabelece com a família como ambiente privado e com a comunidade

de adultos representada pelo Estado, Mercado e Comunidade, como ambientes públicos. A família é o ambiente institucional mais íntimo, onde é entendido que o jovem encontra apoio e segurança, porém também pode ser um gerador de conflito, propiciando um ambiente de desproteção. Quanto ao Estado, Mercado e Sociedade, que representam o mundo adulto, são instituições com a qual o jovem estabelecerá uma aproximação gradual, com cautela, pois pode incitar desconfiança, ceticismo e apatia.

Katzman (1999) aponta a família como instituição primária dentro do contexto da estrutura de oportunidades da sociedade provedora ou facilitadora de acesso a recursos a seus membros no enfrentamento de vulnerabilidade social. Para tanto, o quanto uma família disponibiliza de ativos como renda, educação, condições de habitação, de trabalho de seus membros, local onde residem e, ainda, como se configura a sua composição, entre outros, é fundamental, pois pode interferir sobre o quanto ela pode dar de suporte ao jovem, diante de impactos negativos sobre suas condições de vida.

De forma complementar, segundo Adorno (2001), as condições de vida da família incidem sobre fatores que podem dificultar ao jovem acessar bens e serviços que permitam e favoreçam a realização de projetos sociais, o que também pode propiciar estilos de vida e de integração social que coloquem as suas trajetórias em risco. As possibilidades no enfrentamento de vulnerabilidades sociais estão conjugadas ao contexto onde o jovem está inserido.

Assim posto, a família, como instituição social, é ambiente exposto às mudanças econômicas e ao contexto social onde está inserida. Assim, é preciso reconhecer que, nas últimas décadas, as transformações na dinâmica socioeconômica atuaram sobre o modelo de família e ela passou a ser considerada não somente por seu padrão tradicional, formada por casamento formal, pai, mãe e os filhos, mas que está posta a partir de uma diversidade de modelos.

Assim, o que a família experimenta hoje são novas configurações: famílias monoparentais chefiadas por mulheres, famílias de homossexuais, famílias formadas por uniões livres, sem casamento civil ou religioso, formadas por mulheres que decidem ter filhos de produção independente e, também, as formadas por uma segunda união com filhos de casamento anterior, entre outras. Para Vignoli (2001), as transformações sociais das famílias podem expor o jovem a um contexto de fragilidades, visto estar munido de vivências adversas desde a sua infância.

Essas novas experiências emergentes ilustram a complexidade das novas configurações da instituição família. Segundo Vignoli (2001, p.32, tradução nossa), “enquanto as turbulências da modernidade tardia se mantêm e não cristalizam culturalmente os novos arranjos de famílias, os jovens que vivem em famílias a ‘deriva’ verão suas fontes de vulnerabilidades acentuadas”.

Para a família, mesmo experimentando mudanças e assumindo novas configurações, os jovens, na maioria das vezes, recorrem para resolver ou minimizar fragilidades emocionais e dificuldades financeiras. Conforme Vignoli (2001), as condições de vida das famílias estão entre as forças que agem sobre as vulnerabilidades sociais dos jovens e é a família, além da sociedade, um dos pontos de socialização e disciplina, onde jovens encontram-se em meio a relações assimétricas.

Dessa forma, a família torna-se quase sempre um ambiente de dependência afetiva e material do jovem, pois, nela, os jovens encontram um espaço de comodidade e de autenticidade, um ambiente de experiências diárias. De acordo com Vignoli (2001, p. 32, tradução nossa), a família é “instituição social básica de apoio, solidariedade e autoafirmação”. Para o autor, a família é fonte provedora de recursos e ativos relacionados com os padrões de valores e comportamentos, o patrimônio material, os códigos culturais e a rede de contatos e pertencimentos.

Neste sentido, a família é vista como um ambiente social, fonte básica de transmissão de valores e comportamentos, de recursos materiais para subsistência de seus membros, de investimentos de educação, saúde e características de personalidades. Também é fonte de transmissão de culturas, de forma informal ou por imitação e, além disso, representa a primeira rede de contatos e grupo de pertencimento para quaisquer de seus membros.

Assim, a partir da família, o jovem parte para a sua relação com o mundo adulto, o ambiente público, através de três instituições, quer seja, Estado, Comunidade e Mercado. Kaztmam (1999) afirma que essas instituições têm sido consideradas geradoras de estrutura de oportunidades específicas e, ao mesmo tempo, delimitadoras das condições de vulnerabilidade de lugares e grupos de populações.

Ao analisar a instituição Estado, a carência por políticas específicas para o segmento populacional do jovem, pode-se considerar um cenário que reporta vulnerabilidade juvenil. Para Vignoli (2001), é necessário analisar a relação entre os

jovens e a política pública, onde o Estado é considerado uma agência setorial, entidade oficial responsável pelo jovem, relacionada com a ordem pública, justiça e defesa nacional. Assim sendo, a partir desta instituição devem emergir políticas relacionadas à juventude que orientem ações para promover a cidadania e a participação social dos jovens, encorajar lideranças na juventude, conceder programas de apoios aos jovens, promover campanhas de prevenção a riscos típicos da condição juvenil como drogas, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, acidentes de trânsito, violência e outros e coordenar assuntos setoriais que implicam sobre a vida dos jovens, como, por exemplo, saúde e habitação, sem intervenção explícita.

Em se tratando da relação do jovem com a comunidade, o ponto central a ser considerado é a valorização que é atribuída ao jovem. Segundo Vignoli (2001), a fonte de vulnerabilidade nesse âmbito vincula-se à exclusão de jovens do cenário político, é a escassa representação que têm os jovens entre a classe política e os grupos de dirigentes da sociedade. Para o autor, tal fator é, em parte, fruto da apatia produzida devido a restrições institucionais e outras características políticas, como a falta de incentivo da comunidade para a participação dos jovens por considerá-los inexperientes, a exigência de trajetória histórica na política e a indisponibilidade de recursos econômicos pelo jovem.

E, por fim, tem-se a relação que o jovem estabelece com o mercado. Essa instituição trata do caráter consumidor e produtor conferido aos jovens. A análise dos jovens como produtores será abordada no subitem seguinte, quando se pontua a inserção social, em que a vulnerabilidade está dada por fragilidades que limitam o acesso dos jovens ao mercado de trabalho. Como consumidores, os jovens são um segmento populacional alvo do mercado para aquisição e uso de bens materiais e simbólicos, para o qual a indústria cultural e as agências de publicidade dirigem-se intensamente, ofertando produtos, como música, cinema, jogos, roupas, comidas, telefonia, escolas, universidades, medicamentos e outros.

Tão importante quanto qualquer das dimensões já pontuadas, na sequência, apresenta-se a dimensão da inserção social, nas modalidades educação e trabalho, que, dependendo das circunstâncias, podem ser geradoras de vulnerabilidade juvenil.

### 2.2.2.3 Dimensão da inserção social



A dimensão da inserção social alude características da educação e do trabalho. Para Costa (2016, p.5), trabalho e educação são situações intrinsecamente relacionadas na vida do jovem, visto que “a formação adquirida pelo jovem é um fator determinante do tipo de inserção no mercado de trabalho”. Ocupar trabalhos informais com baixa remuneração, altas taxas de desemprego e a grande rotatividade são situações frequentemente associadas à baixa qualificação dos jovens em educação, formal ou profissional.

Em pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, 2011, a escolaridade destaca-se como o principal elemento considerado pelos empregadores no momento de contratação para o mercado de trabalho, além da formação técnico-profissional e do tempo de experiências são atributos relevantes.

A educação é considerada o principal instrumento que uma sociedade moderna tem para elevar o seu capital de recursos humanos e promover o bem-estar e a integração de adolescentes e jovens. Em toda sociedade, uma parte dos ativos transmite-se mediante as redes familiares, através da posição social delas, de seus atributos e matéria de socialização e estímulo, de sua dinâmica cotidiana, de seus estilos de vida e seus vínculos sociais, de maneira que a acumulação desses recursos em uma geração define a plataforma de partida para a acumulação da seguinte.

No entanto, Vignoli (2001) assinala que o sistema educativo está longe de operar com lógica, critérios e conteúdos em comum – o que resulta em níveis de qualidade diferentes – e os jovens experimentam essa desigualdade. Para o autor, a diferença de qualidade e relevância da educação dá-se entre as classes sociais, o que antecipa a desigualdade para a geração seguinte e constitui uma fonte relevante de vulnerabilidade, pois, em uma sociedade moderna, um dos principais ativos para as pessoas é dado por seu capital humano, obtido pela educação formal. Assim, as opções de mudança social dependem do grau de escolaridade recebida.

Logo, como o nível de escolaridade geralmente é deficiente para os jovens que estão em desvantagem devido à posição social de suas famílias de origem, pode-se concluir que, para esse segmento, operam fatores de vulnerabilidade que fragilizam e impedem a sua adaptação ou ação proativa frente às mudanças e às maiores exigências do mundo contemporâneo. Vignoli (2001) pontua que a dificuldade que o Estado enfrenta para reformar a educação e os sistemas de capacitação fazendo-o a

um ritmo ajustado à velocidade das mudanças que exigem novas habilidades e competências pode acentuar ainda mais a vulnerabilidade juvenil.

Em conformidade com autor, entre os indícios que sugerem que a segmentação social e econômica das instituições de educação está em ascensão, reforçando as desigualdades sociais e os fatores de vulnerabilidade dos jovens com desvantagens é a concentração de jovens com menor condição financeira em instituições que transmitem uma educação precária, enquanto que o contrário ocorre com os jovens que pertencem às classes sociais com maior poder aquisitivo.

O jovem devido a sua condição financeira e de sua família, muitas vezes, opta pelo abandono escolar, para entrar no mercado de trabalho, conseguir complementar a renda familiar para suprir as necessidades básicas e pertencer a um grupo consumidor. Além desses, outros fatores podem influenciar o jovem a abandonar os bancos escolares, acentuando ainda mais a vulnerabilidade social, como assumir precocemente papéis considerados de adultos, em particular, o relacionado com responsabilidades com crianças ou quando se tornam responsáveis pelo sustento e cuidados com outros membros da família; a desigualdade, que faz com que os jovens não tenham recursos mínimos para seguir na escola; a sensação de frustração baseada na contradição entre as promessas da escola e a penosa realidade do trabalho e dos salários, entre outros.

Para Filgueira (1998), o abandono dos estudos e o ingresso no mercado de trabalho parecem ser processos que estão conexos um ao outro e trazem consequências relevantes para a emancipação social do jovem. Neste sentido, o autor apresenta quatro combinações desses dois fenômenos, sendo aqueles referentes a jovens que estudam e não trabalham, aqueles que só trabalham, aqueles que estudam e trabalham e aqueles que nem estudam nem trabalham.

Os jovens que estudam e não trabalham referem-se, na maioria das vezes, àqueles que residem com os pais, em situação de dependência econômica e residencial e são os considerados adolescentes. Quanto aos jovens que trabalham e não estudam tratam-se daqueles que, por algum motivo, assumiram papéis adultos. Já os jovens que trabalham e estudam podem ser interpretados como aqueles que fazem parte de um processo mais prolongado para a vida adulta. E os que não estudam e nem trabalham recebem a denominação de jovens excluídos, os quais perderam posições estruturais entre os jovens e não adquiriram papéis adultos (FILGUEIRA, 1998).

A inserção precoce dos jovens ao trabalho pode conspirar contra a sua trajetória de mobilidade social futura, porque as melhores inserções de trabalho têm como pré-requisito um período maior de acúmulo de informação, conhecimento e creditações. Além disso, eles, no momento de sua contratação, também, incorrem no risco da inexperiência como uma clara desvantagem frente aos empregadores. Assim sendo, a conjugação da pouca experiência com a baixa escolaridade dos jovens que oferecem a sua força de trabalho resulta em trabalhos pouco vantajosos e desvalorizados pelos empregadores e sociedade.

Nos casos em que os jovens têm o apoio econômico dos pais ou familiares, alguns jovens mantêm uma inserção laboral menos comprometida, pois não dependem dela para o sustento cotidiano, dessa maneira, os empregadores podem oferecer condições de trabalho mais flexíveis e menos seguras, o que pode converter-se em um lastro para os trabalhadores jovens que, cada vez mais, são empregados em condições precárias (VIGNOLI, 2001).

Ainda de acordo com Vignoli (2001), na atualidade, a crescente incapacidade apresentada pelo mercado em absorver as qualificações apresentadas pelos jovens e garantir a cobertura de proteção social tradicional relacionada ao desempenho de empregos estáveis, situação que afeta principalmente os jovens urbanos, é um fator que aumenta a vulnerabilidade juvenil.

Paralelamente aos mecanismos que favorecem a vulnerabilidade juvenil, pontuados pelas três dimensões, outros podem ser ativados que o excluem socialmente, como a segregação residencial, que consiste em uma concentração espacial de lugares com similares níveis de vida; a separação de espaços públicos de sociabilidade informal, que restringe a convivência entre jovens de diferentes classes econômicas e a segmentação de serviços básicos, com destaque para a educação. Combinado esses três fatores, a consequência pode ser o afastamento do jovem do “curso central” do sistema social (VIGNOLI, 2001).

Por conseguinte, enfrentar a vulnerabilidade social de qualquer segmento social não é tarefa fácil, os jovens não são exceção. O Estado não é o único, mas, muitas vezes, apresenta-se como o mentor de maior responsabilidade para prover ações que visem ao enfrentamento e à superação de vulnerabilidades sociais e isso se dá pelas políticas públicas, especialmente, pelas políticas públicas sociais. No item seguinte, faz-se uma abordagem sobre políticas públicas e aquelas pensadas para o segmento populacional jovem.

## 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE

As políticas sociais, para Pastorini (1997, p. 81), apresentam-se pela perspectiva tradicional como “um conjunto de ações, por parte do aparelho estatal, que tendem a diminuir as desigualdades sociais [...], são pensadas como aquelas atividades que têm como função principal a correção, dos efeitos negativos produzidos pela acumulação capitalista”. Nessa perspectiva, segundo Pereira (2009, p. 92), “a política social é uma espécie do gênero política pública”.

Para Souza (2006), a política pública é enfatizada como ações do governo para solucionar problemas, que, em seu campo teórico-conceitual, assume uma visão holística, que considera o todo, buscando unir teorias econômicas, políticas e sociais, razão pelas quais muitos cientistas partilham do mesmo interesse comum. Segundo a autora, há várias abordagens conceituais de política públicas, no entanto, tem uma que se sobressai que é a de Laswell, o qual afirma que política pública implica responder as seguintes questões: “quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 24).

Para o economista Amartya Sen (2000), as políticas públicas são meios através dos quais o Estado oportuniza o acesso das pessoas às condições básicas de sobrevivência. Para Sen, através das políticas públicas se oferece às pessoas a liberdade para desenvolverem as suas capacidades, o que se torna uma ação imprescindível para o desenvolvimento. De acordo com o autor, não se pode pensar em desenvolvimento sem pensar em oportunizar às pessoas o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, o que é uma ação a ser realizada a partir de políticas públicas.

Adicionalmente, Pizarro (2001) aponta que as políticas sociais são determinantes para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, da redução da pobreza, assim evitando exclusões sociais e minimizando as desigualdades sociais. O melhoramento da infraestrutura social, como o acesso à água potável, a disponibilidade de eletricidade e telefone, a rede de esgoto; os avanços setoriais em educação, saúde, habitação; e a atenção focalizada em grupos vulneráveis são os três âmbitos mais importantes a serem considerados pelas políticas públicas para dar sustentação em situações de vulnerabilidade social e prevenir a pobreza, a exclusão e a desigualdade social.

De acordo com Vignoli (2001), quando pensadas a partir de um ponto de vista geracional, as políticas públicas devem considerar três premissas: primeiramente, que o grupo em questão é um sujeito que conta com ativos que devem ser utilizados para o melhoramento de sua situação, que eles têm opiniões, expectativas e desejos de participar que devem ser considerados durante todas as fases de uma política pública; num segundo momento, deve-se considerar que as fontes de vulnerabilidade social são diversas e entrecruzam-se e, em terceiro, precisa-se considerar que as forças geradoras de vulnerabilidade, como os subgrupos afetados por elas, são heterogêneas.

Assim, segundo o autor, as políticas públicas que se destinam aos jovens têm que os considerar não somente como receptores passivos dos serviços públicos, mas, fundamentalmente, como atores estratégicos do desenvolvimento, canalizando o enorme potencial contributivo que os jovens podem oferecer às suas comunidades e nações, colaborando com o desenvolvimento econômico, social e político de todos os níveis.

Abramo (2005) afirma que o percurso das políticas públicas voltadas ao segmento dos jovens permeia a compreensão do que é ser jovem, considerando as suas múltiplas dimensões e, assim, a complexidade que perpassa o seu caráter limítrofe. Assim sendo, seja qual for o contexto social considerado, a questão da juventude não define um único eixo que permita contemplá-la.

Desse modo, no subitem seguinte, pretende-se abordar aspectos históricos e políticos que fizeram com que a temática da juventude adentrasse na agenda de políticas públicas no Brasil, bem como se fizeram presentes instrumentos utilizados para estruturar ações públicas de atenção aos jovens. Este tópico não se propõe a uma revisão exaustiva de conteúdos sobre o tema, mas elencar marcos basilares que nortearam e culminaram no Projovem atual, atendo-se a uma das modalidades que será objeto deste estudo, o Projovem Adolescente.

### 2.3.1 A trajetória das políticas públicas para jovens no Brasil

De acordo com Sposito e Carrano (2003, p. 19), “é preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’, no entanto, a abordagem sobre como se compreende tais problemas também muda. Neste

sentido, observa-se que, no cenário brasileiro, datam, da década de 1990, mudanças em relação à apreensão sobre os problemas que interferem sobre o segmento populacional jovem e, assim, emergem discussões que concretizam políticas públicas com olhar mais amplo de direitos voltados a adolescentes e jovens.

Essas mudanças, expostas a seguir, foram alvo de forte influência de organismos internacionais. Refira-se, que, em 1965, a Organizações das Nações Unidas - ONU firmou compromissos internacionais através da “Declaração sobre a promoção entre a juventude nos ideais da paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos”. Posteriormente, também a ONU, dando mais visibilidade ao segmento populacional da juventude, estabeleceu, em 1985, o primeiro Ano Internacional da Juventude com o tema “Participação, Desenvolvimento e Paz”. Após dez anos, em 1995, criaram-se estratégias de enfrentamento aos desafios da juventude por meio do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ) e, em 1998, com origem no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, estabeleceu-se o Plano de Ação de Braga (IPEA et al, 2009).

No cenário brasileiro, os marcos basilares sobre políticas públicas para os jovens datam de 1927 com a instituição do Código de Menores. Em 1941, sob inspiração do mesmo Código, criou-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e, em 1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FNBEM). Em 1990, considera-se que houve um grande avanço para as políticas que contemplam a faixa etária jovem, com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, resultado da Constituição de 1988 e do comprometimento estabelecido em uma Convenção sobre os Direitos da Criança, entre o Governo Federal Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para adotar medidas para efetivar os direitos reconhecidos por ela. Mesmo não citando o termo “Jovem” e “Juventude”, o Estatuto traz suporte para a faixa etária de 15 a 18 anos incompletos.

Ainda, simultaneamente, no final dos anos 1990, havia muitas questões que associavam os jovens à violência, a comportamentos de riscos e a infrações, o que culminou em ações destinadas a atendê-los. Neste sentido, várias iniciativas públicas em nível municipal, estadual e federal, muitas em parceria com instituições não governamentais foram mobilizadas para atender tal segmento populacional. Destaca-se, de acordo com Sposito (2003), que a maioria das ações mobilizadas tinha como alvo os jovens excluídos e em risco social e que, nas mais diversas vezes, a condição

dos jovens apresentava-se como uma categoria problemática em si mesma, o que abarcava ações de enfrentamento dos problemas da juventude.

Dessa forma, segundo Andrade e Silva (2009, p.49), “prevaleram, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra”. As estratégias eram orientadas pelo conceito de prevenção de problemas que interferiam sobre os jovens, como a emergência de uma diversidade de programas esportivos, culturais e de trabalho, que monitoravam o tempo livre do jovem e contemplavam especialmente os que moravam em áreas pobres das grandes cidades.

A partir de 2004, um amplo diálogo iniciou-se no cenário brasileiro em prol da instauração de uma política voltada para os jovens que envolve governo e movimentos sociais. De acordo com Sposito (2005), a ideia era elaborar ações públicas que atendessem os jovens em suas diversas vulnerabilidades e riscos sociais, que contribuíssem e favorecessem a integração dos jovens nos diversos contextos sociais e lhes oportunizassem experimentar as várias inserções sociais.

Simultaneamente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO acumulou experiência em estudos e pesquisas sobre a realidade da juventude latino-americana e no cenário brasileiro com o Programa de Ciências Humanas e Sociais, que desenvolve uma intensa produção teórica embasada por temas contemporâneos e inter-relacionados, tais como a juventude, a violência e a cidadania. Essas publicações, junto com outras de autores nacionais, impactaram profundamente na opinião pública brasileira e contribuíram com a consolidação do esqueleto constitucional que abarca a questão da juventude no Brasil, incluindo a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, mecanismos estabelecidos pela agenda pública em 2005 (RODRÍGUEZ, 2010).

De acordo com uma revisão histórica apresentada pelo Conselho Nacional da Juventude, o processo de redemocratização no Brasil, na década de 1980, atrelado à mobilização em torno dos direitos da criança e do adolescente também contribuiu para que se começasse a perceber o jovem e direcionar-lhe uma atenção especial. Logo, a juventude adentrou na agenda da política pública com grande significância a partir de 2003, quando um amplo processo de mobilização da sociedade civil com o

Executivo e o Legislativo travaram uma discussão em torno do tema e, assim, expressivas mudanças institucionais e canais da participação juvenil aconteceram (CONJUVE, 2005).

Dessa forma, relevantes iniciativas balizam o processo ocorrido entre o de 2003 e 2005, quando houve a criação do Conselho Nacional da Juventude. Em 2003, fez-se o lançamento da Frente Parlamentar da Juventude, criou-se a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude e, também, ocorreu a elaboração do Projeto de Emenda Constitucional – PEC 42/2008, com o objetivo de incluir o tema juventude no capítulo dos Direitos Fundamentais da Constituição Federal. Já em 2004, elaborou-se o Plano Nacional da Juventude, o Projeto Lei 27/2007, que propõe o Estatuto da Juventude e a Criação do Grupo Interministerial com função de realizar um diagnóstico e sugestões para a Política Nacional da Juventude. Em 2005, lançou-se a Política Nacional da Juventude, criou-se a Secretaria Nacional da Juventude – SNJ, lançou-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM e instituiu-se o Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE (CONJUVE, 2005).

A consolidação da SNJ, do CONJUVE, do PROJOVEM e do Plano Nacional da Juventude deu-se a partir da formação de um Grupo Interministerial para discussão de problemas envolvendo a juventude em geral, propondo ações por dez anos, com elaboração de planos específicos em estados e municípios, buscando assegurar a articulação de diferentes iniciativas voltadas aos jovens, empenhando-se em:

Ampliar o acesso e permanência na escola de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais (BRASIL, 2009, p. 32, 33).

Assim, no próximo subitem, abordar-se-á de forma mais delimitada o Programa de Inclusão de Jovens como elemento estratégico da Política Nacional da Juventude no cenário das políticas públicas para jovens no Brasil. A intenção é apresentar a sua estrutura e o processo de consolidação e como se deu a sua implementação de forma integrada com outras políticas públicas.



### 2.3.2 O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem

O Programa de Inclusão de Jovens – Projovem é fruto de estudos elaborados pelo Grupo Interministerial da Juventude, que, ligado a Secretaria Geral da Presidência da República, tinha como propósito elaborar um diagnóstico das condições de vida da juventude no país, tendo em vista a imediata necessidade de elaborar políticas públicas voltadas para tal segmento da população. O programa tornou-se uma ação estratégica da Política Nacional da Juventude no Brasil.

O Projovem foi legalmente instituído pela Lei nº. 11.129 de 30 de junho de 2005 e regulamentado pelo Decreto nº. 5.557 de 05 de outubro de 2005. Assim, configurou-se como “um componente da Política Estratégica de Juventude do Governo Federal, implantado como programa emergencial e experimental, voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes (BRASIL, 2005, p. 7). O programa foi destinado a jovens entre 18 e 24 anos, que haviam concluído a 4ª série, mas não a 8ª série do ensino fundamental e que não tinham vínculo empregatício.

De acordo com as diretrizes e os procedimentos técnico-pedagógicos para a implementação do Projovem, que foram aprovados pela resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE e Câmara de Educação Básica - CEB Nº 3/2005:

§ 1º O ProJovem é um programa emergencial, concebido como de Educação Integral e aprovado pelo Parecer CNE/CEB nº 2/2005 como curso experimental, nos termos do art. 81 da Lei nº 9.394/96, destinado a executar ações educacionais articuladas, que propiciem aos jovens brasileiros, tanto a elevação de seu nível de escolaridade, objetivando a conclusão do Ensino Fundamental, quanto sua Qualificação Profissional inicial para o trabalho, com vistas a estimular sua inserção produtiva e cidadã, bem como o desenvolvimento de ações comunitárias de exercício da cidadania, com práticas de solidariedade e de intervenção na realidade local (BRASIL, 2005, p.2)

A execução do programa em âmbito local é de responsabilidade do Governo Federal e dos municípios de forma partilhada. A gestão, a execução e a avaliação dão de forma partilhada por um comitê gestor intersetorial, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assim, a Secretaria Nacional da Juventude compõe uma Comissão Técnica que dará suporte para os três ministérios.

Nesse âmbito pelo Art. 9º da Resolução CNE/CEB Nº 3/2005:

A formação integral propiciada pelo Programa, em período de doze meses, compreenderá, no mínimo, oitocentas horas destinadas à formação escolar, objetivando a conclusão do Ensino Fundamental; trezentas e cinquenta horas destinadas à Qualificação Profissional inicial para o trabalho; e cinquenta horas destinadas ao desenvolvimento de atividades de Ação Comunitária, totalizando 1.200 horas de atividades presenciais, às quais se acrescentam quatrocentas horas de atividades não presenciais, orientadas pelos educadores do ProJovem, totalizando 1.600 horas de efetivo trabalho escolar. (BRASIL, 2005, p. 4).

Assim posto, o Projovem preconiza o seu processo de formação, a partir de núcleos formados por cinco turmas de 20 a 30 participantes, que é executado diariamente em locais onde haja espaço adequado para a realização das atividades e que seja próximo e de fácil acesso para os jovens estudantes. A duração do curso do Projovem é de 12 meses. Cada grupo com oito núcleos compõe uma Estação Juventude, que conta com uma equipe de gestão. O princípio fundamental de cada Estação do Projovem é o da

[...] integração entre Educação Básica [...], Qualificação Profissional inicial para o trabalho e Ação Comunitária, [...] criando alternativas para superar a situação de exclusão social [...] no que se refere aos seus direitos fundamentais à educação, ao trabalho e à participação social cidadã (BRASIL, 2005, p. 10).

No entanto, a partir de 2007, como estratégia de implementação da política da juventude, conforme já citado na introdução deste trabalho, o Projovem, que é instituído inicialmente para contemplar jovens entre 15 a 24 anos, ampliou a faixa etária para jovens de 15 a 29 anos e passou a ser estabelecido de forma integrada e articulada com outros quatro ministérios e secretarias do Governo Federal, estabelecendo o Projovem a partir de quatro modalidades: Projovem Urbano<sup>2</sup>: gerido pelo Ministério da Educação contemplando jovens com idade entre 18 a 29 anos; Projovem Trabalhador<sup>3</sup>: gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego envolvendo jovens com idade entre 18 e 29 anos; Projovem Campo<sup>4</sup>: também pelo Ministério da

---

2 - Reformulação do ProJovem com o objetivo de promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, a elevação de escolaridade, com a conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias.

3 - É a unificação dos programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica e visa à qualificação profissional, desenvolvimento humano, assim como facilitar a inserção no mundo do trabalho.

4 - O Programa modifica o Saberes da Terra e tem como objetivo elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, com a conclusão do Ensino Fundamental, em regime de alternância dos ciclos agrícolas, qualificação e formação profissional.

Educação, abarca jovens de 18 a 29 anos e o Projovem Adolescente<sup>5</sup>: gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, contemplando jovens de 15 a 17 anos (BRASIL, 2009).

Essa integração também se dá a partir da unificação de seis programas já existentes, qual seja: o Projovem, o Agente Jovem, o Saberes da Terra, a Escola de Fábricas, o Consórcio Social da Juventude e a Juventude Cidadã. Esses programas tinham o objetivo de atender jovens com baixa escolarização, pouca capacitação profissional e excluídos do mercado de trabalho, no entanto, a dinâmica e a execução desses programas davam-se de forma fragmentada, pontuais e paralelas, não propiciando um ambiente integrador e coordenado com baixa capacidade de atender aos jovens alvos dos programas, aqueles considerados os excluídos socialmente.

No próximo subitem, dar-se-á atenção especial à modalidade do Projovem Adolescente. Apresentar-se-á o seu objetivo e a metodologia, bem como a sua contextualização no cenário da Política Pública de Assistência Social, como integrante e parte desse novo desenho da política da juventude.

### 2.3.3 O Projovem Adolescente e o seu espaço na Política de Assistência Social

A modalidade do Projovem Adolescente, a partir de 2007, integrante da Política Nacional de Assistência Social, passou a ser de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, que, por meio da Secretaria Nacional da Assistência Social – SNAS, coordenou a implantação dessa modalidade, que vem ao encontro à reformulação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que preconizava o atendimento a jovens alfabetizados e carentes, pertencentes a famílias com renda per capita até meio salário mínimo.

Assim, o Projovem Adolescente adentrou como um serviço socioeducativo de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, alinhado à Política Nacional da Juventude (BRASIL, 2009). De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, a proteção social básica “deve garantir as seguintes seguranças: de sobrevivência (de rendimento e autonomia); de acolhida; de convívio

---

5 - É uma reformulação do Agente Jovem, com o objetivo de contribuir para o retorno à escola dos jovens que abandonaram precocemente os estudos e assegurar proteção social básica e assistência às famílias.

ou convivência familiar” (BRASIL, 2004, p.31). Por sua vez, os serviços de proteção social básica têm o objetivo de:

[...] prevenir situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais ou de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras) (BRASIL, 2005, p.33).

Dessa forma, o jovem na política de Assistência Social, assim como outros públicos alvo de atendimento dela, ultrapassa uma visão meramente de atender necessidades básicas e incluem-se ações preventivas para evitar riscos e vulnerabilidades sociais, oportunizando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como ações de atenção integral à família. Assim sendo, de acordo com os instrumentos normativos, o Projovem Adolescente destina-se ao atendimento de jovens de 15 a 17 anos:

(i) Pertencentes a famílias beneficiária do Programa Bolsa Família – PBF; (ii) egressos de medidas socioeducativas de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e Adolescente; (iii) em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990; (iv) egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; ou (v) egressos ou vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual (BRASIL, 2009, p. 20).

O Projovem Adolescente apoia-se em dois importantes pilares do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que é o da matricialidade sociofamiliar e a territorialização. A matricialidade sociofamiliar e a territorialização apresentam-se como pilares impulsionadores do trabalho com os usuários da Política de Assistência Social. Assim, em relação aos jovens, conhecer a família e o território, na perspectiva em que eles estão inseridos e identificar os recursos que elas dispõem para o enfrentamento de riscos e vulnerabilidades sociais é contribuir para a realização de um trabalho mais efetivo. Neste sentido, segundo Miotto (2009, p. 130, 131), “o conhecimento dessas perspectivas se torna imprescindível, à medida que delas nascem diferentes formas de propor e executar políticas sociais, de planejar e gerir serviços”.

Dessa forma, considera-se a capacidade protetiva e socializadora da família em relação aos jovens e aos seus processos peculiares de desenvolvimento, assim como considera-se que as políticas públicas compreendam a família como portadora de direitos e de proteção do Estado, assegurem o seu papel de responsável pelo desenvolvimento dos jovens, garantindo o exercício pleno de suas funções sociais. Quanto à territorialização, ela preconiza que o serviço deve ser ofertado próximo às residências dos jovens e de suas famílias, no território de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS (BRASIL, 2009).

O CRAS é equipamento público da Política de Assistência Social, que, juntamente com as demais políticas públicas sociais, visa garantir os direitos de todos que necessitem, contribuindo, assim, para a superação da pobreza e da desigualdade social. O CRAS é de base municipal, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, bem como à articulação desses serviços no seu território de abrangência e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social (PAIVA, 2006).

Por conseguinte, com o desafio de formulação e implementação de inovadoras e transformadoras metodologias de trabalho socioassistencial que possam subsidiar o atendimento de equipes multidisciplinares, o Centro de Referência de Assistência Social é distribuído e implantado por várias cidades brasileiras. Nos espaços do CRAS, as atividades do Projovem Adolescente são executadas.

A sua execução pauta-se em princípios orientadores que balizam a escolha de conteúdos e atividades práticas a serem desenvolvidas pelas instituições e profissionais responsáveis. Tais princípios anunciam-se na: “criação de espaços socioeducativos pautados pela liberdade de expressão”, pela “corresponsabilidade dos jovens”, pela “valorização do saber e da vivência dos jovens”, pela “construção e produção coletiva de conhecimentos”, pela “articulação entre os projetos pessoais e coletivos”, pela “participação e protagonismo”, pela “reflexão crítica permanente sobre todas e quaisquer formas de discriminação e preconceito” (BRASIL, 2009, p. 30-31).

Quanto à organização dos jovens que participam do Projovem Adolescente, ela é feita em grupos de, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 integrantes, que é denominado de coletivo. Preconiza-se que o serviço tenha duração de dois anos, perfazendo uma carga horária de 12 horas por semana.

Dessa forma, aliado aos princípios que permeiam a organização dos espaços e a convivência entre os jovens estarão as principais referências metodológicas que orientam o fazer socioeducativo, apoiadas nas seguintes dimensões: dialógica, reflexiva, cognitiva, afetiva, ética, estética e lúdica. Assim sendo, as ações serão organizadas, planejadas e executadas a partir de três eixos estruturantes que se pautam na convivência social, na participação cidadã e no mundo do trabalho e que têm como temas transversais juventude e direitos humanos e assistenciais, juventude e saúde, juventude e meio ambiente, juventude e trabalho, juventude e cultura, juventude e esporte e lazer (BRASIL, 2009).

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, contemplando as técnicas utilizadas para escolha da literatura, para a coleta, definição, organização e análise dos dados. Segundo Minayo (1994, p.43), a metodologia “indica as opções e a leitura operacional que o leitor fez do quadro teórico”, visto que os principais elementos constitutivos da metodologia são as técnicas empregadas para a “definição da amostra”, para a “coleta de dados”, bem como as técnicas utilizadas para “organização e análise dos dados”.

Para a escolha do aporte teórico, considerou-se uma abordagem sociológica, visto abordar o tema vulnerabilidade social juvenil. Posteriormente, selecionaram-se as categorias a serem exploradas e analisadas na pesquisa. Para Franco (2005), a criação de categorias é a criação de indicadores, indispensáveis e fundamentais, que efetiva a possibilidade de inferir, analisar e interpretar os dados a serem submetidos a uma análise de conteúdo.

Dessa forma, as categorias elencadas para análise neste estudo fundamentam-se em três dimensões: a vital, relacionada a questões que interferem sobre a formação de identidade do jovem, como gravidez, namoro, casamento, doenças sexualmente transmissíveis, amizades, local de moradia, lazer e gênero; a dimensão institucional, relacionada ao mercado, Estado e sociedade, abordando a família como ambiente institucional, primeiro, no provimento de recursos a seus membros no enfrentamento da vulnerabilidade social e a dimensão da inserção social, que trata da educação e do trabalho, mecanismos que oportunizam o jovem a construir um futuro melhor.

Desse modo, caracteriza-se como um estudo de cunho exploratório, uma vez que busca entender aspectos relacionados ao fenômeno da vulnerabilidade social juvenil. Segundo Gil (2002, p.41), o estudo exploratório “tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descobertas de intuições” e envolve o levantamento de dados bibliográficos, entrevistas com pessoas que tiveram experiência com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assim, possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado, podendo assumir forma de pesquisa bibliográfica ou de caso. Fez-se necessário compreender e perceber aspectos sobre as categorias elencadas, no contexto onde o jovem está inserido, o que direcionou para um estudo de caso. De acordo com Gil (2002), o estudo de caso é uma modalidade que, para as ciências sociais, assume diferentes propósitos como:

a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) preservar o caráter unitário do objeto estudado; c) descrever a situação do contexto em que esta sendo feita determinada investigação; d) formular hipóteses ou desenvolver teorias e; e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos(GIL, 2002, p. 54)

Assim, buscou-se compreender o tema a ser pesquisado a partir da caracterização da família com a presença de jovens em situação de vulnerabilidade e da percepção de jovens referenciados ao Projovem no município de Pato Branco, sobre condições vivenciadas no contexto onde eles estão inseridos, como o próprio ciclo de vida, família, educação, trabalho, lazer, local de moradia e política pública.

O tema deste estudo foi abordado quantitativamente e qualitativamente. Quantitativamente, fez-se um estudo estatístico a partir da análise de agrupamentos, com o objetivo de agrupar as famílias e conhecer as características do ambiente familiar de jovens entre 15 e 29 anos, residentes no município de Pato Branco – PR, inseridos na base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Qualitativamente, discutiu-se a percepção de 15 jovens entre 15 e 17 anos participantes e não participantes do Projovem Adolescente do referido município. Para Minayo e Sanches (1993, p. 245), a abordagem qualitativa afirma-se no campo da subjetividade e do simbolismo e tem como objeto de análise “o nível dos significados,

motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa na linguagem comum e na vida cotidiana”.

Um estudo quanti-qualitativo, segundo Johnson e Onwuegbuzie (2004), considera uma pesquisa com a utilização de métodos misto, formalmente definida como a classe de pesquisa onde o pesquisador mistura ou combina dados quantitativos e qualitativos, ou seja, técnicas de investigação, métodos, abordagens, conceitos em um único estudo.

Leech e Onwuegbuzie (2009) consideram que usar o método misto quanti-qualitativo leva a considerar três dimensões: a) nível de mistura, se ela acontece parcialmente ou totalmente; b) orientação temporal, que se refere ao tempo de coleta de dados de ambos os métodos, se eles acontecem no mesmo tempo ou de forma sequencial ;c) ênfase de abordagens, que diz respeito a qual dos métodos é dado mais ênfase: se eles têm ênfase aproximada ou se um componente tem prioridade sobre o outro.

Para o estudo quantitativo desta pesquisa, o recorte populacional limitou-se às famílias com a presença de jovens entre 15 e 29 anos, que atualizaram o CadÚnico no período de 11 de março de 2014 a 11 de março de 2016. Para o recorte da idade de jovens, foi considerando o Estatuto da Juventude no Brasil, instituído pela lei Nº 12.852<sup>6</sup>, de cinco de Agosto de 2013, que “dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, e para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013). O recorte temporal utilizado foi definido por apresentar dados mais atuais sobre as condições de vida dessas famílias.

Os dados foram coletados e organizados em planilhas do Microsoft Excel e submetidos ao software Statistical Program for Social Sciences (SPSS). A estatística, segundo Freund (2006, p. 16), é uma ferramenta que exerce o domínio de “coleta”, “processamento”, “interpretação e apresentação de dados”, que tem os números como referência, bem como é uma ferramenta que exerce o planejamento e detalha todo o percurso dessas funções.

---

6 BRASIL. Estatuto da Juventude. Lei Nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm) . Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.



Com a utilização do método de agrupamento para análise multivariada de dados, agruparam-se famílias em Clusters, identificando a homogeneidade interna de cada grupo e heterogeneidade externa entre os grupos a partir das variáveis: renda per capita da família, escolaridade do responsável familiar e número de membros por dormitório. De forma complementar, fez-se a caracterização de vulnerabilidade social das famílias desses agrupamentos, considerando o trabalho principal exercido pelo responsável familiar, as características do domicílio e a localização da moradia.

Na sequência, utilizando os dados quantitativos, identificou-se o número de jovens entre 15 e 17 anos de idade em cada cluster, quantos são em cada área de abrangência de cada CRAS no município e quantos e quem são os jovens que participam do serviço socioeducativo Projovem Adolescente no CRAS Paulina Bonalume Andreatta.

Dessa forma, foi feita a seleção dos sujeitos a serem entrevistados e realizou-se a sessão qualitativa da pesquisa. As entrevistas foram realizadas com 15 jovens, nove frequentam o serviço socioeducativo Projovem Adolescente no CRAS Paulina Bonalume Andreatta localizado na Zona Oeste do município de Pato Branco e seis jovens estão referenciados pelo Cadúnico, mas não participam do referido serviço.

As entrevistas foram realizadas no período de junho a dezembro de 2016. Para tal, utilizou-se a técnica da entrevista semiestruturada com a elaboração de um roteiro prévio de questões, o que permitiu abordar o tema livremente com o entrevistado. As entrevistas foram gravadas, com consentimento do familiar responsável pelo jovem e pelo próprio jovem, fazendo-o em documento escrito, e, posteriormente, todas foram transcritas. Todas as entrevistas aconteceram somente com a presença do jovem e da pesquisadora, sendo que três foram realizadas nos domicílios dos jovens e treze, no espaço físico do CRAS. A duração de tempo das entrevistas ficou entre vinte e cinco minutos e uma hora.

Posteriormente, foi realizada a transcrição, sistematização e interpretação das entrevistas através da análise de conteúdo. Para Franco (2005, p. 14,16), a análise de conteúdo apregoa-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, que requer relacionamentos com outros dados e deve ser representada por alguma forma de teoria. Por conseguinte, a análise de conteúdo implica comparações contextuais.

Para Bardin (1977),

[...]a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores (BARDIN, 1977, 38).

Assim, intimamente atreladas ao uso da técnica da análise de conteúdo foram exploradas as categorias identificadas e levantadas a partir das referências teóricas e que foram encontradas nas respostas obtidas dos sujeitos da pesquisa.

Por fim, e tão importante quanto qualquer outro procedimento metodológico utilizado, a atuação da pesquisadora como Assistente Social no cenário da pesquisa oportunizou a utilização da observação participante como técnica de coleta de dados. Devido ao contato pessoal diário com o objeto a ser investigado, a proximidade com o jovem entrevistado e a sua família, foi considerado um meio para captar alguns elementos empíricos, que contribuíram para compreender a percepção construída pelos jovens em relação à realidade em que eles estão inseridos.

De acordo com Gil (2008, p. 103), a observação participante, também considerada observação ativa, “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada”. Segundo o autor, com essa técnica, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. “Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo”(GIL, 2008, p. 103).

Acrescenta-se que o projeto para realização da pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o Nº 57343016.0.0000.5547.

#### **4. PERFIL SOCIOECONÔMICO DE FAMÍLIAS COM A PRESENÇA DE JOVENS**

Nesta seção, apresenta-se o perfil socioeconômico de famílias com a presença de jovens entre 15 e 29 anos cadastradas no Cadúnico referentes ao município de Pato Branco – PR e os sujeitos entrevistados para a pesquisa.

Para a seleção do local da pesquisa, levou-se em consideração ser o local de residência da pesquisadora. Mais precisamente, ser no município que a pesquisadora exerce a profissão de Assistente Social, como servidora pública, sendo lotada no momento da pesquisa no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Paulina Bonalume Andreatta, uma das unidades de CRAS do referido município.

O município de Pato Branco localiza-se na região sudoeste do Estado do Paraná e, segundo dados do IBGE (2014), possui área territorial com 539.087 Km<sup>2</sup> e população estimada, em 2016, em 79.869 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2010), é de 0.782, que é considerado, para o desenvolvimento humano municipal, uma faixa média, porém aproximado da faixa alta que seria de 0.799.

De acordo com dados extraídos do IBGE, Censo Populacional de 2010, dos 72.370 habitantes do município de Pato Branco, 19.964 tinham idade entre 15 e 29 anos, faixa classificada como juventude<sup>7</sup>. Assim, na tabela seguinte, apresenta-se esse número subdividido por faixa etária e sexo.

**Tabela 1 - População de jovens no município de Pato Branco agregada por faixa etária e sexo**

IDADE	FEM	MASC	TOTAL	
15 a 19 anos		3.277	3.474	6.751
20 a 24 anos		3.488	3.321	6.809
25 a 29 anos		3.311	3.093	6.404
TOTAL		10.076	9.888	19.964

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, BRASIL, 2016.

Para a política de Assistência Social, considerando o número de habitantes do município de Pato Branco, ele é considerado de médio porte, assim, foi contemplado com duas unidades de CRAS, nos quais são executadas a modalidade Projovem Adolescente. Os CRAS foram implantados no município no ano de 2009 e, desde então, desenvolvem atividades com os jovens entre 15 e 17 anos, a partir do serviço socioeducativo.

Uma das preconizações da política de Assistência Social para a participação do jovem no Projovem Adolescente é a família estar cadastrada no CadÚnico, base de dados utilizada para a caracterização do cenário do estudo. Para tal, foram extraídos dados das famílias cadastradas no CadÚnico com a presença de jovens com idade entre 15 e 29 anos, residentes no município, com seus cadastros atualizados no período de 11 de março de 2014 a 11 de março de 2016. O objetivo de fazer tal caracterização foi conhecer o ambiente familiar de jovens com renda per

<sup>7</sup> De acordo com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Juventude, aprovada pelo Congresso em setembro de 2010, é jovem no Brasil todo(a) o cidadão(ã) com idade entre 15 e 29 anos, sendo dividido em: Jovem-Adolescente 15 a 19 anos, Jovem-Jovem 20 a 24 anos e Jovem-Adulto 25 a 29 anos

capita até três salários mínimos, além de possibilitar, com os dados organizados, identificar os jovens a serem entrevistados na etapa qualitativa desta pesquisa.

Do formulário utilizado para o cadastro das famílias, permitiu-se, a partir das variáveis renda per capita, número de pessoas por dormitório, escolaridade do responsável familiar, principal trabalho exercido pelo responsável familiar, condições de moradia da família e local de residência, traçar um perfil socioeconômico de famílias que são referência para programas, projetos e serviços da política de assistência social, assim como para identificar jovens para o serviço Projovem.

As variáveis consideradas para o estudo estatístico deram-se por serem as que permitiram realização da análise por agrupamento. Outras variáveis podem ser extraídas do formulário do CadÚnico para abordar a vulnerabilidade social de indivíduos e famílias, para tanto, com outros métodos estatísticos.

Com os dados obtidos e organizados, agruparam-se as famílias em três *Clusters*, conforme apresentado na Tabela 2, respectivamente, com famílias em nível maior de vulnerabilidade social no Cluster 1, de média vulnerabilidade Cluster 2 e famílias menos vulneráveis Cluster 3.

**Tabela 2 - Caracterização socioeconômica das famílias com jovens do CadÚnico por cluster, Pato Branco, 2016**

	<i>Clusters</i>			Total
	1	2	3	
<b>Número de famílias em cada <i>Cluster</i></b>	1.921	960	170	<b>3.051 Famílias</b>
<b>Média Renda Per Capita Familiar R\$</b>	98,00	323,00	699,00	
<b>Média Nível de Escolaridade RF*</b>	5,71	6,25	6,82	
<b>Média Pessoas por Dormitório</b>	2,05	1,66	1,26	

**FONTE:** SAGI - Dados CadÚnico Município Pato Branco – PR. (2016)

**Legenda:** \* Responsável Familiar.

A partir dos agrupamentos formados, foi possível perceber que, nas famílias em que o nível de escolaridade do seu responsável é menor, a renda per capita da família é menor e, também, representa uma família com maior número de membros por dormitório, demonstrando que a falta de acesso à educação formal tem reflexos claros na vulnerabilidade social das famílias.

Verificou-se que, no *Cluster 3*, considerando o salário mínimo vigente no momento de análise dos dados de R\$ 880,00, a renda média das famílias ultrapassa um pouco  $\frac{1}{2}$  salário per capita. Quanto ao *Cluster 2*, a renda média per capita da família não chega no valor de meio salário mínimo. Ainda mais grave é o resultado obtido no *cluster 1*, em que a renda média per capita da família fica inferior a  $\frac{1}{4}$  do

salário mínimo. O quanto uma família disponibiliza de recursos financeiros não é o único, mas, na maioria das vezes, é um fator que facilita a identificação de uma família em vulnerabilidade social.

O agrupamento de famílias em que o nível de escolaridade do responsável é menor apresenta famílias com renda per capita também menor. De acordo com o documento elaborado pela Divisão da População da CEPAL – CELAD com apoio do Fundo da População das Nações – FNUAP, em 2000, pelo menos a metade dos latino-americanos, em algumas épocas de suas vidas, têm os seus níveis de bem-estar afetados devido à transmissão geracional de graus de educação e oportunidades de trabalho, que, junto a outros fatores, determinam o grau de elevação e persistência de desigualdade social e econômica (CELADE, 2000).

Com a formação dos *Clusters*, utilizou-se a Tabela de Referência Cruzada para determinar o perfil das famílias presentes em cada um deles, considerando a variável principal o trabalho do responsável familiar apresentado na Figura 2, características do domicílio da família apresentadas nas Figura 3, 4 e 5, e local de moradia das famílias.

O CadÚnico exige que cada família tenha um responsável familiar, sendo um dos componentes e morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos e, preferencialmente, mulher. Assim, das 3.051 famílias, que atualizaram o cadastro no período de 11 de março de 2014 a 11 março de 2016, com a presença de jovens entre 15 e 29 anos, apenas 1.316 desses responsáveis encontravam-se exercendo algum tipo de atividade laboral. O que significa que mais de 50% dos membros considerados pessoas responsáveis pela unidade familiar encontram-se fora do mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Atenha-se a Tabela 3.

**Tabela 3 - Principal trabalho exercido pelo responsável das famílias com jovens do CadÚnico, Pato Branco, 2016.**

		Número do Cluster			Total
		1	2	3	
<b>Trabalhador por conta própria (“bico”, autônomo)</b>	Nº de Casos	252	54	13	319
	Percentual	31,5%	12,6%	14,8%	24,2%
<b>Trabalhador temporário em área rural</b>	Nº de Casos	0	1	0	1
	Percentual	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%
<b>Empregado sem carteira de trabalho assinada</b>	Nº de Casos	90	28	8	120
	Percentual	11,2%	6,5%	2,3%	9,1%
		255	282	55	592

<b>Empregado com carteira de trabalho assinada</b>	Percentual	31,9%	65,9%	62,5%	45,0%
<b>Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada</b>	Nº de Casos	176	29	1	206
	Percentual	22,0%	6,8%	1,1%	15,7%
<b>Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada</b>	Nº de Casos	17	12	2	31
	Percentual	2,1%	2,8%	2,3%	2,4%
<b>Trabalhador não remunerado</b>	Nº de Casos	0	0	1	1
	Percentual	0,0%	0,0%	1,1%	0,1%
<b>Militar ou servidor público</b>	Nº de Casos	4	13	8	25
	Percentual	0,5%	3,0%	9,1%	1,9%
<b>Estagiário</b>	Nº de Casos	5	8	6	19
	Percentual	0,6%	1,9%	6,8%	1,4%
<b>Aprendiz</b>	Nº de Casos	1	0	1	2
	Percentual	0,1%	0,2%	0,0%	0,2%
<b>Total</b>	Nº de Casos	800	428	88	1316
	Percentual	100%	100%	100%	100%

**FONTE:** SAGI- Dados do Cadúnico Município de Pato Branco – PR. (2016)

O *Cluster 1*, no qual se encontra o número maior de famílias, sendo aquelas com a menor renda per capita, mais membros por dormitório e menor nível de escolaridade do responsável familiar, menos da metade dos membros considerados os responsáveis pelo núcleo familiar, isto é, 800 deles estão exercendo algum tipo de trabalho. Destes, apenas 34% estavam no mercado formal de trabalho, isto é, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e os tipos de trabalho mais encontrados são: trabalhador por conta própria (“bico”, autônomo), empregado sem carteira de trabalho assinada e trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, somando 64% do montante do *Cluster 1*.

Quanto ao *Cluster 2*, também com a presença de número significativo de famílias, elas apresentaram renda per capita abaixo de meio salário mínimo e o membro responsável pelo núcleo familiar com escolaridade de ensino fundamental. Desses, 428 estão ocupando algum tipo de trabalho, demonstrando que mais de 50% dos responsáveis desse grupo estão fora do mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Aqueles que estão exercendo algum tipo de atividade laboral encontram-se, na sua maioria, com carteira de trabalho assinada, regidos pela CLT. Sendo assim, os tipos de trabalho mais encontrados nesse grupo são: trabalhador com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar ou servidor público e estagiários.

O *Cluster 3*, que apresentou o menor número de famílias, é composto por famílias com maior renda per capita e nível de escolaridade do responsável um pouco mais elevado que os grupos anteriores e mais da metade está exercendo algum tipo de trabalho. Considerando a soma dos que estão como empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar ou servidor público, totaliza-se 73,9% responsáveis familiares no mercado formal de trabalho, regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que regulamenta as relações trabalhistas, individuais e coletivas, tanto do trabalho urbano quanto rural.

O trabalho realizado pelos membros adultos da família é considerado uma estratégia de sobrevivência, pois, pelo acesso ao trabalho, obtém-se os rendimentos da família. Assim, verifica-se que o *Cluster 1* apresenta uma condição mais elevada de vulnerabilidade social, encontrando-se famílias que deveriam ser priorizadas no atendimento pelas políticas públicas. É um grupo de família, em que, em sua maioria, o responsável familiar encontra-se fora do mercado de trabalho e, mesmo quando está inserido, é no mercado informal, com baixas remunerações e sem amparo da CLT. Para o CadÚnico, pessoas que exercem trabalho por conta própria, “bico” ou autônomo, são aquelas pessoas que trabalham “explorando seu próprio empreendimento”, como catadores de material reciclado, pintores, que atuam em serviços gerais na construção civil, jardineiros diaristas, manicures domiciliares e outros.

A seguir, buscou-se caracterizar as condições de habitação das famílias de cada *Cluster*, que, no caso de inadequado ou precário, constitui outro fator de vulnerabilidade social. A metodologia de análise da Estatística Descritiva, com o uso da Tabela de Referência Cruzada pelo teste Quiquadrado, utilizando, na linha, as variáveis material predominante na construção das paredes do domicílio, água encanada para, pelo menos, um cômodo do domicílio e a presença ou não de banheiro ou sanitário no domicílio, e, na coluna, o QCL\_7 referentes aos *Cluster* formados, obteve-se os resultados expressos nas figuras 3, 4 e 5. O domicílio para o CadÚnico refere-se ao “local que serve de moradia à família”.

**Tabela 4 - Material predominante na construção das paredes dos domicílios das famílias com jovens do CadÚnico, Pato Branco, 2016.**

	Cluster			Total
	1	2	3	
Nº de Casos	996	594	116	1706

<b>Alvenaria/tijolo com revestimento</b>	Percentual	51,8%	61,9%	68,2%	55,9%
	Nº de Casos	209	81	9	299
<b>Alvenaria/tijolo sem revestimento</b>	Percentual	10,9%	8,4%	5,3%	9,8%
	Nº de Casos	496	219	39	754
<b>Madeira aparelhada</b>	Percentual	25,8%	22,8%	22,9%	24,7%
	Nº de Casos	2	0	0	2
<b>Taipa revestida</b>	Percentual	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%
	Nº de Casos	1	3	0	4
<b>Taipa não-revestida</b>	Percentual	0,1%	0,3%	0,0%	0,1%
	Nº de Casos	213	60	5	278
<b>Madeira aproveitada</b>	Percentual	11,1%	6,2%	2,9%	9,1%
	Nº de Casos	4	3	1	8
<b>Outro material</b>	Percentual	0,2%	0,3%	0,6%	0,3%
	Nº de Casos	1921	960	170	3051
	Percentual	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**FONTE:** SAGI- Dados do Cadúnico Município de Pato Branco – PR. (2016)

Observa-se que a maioria das famílias dos três *Clusters* em análise tem seus domicílios de alvenaria com tijolos revestidos. No entanto, no *Cluster* 1 e 2, é significativo o número de família com os seus domicílios sendo de madeira aproveitada, consideradas pelo Cadúnico como “paredes feitas de madeiras de embalagens, tapumes, andaimes, etc.”. São 11,1% das famílias do Cluster 1 e 6,2% do Cluster 2 que residem em condições precárias de habitabilidade, pois esse tipo de material dificulta higienização, proteção contra umidade, calor e frio e organização dos cômodos, impossibilitando boas condições de moradia para os membros dessas famílias. Além das questões relacionadas à salubridade, isso pode fazer com que os jovens não considerem a casa da família como um local no qual se sintam protegidos ou confortáveis, explicando a tendência de muitos deles permanecerem nas ruas ou em outros locais nem sempre apropriados para os jovens.

Outra característica do domicílio identificada di respeito à água canalizada em um dos cômodos da casa, que é apresentada na Tabela 5, o que não identifica a forma de abastecimento do domicílio.

**Tabela 5 - Água encanada em pelo menos um dos cômodos do domicílio das famílias com jovens do Cadúnico, Pato Branco, 2016.**

		Cluster			Total
		1	2	3	
<b>Domicílio com água encanada</b>	Nº de Casos	1.887	950	170	3.007
	Percentual	98,2%	99%	100%	98,6%



<b>Domicílio sem água encanada</b>	Nº de Casos	34	10	0	44
	Percentual	1,8%	1,0%	0,0%	1,4%
<b>Total</b>	Nº de Casos	1.921	960	170	3.051
	Percentual	100%	100%	100%	100%

**FONTE:** SAGI- Dados do CadÚnico Município de Pato Branco – PR. (2016)

Assim, verificou-se que 100% dos domicílios onde residem famílias com maior renda per capita, *Cluster 3*, têm água encanada em, pelo menos, um dos cômodos. No *Cluster 1 e 2* também visualiza-se que quase todos os domicílios possuem água encanada em um dos cômodos. Porém, esses dados não dispensam a atenção a 34 ou 1,8% dos domicílios do *Cluster 1* e 10 ou 1% dos domicílios do *Cluster 2*, que, juntos, totalizam 44 famílias com jovens que não possuem água encanada em nenhum dos cômodos de seus domicílios.

Na Tabela 6, onde está expresso o número de domicílios com banheiros ou sanitários, é possível observar similaridade com os dados sobre água encanada. São 35 famílias ou 1,1% entre os três *Clusters* que residem em domicílios que não têm banheiros e nem sanitários. Para o CadÚnico, a diferença entre banheiro ou sanitário é que o banheiro, além do sanitário, possui chuveiro, já o sanitário possui somente o aparelho sanitário ou buraco para dejectão, ou seja, há um número maior de domicílios sem chuveiro ou aparelho sanitário.

Nota-se também que a ocorrência de casos que não possuem água encanada em nenhum dos cômodos e não possuem banheiros e nem sanitários predomina no *Cluster 1*, onde a renda per capita da família é menor, o nível de escolaridade do responsável familiar é menor e apresenta maior número de habitantes por dormitório. Assim, reitera-se ser um grupo prioritário de atenção, pois, em todas as variáveis analisadas, apresenta um cenário de famílias mais numerosas, com baixa renda e o responsável familiar com menor nível de escolaridade.

**Tabela 6 - Domicílio com banheiro ou sanitário nas famílias com jovens do CadÚnico, Pato Branco, 2016.**

		Número do Cluster			Total
		1	2	3	
<b>Domicílio com banheiro/sanitário</b>	Nº de Casos	1895	952	169	3016
	Percentual	98,6%	99,2%	99,4%	98,9%
<b>Domicílio sem banheiro/sanitário</b>	Nº de Casos	26	8	1	35
	Percentual	1,4%	0,8%	0,6%	1,1%

Total	Nº de Casos	1921	960	170	3051
	Percentual	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**FONTE:** SAGI- Dados do CadÚnico Município de Pato Branco – PR. (2016)

Por fim, fez-se referência ao local de moradia dessas famílias de jovens. Observado, assim, que as famílias com a presença de jovens com cadastros atualizados no CadÚnico estão concentradas em regiões mais afastadas do centro urbano do município. As famílias encontram-se, principalmente, na zona Sul e Oeste do Município, demonstrando que esses territórios concentram um número significativo de famílias de baixa renda.

Diante dos dados, analisa-se que essas famílias vivem em condições sociais e econômicas semelhantes ao de um contingente de outras famílias que apresentam uma maior vulnerabilidade social; a renda per capita da família inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; a escolaridade da maioria dos responsáveis pelas famílias é ensino fundamental incompleto, ocupam postos menos favorecidos de trabalho; residem em locais mais afastados do centro urbano e apresentam condições precárias de moradia. Assim, são características que podem representar limitação ou fragilidade em relação a dispor ou ofertar recursos a seus membros, para acessar bens e serviços de educação e saúde. Essa condição contribui ainda para ampliar os riscos, aos quais esses jovens ficam expostos cotidianamente e que precisam ser afrontados.

Por fim, realizada a caracterização dos dados socioeconômicos que permitiu conhecer um pouco das condições em que vivem os jovens em situação de vulnerabilidade do município de Pato Branco, a segunda parte deste estudo buscou compreender a percepção dos jovens sobre a sua própria situação de vulnerabilidade social a partir de jovens referenciados ao Projovem Adolescente. Esse serviço faz parte de uma estruturação de política pública para jovens, que tem como objetivo complementar a Proteção Social Básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

#### 4.1 Os jovens sujeitos da pesquisa

Com a caracterização socioeconômica das famílias dos jovens, organizaram-se os dados referentes à faixa etária entre 15 e 17 anos, por ser contemplada pelo

serviço educativo Projovem Adolescente, considerando as áreas de abrangência dos dois CRAS, onde é executado o serviço socioeducativo. Dessa forma, delimitou-se a área de abrangência do CRAS Paulina Bonalume Andreatta, identificando-se os jovens a serem entrevistados, contemplando o objetivo deste estudo.

Das 3.051 famílias do estudo estatístico desta pesquisa, de um total de 10.674 indivíduos, 3.973 são jovens entre 15 a 29 anos e 1.135 são jovens entre 15 a 17 anos. Desses, 795 jovens entre 15 e 17 anos estão nas áreas de abrangência dos dois CRAS, sendo 536, na região Sul, no qual se localiza o CRAS Carolina Ferrari Amadori e 259, na região Oeste, atendida pelo CRAS Paulina Andreatta Bonalume, objeto desta pesquisa.

O montante de jovens entre 15 e 17 anos das famílias cadastradas no CadÚnico da região Sul é o dobro da região Oeste, número coerente com o total de bairros que cada CRAS tem como território de abrangência, ou seja, o CRAS da região Sul abrange 14 bairros, enquanto o CRAS da região Oeste contempla o atendimento para oito bairros e uma comunidade rural.

Foi possível observar, que 560 dos jovens entre 15 e 17 anos das regiões de abrangência dos CRAS pertencem a famílias do *Cluster 1*, o qual apresentou características que, possivelmente, referenciem-no como o de maior vulnerabilidade social.

O levantamento no CRAS Paulina Bonalume identificou 25 jovens inscritos no Projovem, no entanto, nove não estavam mais frequentando as suas atividades e dos dezesseis jovens que continuavam a comparecer às atividades, seis jovens são membros de famílias que não possuíam CadÚnico ou estava excluído ou não atualizado, assim, por opção metodológica, eles não foram inseridos na relação dos entrevistados.

Assim, dez participantes do Projovem Adolescente foram identificados como membros de famílias que foram analisadas no estudo estatístico, sendo selecionados para a entrevista, porém, um deles não aceitou o convite, não alegando nenhum motivo. Desses dez jovens identificados, oito pertencem às famílias do *Cluster 1* e dois pertencem a famílias do *Cluster 2*, assim, não foi identificado nenhum jovem do Projovem pertencente a família do *Cluster 3*. Esse dado indica que, apesar de haver problemas na operacionalização do Projovem, ele apresenta um índice considerável de desistências, a seleção dos jovens participantes está priorizando aqueles pertencentes às famílias que apresentam os piores indicadores em relação às suas

condições socioeconômicas, isto é, provavelmente encontrem-se em situação crítica de vulnerabilidade social.

Para além dos jovens participantes, optou-se por selecionar alguns jovens que são referenciados ao serviço, mas que não estão participando, para expressar as suas percepções, com o intuito de perceber se existe significativa diferença entre as percepções de jovens participantes e não participantes de uma política pública.

Assim, essa etapa da pesquisa foi realizada com um total de quinze entrevistados, sendo nove participantes do Projovem e seis jovens que cumprem os critérios de enquadramento do Projeto, mas, por razões diversas, não estão inscritos nele. Desses não participantes, dois são do cluster 1, dois do cluster 2 e dois do cluster 3.

Na sequência, visto que os cluster caracterizaram as famílias considerando o perfil homogêneo que elas apresentavam, buscou-se fazer uma breve caracterização individual do jovem entrevistado para entrar em seu universo particular, conhecer e entender parte de sua história de vida. Não se esgotaram informações sobre a vida do jovem, porém apresentam-se as informações que eles trouxeram durante as entrevistas. A identificação dos sujeitos deu-se a partir de nomes fictícios, não os expondo na pesquisa, respeitando o direito de preservar a sua identidade. Inicia-se com os jovens participantes e seguidos pelos não participantes do Projovem:

Jovens Participantes do Projovem Adolescente:

**Gean**, 16 anos, é solteiro, estuda, está no último ano do ensino médio, reside com a mãe e o padrasto no bairro São João, não trabalha e não tem filhos. No momento, a renda da família provém de um benefício que Gean recebe por ter complicações no rim desde criança. A família reside em casa própria, em razoáveis condições de habitabilidade. Participa do Projovem Adolescente e sua família pertence ao *Cluster 1*.

**Dora**, 16 anos, é solteira, estuda, reside com os pais biológicos. Não trabalha, não tem filhos. A família reside no Bairro São João. No momento, só o pai dela está trabalhando, mas não soube precisar se é emprego formal, a mãe tem problemas de saúde, mas não recebe auxílio ou benefício. A família reside em casa própria de alvenaria. A família pertence ao *Cluster 1* e Dora é participante do Projovem Adolescente.

**Junior**, 17 anos, reside com o padrasto, a mãe e quatro irmãos no Bairro São João. A casa onde a família reside é de madeira, não tem boas condições de

habitabilidade, “molha dentro em dias de chuva”. Na casa de Junior, segundo ele, ninguém está trabalhando: “*Só de vez em quando meu pai e minha mãe trabalham pra prefeitura, só que trabalham por cesta básica*” (Junior, 2016). Há uns dois anos atrás, o seu padrasto ficou um tempo em reclusão, porém Junior não falou sobre tal fato. De acordo com o Cadúnico, a família tem renda per capita de R\$ 28,00, assim, a família pertence ao *Cluster 1*. Esse jovem participa do Projovem Adolescente, estuda, não é casado e não tem filhos.

**Leo**, 17 anos, é solteiro, estuda, reside com a avó e um tio no Bairro São João. Não tem filhos, não trabalha. A renda da família no momento provém da aposentadoria da avó no valor de um salário mínimo e do trabalho do tio, sobre o qual ele não comentou. A família pertence ao *Cluster 2*. Esse jovem participa do Projovem adolescente. Sobre os seus pais biológicos, disse que a sua mãe “é uma mulher aí” e seu pai reside em outro bairro, ainda disse que mora com a avó desde seus nove meses, que a chama de mãe, mas optou por não falar sobre essa situação.

**Sandro**, 15 anos, é solteiro, estuda, reside com a sua mãe e mais dois irmãos no conjunto habitacional Vila São Pedro. Não trabalha, não tem filhos. No momento, não tem ninguém na casa que trabalha, a única renda da família é do Programa Bolsa Família. Assim, a condição apresentada pelo Cadúnico quanto à renda da família é de R\$ 6,00 per capita. Esse jovem participa do Projovem Adolescente.

**Talia**, 17 anos, é solteira, não está estudando e nem trabalhando. Reside com os pais biológicos e quatro irmãos. Residem em casa própria de dois cômodos. No momento, o pai e o irmão mais velho de Talia trabalham como auxiliar na construção civil, diarista, informal e sua irmã tem emprego formal. Para tanto, no momento que sua mãe atualizou o Cadúnico no período considerado para o estudo, ninguém estava trabalhando e a renda per capita da família também era só do Programa Bolsa Família, dessa forma a família pertence ao *Cluster 1*. Talia participa do Projovem Adolescente.

**Raíssa**, 15 anos, é solteira, não tem filhos, estuda, reside com os pais biológicos, três irmãos e o cunhado no Bairro São João. O pai de Raíssa trabalha no “reciclado”, segundo ela “...*cata reciclado né, ele sempre fala pra nós que temos que estudar, porque ele não quis e agora olha onde está e sofre pra sustentar a gente*” (Raíssa, 2016). Ainda a sua mãe não trabalha porque tem problema de coluna e também tem uma nenê de um ano. Essa jovem participa do Projovem Adolescente e sua família pertence ao *Cluster 1*.

**Sabrina**, 16 anos, é solteira, não trabalha, não tem filhos, reside com a avó e o marido da avó, o qual ela chama de “tio”. Segundo Sabrina, no momento, só o “tio” trabalha, ele é catador de papel. A família reside em casa de madeira reaproveitada, não tem banheiro, tem latrina e uma peça ao lado onde eles tomam banho, não tem chuveiro. A residência da família é no Bairro São João. No estudo estatístico, a família pertence ao *Cluster 1*. Sabrina participa do Projovem Adolescente.

**Valdir**, 16 anos, reside com a mãe e dois irmãos, no Bairro São João. Ele estuda, não é casado, não tem filhos, não trabalha. A família reside em uma casa de alvenaria, sem os tijolos revestidos, de três peças, medindo aproximadamente 32 m<sup>2</sup>. Na sua casa, às vezes, a sua mãe tem alguma renda trabalhando como diarista, mas, no momento, não está trabalhando. Família é beneficiária do Programa Bolsa Família e pertence ao *Cluster 1*. Valdir participa do Projovem Adolescente.

Jovens não participantes do Projovem Adolescente:

**Elto**, 15 anos, é solteiro, estuda e reside com a mãe e mais dois irmãos. A família reside no Bairro São João há cinco anos, mas antes residiam em outro bairro do município, disse que mudaram para o bairro, pois, em outros lugares, não conseguiram adquirir uma casa, porque o valor era muito alto. No momento, a renda da família é do trabalho dos dois irmãos mais velhos de Elto, que começaram a trabalhar há aproximadamente dois meses, e de um auxílio doença de sua mãe. A casa em que residem é própria e tem três cômodos. Elto não trabalha, não tem filhos e não participa do Projovem Adolescente. A família dele está no *Cluster 1*, visto que, no período que sua mãe atualizou o CadÚnico, seus dois irmãos não estavam trabalhando e a família tinha como renda apenas o auxílio doença da mãe de Elto.

**Andy**, 17 anos, é casada, reside com os seus pais biológicos e mais três irmãos no Bairro São João. Não tem filhos, não trabalha no momento e não está estudando. O esposo de Andy trabalha em trabalho formal em uma empresa de construção civil. O seu pai é autônomo, trabalhando como diarista e a mãe recebe um salário mínimo, devido vários problemas de saúde. Ela disse que já participou do Projovem Adolescente em 2013, mas, no momento, não participa mais. Na análise estatística, a família de Andy pertence ao *Cluster 1*.

**Le**, 17 anos, é solteira, não tem filhos, ingressou na faculdade no ano da entrevista (2016), reside com a mãe e o padrasto no Bairro Planalto. No momento, tanto a mãe quanto o padrasto estão trabalhando em emprego formal. Le não trabalha. Não participa do Projovem Adolescente e sua família pertence ao *Cluster 3*.

**Mari**, 15 anos, é solteira, tem um filho, reside com ele, sua mãe e seu irmão. Não está estudando, não está trabalhando. A família reside no Bairro Alto da Glória, em casa própria de alvenaria, com quatro cômodos. A renda da família no momento é da pensão de viúva de sua mãe. Mari não participa do Projovem Adolescente e sua família pertence ao *Cluster 2*.

**Edir**, 16 anos, é solteiro, reside com os avós no Bairro São João. Nem sempre foi assim, disse que até os sete anos residiu com a tia, disse que o pai é falecido e a mãe reside em outro município. Optou por não falar sobre os motivos que não reside com a mãe. Edir estuda, não tem filhos e disse estar em processo de seleção para um trabalho como “Jovem Aprendiz” em uma empresa do município. Disse que a renda da família provém da aposentaria de seus avós, no valor de um salário mínimo cada. A casa é própria, de projeto habitacional. Ele não participa do Projovem Adolescente e sua família pertence ao *Cluster 2*.

**Guto**, 17 anos, estuda em um curso técnico e trabalha em um supermercado como repositor. Ele não é casado, não tem filhos e reside só com a mãe, em casa própria de alvenaria no Bairro Vila Esperança. A renda da família provém do seu trabalho e da aposentadoria de sua mãe. Não participa do Projovem Adolescente, disse que nunca ouviu falar sobre ele. A família pertence ao *Cluster 3* e a sua renda per capita é de R\$ 880,00

Diante de tal apresentação dos jovens entrevistados, nota-se que eles encontram-se de acordo com a Lei nº 11629, de 10 de Junho de 2008, que estabelece o perfil do jovem a ser contemplado, quer seja, aquele jovem pertencente a famílias beneficiárias do programa Bolsa Família (PBF); egressos de medidas socioeducativas de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme exposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; em cumprimento ou egressos de medidas de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069/1990; egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e egressos ou vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual (BRASIL, 2005b). A maioria dos jovens entrevistados que participa do Projovem Adolescente no município de Pato Branco pertence a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Os jovens que não eram beneficiários do Programa Bolsa Família, no momento da pesquisa, são aqueles que pertencem a famílias com renda per capita inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, caracterizadas por não estarem inseridas no mercado

de trabalho formal ou informal ou estão inseridas em condições precárias. Essas condições de renda apontam possibilidades concretas desses jovens estarem vivenciando alguma vulnerabilidade social, assim, também são usuários alvos da política de Assistência Social.

Considera-se que a caracterização socioeconômica das famílias permitiu identificar que todos os jovens que o Projovem atende no município, no momento, respondem ao perfil priorizado para serem contemplados com as ações das políticas sociais voltadas aos jovens. Na sessão seguinte, apresenta-se a percepção trazida pelos jovens, revelando o seu olhar sobre as suas condições de vida, de suas famílias e da comunidade onde estão inseridos.

## 5. A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE A SUA VULNERABILIDADE SOCIAL

*“Não existem pessoas sem conhecimento. Elas não chegam vazias. Chegam cheias de coisas. Na maioria dos casos, trazem juntas consigo opiniões sobre o mundo, sobre a vida.”*  
Paulo Freire

A vulnerabilidade social relacionada ao jovem é um fenômeno complexo que sustenta um cenário de dificuldades para eles acessarem e manterem recursos que envolvem o próprio ciclo de vida, educação, trabalho, família, lazer, renda e outros. Assim, viver na periferia de centros urbanos, fazer parte de famílias numerosas, com baixo poder aquisitivo, com baixo nível de escolaridade são algumas das situações que podem gerar no jovem um sentimento de indefesa e insegurança para enfrentar eventos adversos, vindo a ser lesionados em suas trajetórias de vida.

Para Vignoli (2001), a vulnerabilidade social juvenil está relacionada à disponibilidade de recursos materiais e simbólicos oriundos da família e comunidade, assim como o acesso à estrutura de oportunidades sociais oferecidas pela sociedade, mercado e Estado. A não disponibilidade de recursos e/ou a falta de acesso à estrutura social podem somar um conjunto de situações impróprias que geram problemas de desempenho e mobilidade social, tornando-se obstáculos às mudanças nos contextos sociais. Desse modo, podem constituir fontes poderosas de vulnerabilidade para o jovem.

Este capítulo apresenta e analisa a percepção dos quinze jovens entrevistados. O texto está organizado a partir de dimensões elencadas pelo aporte



teórico. Primeiro, analisa-se a percepção dos jovens sobre a dimensão vital com referência a amizades, namoro, casamento, gravidez, doença sexualmente transmissível, local de moradia, lazer e gênero. Na sequência, analisa-se a percepção deles em relação à dimensão institucional que trata sobre família, comunidade, estado e mercado. Posteriormente, analisa-se a percepção que os jovens expressam sobre a dimensão institucional com menção à educação e ao trabalho e, por fim, consideram-se aspectos sobre políticas públicas e a vulnerabilidade dos jovens.

### 5.1 Dimensão vital: construindo a identidade do ser jovem

A juventude é uma fase muito peculiar na vida dos seres humanos, é o momento em que os jovens tomam decisões importantes e preparam-se para entrar na vida adulta. Passam a refletir sobre questões como namoro, casamento, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, amizades, etc.

A preparação e as decisões que os jovens fazem é produto da forma como eles percebem a sua própria fase de vida e essa percepção está condicionada a vivências a que foram e estão expostos em relação ao local onde residem e à sua família. Assim, a preparação, as escolhas, a forma como o jovem age, a sua capacidade de interagir, é reflexo de sua trajetória de vida. O que implica dizer que o percurso que cada indivíduo percorre até a fase da juventude, o que ele capta de recursos disponíveis e ofertados por sua família e comunidade, tanto materiais ou imateriais, será determinante na formação de sua identidade, modo de pensar e agir.

Dessa forma, a influência das relações sociais orientará e até mesmo determinará a construção da identidade juvenil. Para Amante (2014, p.27),

...a formação da identidade pessoal implica necessariamente a formação da identidade social. O jovem vai dando conta que pertence a uma sociedade e por essa razão tem de gerir equilibradamente a sua identidade pessoal – a sua diferença – e os modelos sociais e culturais da sociedade em que está inserido.

Entretanto, para que o jovem possa fazer escolhas acertadas e tenha oportunidade de preparar-se para o futuro de forma adequada, é preciso que o contexto social ao qual está inserido, família, comunidade, Estado e outros, tenham oferecido mecanismos e recursos consistentes. De outra forma, as suas chances para fazer escolhas saudáveis estarão comprometidas.

Assim, para compreender o contexto a que os jovens estão expostos, primeiramente, buscou-se investigar sobre o ciclo de vida dos jovens entrevistados, a partir de suas percepções sobre o local de moradia, lazer, amizades, namoro, gravidez, casamento, DST e gênero.

### 5.1.1 Local de moradia, amizades e lazer

A ausência de investimentos públicos ou desenvolvidos de forma frágil e precária, como a falta de segurança, a falta de infraestrutura adequada em relação a rede de saneamento básico, calçadas, transporte coletivo urbano, educação de qualidade, saúde, assistência social e outras, são fortes indícios, talvez, cruciais em determinar um território como vulnerável, implicando diretamente na vida de indivíduos e famílias que pertencem a ele. Ainda mais, quando se trata de territórios mais afastados dos centros urbanos ou a periferia, a qual está associada a um espaço onde residem populações com baixo poder aquisitivo, onde há insuficiente infraestrutura e carência de equipamentos públicos (locais de lazer, escolas, postos de saúde, creches, transporte coletivo, etc.), com restrições de acesso ao desenvolvimento econômico, local onde impera a violência, como exposto por Sposito (2004).

O local onde esta pesquisa foi realizada reflete tal argumentação de Sposito. Os jovens entrevistados residem em locais mais afastados do centro urbano, com precária infraestrutura, ruas sem calçadas, não há saneamento básico, existe a presença do tráfico e do uso de drogas em especial pelos jovens. São membros de famílias mais numerosas, com baixo poder aquisitivo, que residem em condições precárias de habitação. Assim, um cenário que afronta a integração social do jovem e, em muitos casos, provoca a criminalidade e a violência.

Neste sentido, alguns fatos que se fizeram presente na vida dos jovens, percebidos por eles como lembranças de infância, revelam que o local onde residem é um ambiente de insegurança com a presença da violência presenciada por eles desde crianças. Alguns contaram que presenciaram cenas de morte. Andy disse que presenciou um crime perto de sua casa, *“...teve um que mataram o coitado a pedrada, faz tempinho já, eu acho que uns quatro anos.”*. Para o jovem Sandro foi a morte do primo *“...foi ali na nossa rua, quem viu primeiro foi minha irmã e minha mãe...ele estava dormindo, por que tinha bebido, mataram ele a facada...”*.

Para tanto, no momento da pesquisa, eles presenciam outras formas de violência, que atingem em especial os jovens. Percebem que, além do consumo de drogas pelo jovem, também acontece o envolvimento deles com o tráfico. Segundo os entrevistados, além dos que têm entre 15 e 17 anos, os menores de 15 são usados pelos traficantes como meio para o transporte de drogas.

*É complicado um oferece pro outro. Tinha que mudar, eu vejo vender e consumir, eles não se escondem pra nada...Eu nunca usei, mas já vi amigo meu usando maconha, pó, craque, cheirando cola, mas eu nunca usei (Raíssa, 15 anos, 2016).*

*Mais é menor né [...] eles dão pros menor leva né, por que se chega a pegar, tá sossegado [...] (Elto, 15 anos, 2016).*

*[...] vê eles vendendo, a gente não vê, mas vê que eles fumam, e sabe que eles vendem. Mas eu, vê assim, ainda não vi eles vendendo. Tem...tem uns de treze, quatorze anos (Edir, 16 anos, 2016).*

*É bastante, as vezes tem jovens que nem se cuidam, não se importa se tem alguém olhando, usa droga no limpo...Tráfico eu nunca vi, já ouvi falar que tem aqui né, mas eu nunca vi. Só o uso mesmo, que é bem durante o dia mesmo (Tália, 17 anos, 2016).*

*[...] tem um monte de coisa...gente violenta que mata os outros assim, sem ter porquê né. Pessoa de menor até vendendo droga, quatorze, quinze anos vendendo droga já, tendo intriga, andando com arma na rua (Valdir, 16 anos, 2016).*

A presença de jovens em circunstâncias de violência ou naquelas que a geram não significa a sua participação ativa, mas muitos vivenciam-na pela convivência com aqueles que atuam diretamente em determinada atividade ou convivência que pode ser motivada pelo medo de represálias. Isso certamente influencia na forma como os jovens aprendem a lidar com os problemas cotidianos, seja na família, seja na comunidade. Dessa forma, a reprodução de atos violentos torna-se fonte de vulnerabilidade social juvenil.

Pela observação da pesquisadora, a partir dos atendimentos realizados a indivíduos e famílias no CRAS, durante o horário de trabalho e em vistas domiciliares, percebe-se claramente as condições de violência relatadas. A questão do tráfico e do uso de drogas envolvendo os jovens é assunto recorrente, assim como o relato de que o bairro é percebido como local violento. Além disso, a pesquisadora e outros profissionais já presenciaram cenas de troca de tiros e brigas, envolvendo agressões físicas entre moradores do bairro. Essas cenas são presenciadas por um número significativo de pessoas da comunidade, incluindo jovens e crianças.

O fato dessas cenas serem recorrentes evidencia o risco que os jovens desta pesquisa estão expostos, significando exacerbação da situação de vulnerabilidade social deles, de seus familiares e da comunidade. De acordo com Novaes e Vannuchi (2004, p. 14), “os temas violência e segurança, evidenciam as diferenças de renda entre os jovens brasileiros – retroalimentadas pelas desigualdades de raça, gênero e local de moradia”.

Reforça-se, pela percepção do jovem Junior, que o tráfico e o consumo de drogas no bairro traz “*medo, pro bairro. As vezes, a gente não pode sair, às vezes se ataca no tiro e a gente tem que fica em casa só, não pode nem sair*” (Junior, 17 anos, 2016). Essas experiências colocam em risco a segurança tanto do jovem, quanto do restante da comunidade. Para Frigotto (2004, p. 210), quem vive nas periferias das cidades é “empurrados para as atividades do tráfico”, para a mendicância, a prostituição e ainda o mundo da criminalidade.

Aspectos como “terror” e “confusão” especificando um ambiente de insegurança e medo também são pontuados pela percepção da Jovem Talia, reforçando a presença de violência.

*Prá mim é bem tranquilo, tem bastante gente de fora que pede onde moro, aí falo que moro no São João, aí falam ‘mas lá não é perigoso? Lá não tem que ficar direto se cuidando?’. Mas assim, as pessoas, que digamos tocavam o terror, já estão todas presas. Tem confusão de vez em quando, mas acho que todo bairro é assim (Talia, 17 anos, 2016).*

No entanto, o aspecto da “normalidade” também pode ser analisado, pois, por vivenciarem algum tipo de violência quase que cotidianamente e, muitas vezes, desconhecerem o que é viver em ambientes diferentes, faz com que esses jovens considerem que tudo é normal.

Nesta pesquisa, a percepção do jovem pontuou a falta de espaços e programas para atividades de lazer no contexto onde vivem. Além da falta, a precariedade foi notada pela maioria deles, tanto dos que participam quanto dos que não participam do Projovem Adolescente, mesmo residindo em locais diferentes.

*Lazer...se divertir nada, só o jogo de bola mesmo que nós joga, porque o resto não tem (Valdir, 16 anos, 2016).*

*Eu estudo de noite, eu faço projetos aqui no CRAS, quase todos os dias né. Vou no BatucAção, de noite, vou na igreja, e só. Jogo bola ali no ginásio, quando minha mãe deixa (Jean, 16 anos, 2016).*

*Não tem nada, só o ginásio ali, o campo (Junior, 17 anos, 2016).*

*Acho que sim, mas tinha que mudar o bairro porque parece uma favela, as ruas, a sujeira das casas que na nossa rua tem de tudo, mas lazer não (Raíssa, 15 anos, 2016).*

*A única coisa que tem pra gente fazer é jogar bola no campo e agora isso que eles construíram aqui ...Academia (Sabrina, 16 anos, 2016).*

*Nós só jogava bola no ginásio...e tem o campo de grama (Elto, 15 anos, 2016).*

*Aqui tem pouca...fica mais na casa. Não era que nem antigamente que tinha mais projetos no final de semana. Aqui não tem mais (Andy, 17 anos, 2016).*

*Só tem o campo e a quadra, né? (Leo, 17 anos, 2016).*

*No final de semana a gente fica só em casa, por que não tem o que fazer. Tipo antes tinha jogos no campo, agora não vê mais (Edir, 16 anos, 2016).*

*Não. Não tem (Mari, 15 anos, 2016).*

*Na verdade, eles tão fazendo agora, embaixo ali na Igreja, igual aquele parque que tem lá no centro na praça. Só que o pessoal aqui, eles não respeitam, eu acho ainda que vão quebrar tudo ali, eles não respeitam nada (Le, 17 anos, 2016).*

*Escasso. Não tem muita coisa prá fazer. No bairro então, não tem nada (Guto, 17 anos, 2016).*

No cenário social, espaços e atividades de lazer tornam-se importantes mecanismos, através dos quais o jovem socializa-se, integra-se socialmente. A falta deles, consentidas pela política pública e até mesmo pela comunidade, abre uma lacuna que pode oportunizar o tráfico e o uso de drogas como atrativo para os jovens. O que também o deixa mais sensível à influência da violência, quer seja da criminalidade.

De outra forma, essa falta e precariedade dos ambientes e atividades existentes também limitam o jovem de circular em outros alcances, restringindo-os de exercer a sua cidadania social, ao passo que não conseguem desfrutar do contexto social em que vivem.

A pesquisa identificou que as atividades cotidianas dos jovens entrevistados, além do período que estão na escola, relacionam-se a auxiliarem nos serviços domésticos e acessarem redes sociais. Sobre atividades de lazer, jogar bola ficou entre as atividades mais citadas, sendo que é vivenciada com os amigos.

Logo, as amizades tornam-se um elo em especial com as atividades de lazer, que o jovem possui para relacionar-se com o mundo social em sua comunidade. Estar inserido em um grupo de amigos amplia para o jovem seu universo social para além

da família, proporcionando, assim, experimentos cotidianos que influenciam em sua maneira de ver, sentir e conhecer o mundo. O que é essencial para o desenvolvimento do ser humano e a construção da personalidade.

Destarte, ter amizades, fazer parte de um grupo de amigos, é uma questão de pertencimento, de integração social, de identificar-se socialmente. O que é importante ponderar em relação à amizade como fonte de vulnerabilidade social juvenil é que essa necessidade do jovem de pertencimento pode influenciá-lo a envolver-se com o uso drogas, infiltrar-se no cenário tráfico, do crime, da violência ou outros cenários de eventos adversos a sua conduta, levando-o a viver na conjuntura da marginalidade.

Entretanto, isso não foi observado nas entrevistas dos jovens pesquisados. Eles possuem amizade com colegas de escola e vizinhos e afirmaram que ela não os deixa vulneráveis, à medida que não se deixam influenciar, uma vez que, quando consideram que os amigos não são exemplos, eles não se deixam entusiasmar ou não são pressionados para participarem de alguma coisa que eles não queiram. Alguns têm amigos usuários de substância psicoativa que já chegaram a oferecer-lhes, porém os jovens disseram que não aceitaram.

Gean, Raíssa e Junior expõem falas que representam: “[...] já me ofereceram, mais que uma vez, eu falei não quero, de ponhá na boca eu não quero, podem ir vocês, não quero” (Gean, 16 anos, 2016). Segundo Raíssa (15 anos, 2016), “[...] já vi amigo meu usando maconha, pó, crack, cheirando cola, mas eu nunca usei”. Nos relatos de Junior: “[...] tem uns que eu me criei desde pequeno, a gente sempre anda junto, vai procura serviço junto [...]”, segundo ele, outros, “usam, vendem [...] estão bem envolvido com droga e coisrada, daí eu não converso mais”.

Não houve posições diferenciadas entre aqueles que participam ou não do Projovem sobre a sua relação com o uso ou o tráfico de drogas, entretanto, é preciso observar que esta pesquisa foi realizada por uma profissional que é funcionária do governo municipal e que os jovens entrevistados são aqueles que estão mais próximos das ações desenvolvidas pelo CRAS ou estão estudando. Além disso, eles e os seus responsáveis tinham que concordar na participação dos jovens na pesquisa, sendo assim, não se pode negar um certo viés na amostra de jovens pesquisada, pois os jovens usuários de drogas ou inseridos na criminalidade, geralmente, teriam maior dificuldade em concordar com a sua participação nas entrevistas.

Por ser um período de grandes decisões e preparação, observa-se que, nessa fase, o jovem precisa de apoio sólido da família e da rede de proteção para que possa fazer escolhas saudáveis e coerentes com os seus anseios e potencial. Considera-se que a falta de infraestrutura, a presença de violência, no local onde residem, condições precárias de habitação, são fatos característicos determinantes para a vida do jovem, pois influenciam em sua capacidade de discernimento, o que possivelmente desencadeia um contexto de exclusão e marginalidade.

Também considerando viver uma fase peculiar de transição para a vida adulta, concorda-se com Vignoli (2001) que a juventude pode apresentar um momento de instabilidade, que exige tomadas de decisões cruciais para a vivência de uma vida adulta com mais segurança. Essa instabilidade pode ser observada por meio da preocupação da jovem Le com as mudanças em sua vida e a responsabilidade por decidir-se por uma faculdade. Nas palavras da jovem:

*Ahh! Meu Deus, sobre ser jovem (risos), olha eu acho que é uma fase bem boa... por enquanto (risos). Eu sinto saudade da infância, de brincar, dos amigos que eu perdi, o contato com muita gente, sabe, aqui da rua principalmente, que muitos se afastaram. Eu acho que é o momento de a gente decidir o que a gente quer da nossa vida né, principalmente entrando na faculdade é uma responsabilidade bem grande (Le, 17 anos, 2016).*

Ainda pontua-se que a palavra “responsabilidade” foi a que apareceu na maioria das falas que caracteriza a transição. A percepção da jovem Sabrina reforça:

*... agora é uma fase que a gente pega um pouco mais de responsabilidade. Não é responsabilidade adulta né, porque a gente não é responsável por tudo né. Porque a gente acaba tendo um pouco mais de responsabilidade sobre a gente, sobre as coisas, a gente começa a ter um pouquinho mais de cabeça, pensar mais (Sabrina, 16 anos, 2016).*

Para tanto, aspectos da história de vida do jovem, relacionados ao local onde residem, lazer e amigos podem ser considerados desencadeadores de incertezas, inseguranças, em especial podem influenciar negativamente na formação de identidade de cada jovem.

### 5.1.2 Namoro, casamento, gravidez e DST

O namoro, o casamento, a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis (DST) colocam-se como questões importantes nesse período do desenvolvimento,

visto que o jovem vive uma fase de descoberta e experimentação, pois está conhecendo os métodos contraceptivos e de proteção e está aprendendo a desfrutar a sua sexualidade. Ainda, por ser, na maioria das vezes, na adolescência e na juventude que acontecem as primeiras experiências sexuais.

A pesquisa observou que a percepção dos jovens expõe que “namoro até dá”, veem como uma coisa boa, já casamento, disseram que “só mais tarde”. Dos jovens entrevistados, uma estava namorando e outra está casada. Os demais disseram que, de vez em quando, “ficam”, mas sem compromisso. Segundo dados das Estatísticas do Registro Civil, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, o registro de casamentos de pessoas com menos de 20 anos diminuiu nas últimas quatro décadas anterior a 2014, o que comprova a tendência de postergação da oficialização de casamento civil para idades mais elevadas, em ambos os sexos. A estatística apresentou os seguintes dados:

Em 1974, essas uniões representavam 6,8% dos cônjuges masculinos e 35,5% dos femininos. Nos anos seguintes foram se reduzindo, até atingirem 3,0% e 11,6%, respectivamente, em 2014. A taxa de nupcialidade legal apresenta comportamentos diferenciados quando analisada, ao longo do tempo, a partir das variáveis idade e sexo combinadas. No conjunto das mulheres, nos grupos etários de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos, observa-se, claramente, nos últimos 40 anos, uma tendência de redução desse indicador, evidenciando a postergação do casamento civil. Em particular, no grupo de 20 a 24 anos, a taxa passou de 61,67‰, em 1974, para 30,01‰, em 2014, caindo, assim, pela metade no período. Em contrapartida, a partir de 1994, os grupos de 30 a 34 anos, 35 a 39 anos e 45 a 49 anos apresentaram crescimento desse indicador, sobretudo no primeiro grupo, cuja taxa mais que dobrou nos últimos 20 anos (9,11‰, em 1994, para 21,40‰, em 2014) (Estatísticas do Registro Civil, v.41, 2014).

Segundo Vignoli (2001), ser jovem é viver um momento de preparação para a vida adulta, acumulando conhecimento, experiências, habilidades, recursos, etc. Um casamento precoce pode influenciar nessa preparação, pois novas responsabilidades, como manter materialmente a união, pode lançá-lo precocemente no mercado de trabalho, sendo necessário que abandone os bancos escolares.

Ademais, em qualquer modelo de relacionamento, os nascimentos provenientes de mães jovens, ainda adolescentes, se não planejados, podem ser considerados inoportunos, tornando-se uma manifestação nítida de vulnerabilidade na vida do/da jovem. As consequências estendem-se para além do risco individual de saúde para a mãe e para o bebê, é um fator que fragiliza o jovem, priva-o de papéis considerados essenciais para a sua fase de vida, passando a exercer papéis que seriam considerados de adultos.



Na área de abrangência do CRAS, é considerável o número de jovens grávidas ou que foram mães precocemente, inclusive na faixa etária entre 13 e 14 anos. Das jovens que já frequentaram o Projovem, três engravidaram com 15 anos e um jovem tornou-se pai aos 17 anos, sendo que a sua namorada tinha 13. Além disso, observou-se que as adolescentes não tinham relacionamento estável, circunstância que as fragiliza ainda mais.

Com relação à percepção dos jovens sobre a gravidez na adolescência, observou-se que todos percebem-na como um acontecimento que traz muitos problemas e pode influenciar negativamente a vida do jovem. O que pode ser evidenciado na fala do jovem Guto (17 anos, 2016): “[...] *minha irmã teve filho com 17 anos, atrasou a vida dela, foi terminar a faculdade com 27 anos*”. Outra fala que reforça tal consequência é a da jovem Mari, que foi mãe aos 15 anos “[...] *a única coisa que não dá é para estudar, por que tenho que ajudar né [...]*”. Outras percepções e exemplos citados pelos jovens são apresentados na sequência:

*Ahhh! Eu acho difícil! Eu acho que eu nunca ficaria, por que eu acho muito difícil. Ainda mais que prá cria um filho tem que ter muita responsabilidade né. Eu tive uma amiga que teve filho com treze anos, eu acho que ela, sei lá...perde tudo né...de curti, perde tudo, tem que fica ali direto com a filha dela...ali tudo... (Dora, 16 anos, 2016).*

*A gente vê, milhares de meninas, com quinze, dezesseis anos, com filhos nos braços e achando que é normal, achando que é bonito ser mãe. (Sabrina, 16 anos, 2016)*

*Olha eu acho que traz bastante malefícios... por que uma amiga minha que tem dezesseis anos, ela parou de estudar, ela não pensa em trabalhar, não pensa em ir prá faculdade. Agora ela vai ter que cuidar do filho, ou vai ter que arrumar um emprego, por que ela não terminou o ensino médio, e vai ser um emprego, no máximo de diarista, essas coisas, por que todos os empregos agora precisam de ensino médio né. E vai ser bem complicado prá ela. Eu acho porque um filho, eu acho que tem que ter uma programação, a pessoa saber que pode cuidar (Le, 17 anos, 2016).*

De acordo com o relatório “Fecundidade e Maternidade Adolescente no Cone Sul: Anotações para uma Agenda Comum”, apresentado em 2016, pelo Fundo das Populações Unidas (UNFPA), organismo da ONU, responsável por questões populacionais, a gravidez e a maternidade precoce podem trazer complicações de saúde para a mãe e para o bebê, além de impactos negativos na trajetória de vida dos e das adolescentes.

A abordagem de Vignoli (2001) reforça aspectos negativos em relação à gravidez não planejada na adolescência. Para ele, engravidar nessa fase da vida é,

muitas vezes, a causa de abandono escolar, é passar a cumprir tarefas que não estão a princípio preparados (as) e vivenciar um desacordo entre a expectativa para a vida e a realidade, passando, assim, a experimentar uma fonte poderosa de vulnerabilidade social, como frustrações relacionadas ao próprio ciclo de vida.

Além de uma gravidez indesejada, as doenças sexualmente transmissíveis tornam-se um fator de risco para os jovens. Segundo afirma Adele Schwartz Benzaken, diretora do Departamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais, em uma nota publicada em fevereiro de 2017, no portal<sup>8</sup> sobre o tema, a falta de prevenção no início da vida sexual vem preocupando, pois faz com que o número de ocorrências dessas doenças tenha aumentado consideravelmente entre os jovens no Brasil.

Para os jovens entrevistados, a informação é um ponto chave. A maioria deles disse ter informações sobre gravidez na adolescência e DST, em especial, referenciando as palestras na escola. Disseram que dá para cuidar-se, sendo o preservativo masculino o método de proteção mais pontuado. Observa-se que a incidência de gravidez na adolescência, no local onde reside a maioria dos entrevistados não se deve à falta de informação e meios para prevenir-se, visto que eles asseguram que possuem meios informativos de como prevenir-se. Contudo, abre-se um leque de questionamentos possíveis de serem feitos. Como são repassadas as informações aos jovens? Com que frequência e dinâmica os jovens são atendidos em suas dúvidas sobre o tema? Sendo a escola citada como a que passa as informações, qual a articulação que ela estabelece com a unidade de saúde e o próprio CRAS para a realização de atividades coletivas? Os adolescentes são atendidos de forma periódica individualmente? Existem ações para sensibilizar os jovens quanto ao seu projeto de vida, planejamento familiar e a importância de ter uma família?

Igualmente, observa-se a importância da família na vida do jovem e a necessidade de orientá-lo sobre sexualidade, namoro e atividade sexual. Os pais são as primeiras referências dos filhos, dessa forma, se o filho vive em um núcleo familiar que a relação sexual é banalizada, ele tende a reproduzir esse comportamento.

---

<sup>8</sup> Disponível em <<http://www.aids.gov.br/noticia/2017/seis-doencas-sexualmente-transmissiveis-em-alta-entre-jovens-brasileiros-saiba-como-evi>> Acesso em 19/06/2017.

Assim, percebe-se a necessidade do CRAS no trabalho com as famílias para ofertar serviços que instrumentalizem os pais.

Analisa-se que a vivência da sexualidade, nessa fase da vida, torna-se saudável quando os direitos são garantidos a partir de informações e orientações corretas e adequadas, oportunizando ao jovem o empoderamento e a autonomia de escolhas livres e responsáveis. Essa garantia envolve não somente a família, mas também a sociedade e os governos através das políticas públicas em seus diversos setores, educação, saúde, cultura, assistência social, direitos humanos e outros.

### 5.1.3 Gênero

Os papéis assumidos por homens e mulheres, ao longo dos tempos, constituem-se a partir de diferenças biológicas entre os sexos, mas se pondera vão além delas. O que Bourdieu (1999) pontua em relação a esse contexto é que tal diferença torna o homem e mulher pares opostos, como ser forte e ser fraco, ser grande ou pequeno, dominante e submisso, onde a mulher ocupa sempre a posição de subordinada.

A subordinação da mulher, por exemplo, na maioria das vezes, fragiliza-a, haja vista que, com a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho, ela acaba por acumular funções em seu lar, como ter maior responsabilidade com os afazeres domésticos e com o provimento dos cuidados materiais e imateriais com filhos. Considera-se que essa divisão marca presença não somente no ciclo de vida da jovem mulher, mas para as mulheres das demais faixas etárias.

A pesquisa ao abordar a questão da gravidez nessa fase de vida evidenciou a diferença que os jovens atribuem com referência a ser jovem homem ou jovem mulher, quando atribuem à mulher a maior ou total responsabilidade de uma gravidez, cabendo-lhe, exclusivamente, as atividades relacionadas à maternidade, ao feto, ao cuidar e, até mesmo, ao provimento com bens materiais para o filho. Duas falas corroboram essa percepção:

*E ela não trabalhava nada, sabe, e agora que a mãe dela deixou ela, a avó dela disse que vai ajudar cuidar, mas ela que compre as coisas que o bebê precisa, por que foi ela quem não tomou cuidado né. (Le, 17 anos, 2016).*

*Tem uma menina que vai na igreja, acho que ela tem doze ou treze anos e já tá grávida, e o pai do filho dela acho que tem dezesseis ou dezessete anos.*

*É ruim né, imagine uma menina de treze ano estar grávida...o homem né...o filho é dela, ele não tá nem aí (Valdir, 16 anos, 2016).*

A própria realidade onde vive o jovem entrevistado e as suas famílias traz consigo características dessa dinâmica, onde a mulher é que assume a maioria ou todas as responsabilidades em relação a prover os cuidados domésticos e com os filhos. Observa-se, assim, que, apesar de esforços em níveis globais e, também, locais, empreendidos para que haja uma promoção de igualdade entre homens e mulheres na busca por uma sociedade mais justa, ainda é uma realidade um tanto quanto distante e complexa.

Em mais um momento da pesquisa, essa diferenciação foi reforçada, quando, na percepção dos jovens, eles veem diferença de tratamento em relação a ser homem ou mulher, tanto da família, quanto da sociedade:

*Olha eu acho que a menina, a mãe e o pai vão cuidar mais né. Eu acho que pelo fato que menina pode engravida, é ... Os piá já podem sair, as mães não se preocupam tanto eu acho sabe. Meu pai, ele tem um filho menino, por parte de pai, eu tenho um irmão e, ele diz pra mim assim, ele fala brincando pro Artur 'Artur e as namoradinhas'? E ele fala assim tranquilo pro meu irmão. E ele fala pra mim, eu liguei pra ele hoje de manhã, 'eu não quero sabe de você com namorado Le'. O meu irmão tem dez anos, e eu já tenho dezessete! Então é muito diferente sabe, eu acho que a relação do meu pai comigo, ele é bem protetor sabe, e já com meu irmão ele é mais sossegado. Por que é piá, eu não sei como explicar, por que parece ser diferente sabe (Le, 17 anos, 2016)*

*[...] com certeza a vida é mais fácil para o homem... Porque já dá pra ver, tipo, um exemplo, a partir de dentro de casa, piá ele cresce solto, se ele disser pai tô indo em tal lugar, ele vai e acabou! A menina não, tem aquelas leis, que não, você não pode sair, que eu tenho que escolher tuas amiguinhas, isso aquilo. Outra coisa também, é por emprego, se você for ver, tem muito mais piá empregado do que menina... (lá na casa de Sabrina, mesmo o irmão dela não residindo na mesma casa, tem diferença de tratamento pela avó) ...” tem uma grande diferença, assim que, minha vó, ela me proíbe de fazer muitas coisas que ela deixa meu irmão fazer, como sair, ter as amigas que ele quiser, trabalhar no que ele quiser (Sabrina, 16 anos, 2016).*

Observa-se que o ambiente familiar é um meio de repasse dessas diferenças, tornando-se um perpetuador e até reforçador dessas distinções entre os gêneros feminino e masculino. Emerge, assim, a necessidade de pontuar que é um tema que precisa ser discutido pela agenda de qualquer instituição e ambiente, seja familiar, social, político e cultural, que todo membro da família precisa ser sensibilizado em relação a essa diferenciação imposta sobre funções da mulher e do homem.

Uma parte da percepção da Sabrina assinala também a diferença de gênero em relação ao emprego. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as taxas de desemprego global alcançam 6,2% das mulheres enquanto, para os homens, é de 5,5%. O que atinge diretamente os jovens, em especial, as mulheres jovens, o que é referenciado também pela OIT, “o desemprego está a afetar mais as mulheres jovens do que os homens jovens em quase todas as regiões do mundo (OIT, 2016, p.4).

A questão salarial, apesar da luta por igualdade profissional, a mulher, seja ela jovem ou não, é quase sempre discriminada. Em uma avaliação mundial feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em 2008, as mulheres tinham menor rendimento do que os homens em todos os países avaliados e mesmo nos países em que a diferença de renda entre gêneros era menor, o homem que ganha mais.

No cenário brasileiro, estudos do IBGE apontam que mesmo as mulheres tendo nível de instrução superior a dos homens, o seu rendimento salarial é menor. “Isso se deve a maior presença feminina em ocupações precárias, de baixa qualificação, pouco formalizadas e predominantemente no setor de serviços, como por exemplo nos trabalhos domésticos (IBGE, 2014, p. 119). Além disso, quando a mulher é negra e de família de baixa renda, a discriminação acentua-se.

Os dados deste estudo e de outros apontam que desigualdade de gênero em relação à responsabilidade com os filhos, empregabilidade e remuneração ainda é uma realidade gritante, assim como a dupla jornada que as mulheres exercem com os trabalhos domésticos e cuidados com os filhos.

Essa diferenciação, que é espelho de traços culturais históricos, precisa ser percebida e discutida, em especial, no cenário da educação, saúde, assistência social e outras políticas, assim como na família e na sociedade. Essa mudança precisa iniciar nas relações sociais ocorridas desde a infância, influenciando os indivíduos desde criança e perpassando todos os ciclos de vida, para oportunizar um rompimento de paradigmas, com vistas a uma sociedade de gênero mais igual e justa.

## 5.2 Dimensão institucional: tudo começa na família

Os jovens encontram-se em meio a relações assimétricas com duas referências de socialização, por um lado, a família e, por outro, a comunidade, o estado e o mercado. Para Vignoli (2001), no ambiente da família, o ser humano estabelece a sua relação privada, a mais íntima, sente-se seguro e busca apoio. Mas também pode ser um ambiente de desproteção e conflito. Contudo, a partir do ambiente familiar, o jovem estabelecerá relações com a comunidade, com o estado e com o mercado.

### 5.2.1 Família

A família é uma das categorias que alude à dimensão institucional, é a primeira com a qual o jovem estabelece as suas relações sociais. Pelas ponderações de Vignoli (2001), na família, os jovens encontram uma fonte básica de transmissão de recursos e ativos como valores de comportamento, condições materiais para investimento em capital humano, transmissão cultural, contatos e grupos de pertencimento.

Essa abordagem está presente nos princípios estabelecidos para o CRAS, considerado como unidade executora do serviço socioeducativo Projovem Adolescente, quando reconhece a função da família no provimento, proteção e socialização de seus membros, referência moral de vínculos afetivos e sociais, além de ser mediadora da relação de seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (PNAS, 2004).

Portanto, o grau de vulnerabilidade de uma família está condicionado à posse de ativos, de quanto mais se dispõe de renda, educação de qualidade, boa saúde física e psicológica, condições dignas de trabalho, entre outros, menos vulneráveis serão, e quanto maior a sua ausência, mais ficam inseguras. Neste sentido, reitera-se a consideração de Moser (1998), quando afirma que a vulnerabilidade envolve a resiliência e a capacidade de respostas que indivíduos e famílias possuem para mobilizar e gerir-se face às dificuldades.

A composição familiar, o quanto dispõe de recursos financeiros e o que considera de valores para a vida, atuará na formação da identidade de seus membros.

O jovem membro de família em que há a falta de recursos financeiros até mesmo para suprir as necessidades básicas como alimentação, vestuário e moradia, ou convive em famílias com membros que se envolvem em situações ilícitas, como venda e consumo de drogas, estará exposto à vulnerabilidade social.

Neste estudo, a realidade das famílias dos jovens entrevistados, a qual é semelhante a de muitos jovens em situação de vulnerabilidade social, apresenta uma configuração característica. Muitos são fruto de uma segunda união da mãe, outros são da primeira união e convivem em ambiente familiar com meio irmãos. Outros foram criados por seus avós, devido a mãe ter falecido e o pai nunca ter assumido o compromisso em prover os cuidados de pai. Também, há presentes, neste estudo, jovens que foram criados somente pela mãe e outros que convivem com irmãos de pais diferentes e a mãe que nunca teve uma união estável.

Diante dessa heterogênea composição familiar, as características tanto dos que participam do Projovem Adolescente, quanto daqueles que não participam, fazem parte de uma realidade contemporânea, em que é percebido que as famílias não são formadas somente pelo modelo tradicional burguês de décadas passadas, sendo instituída por pai, mãe e os filhos. Dito de outra forma, as características que emergem no plano socioeconômico e cultural, endossadas pelo processo de globalização do sistema capitalista, interferem no ambiente familiar e atuam sobre mudanças no seu modelo tradicional de organização.

Como pontua Losacco (2001, p. 64), a família já não existe somente formada por casamento formal, hoje, a nova concepção de família constrói-se, “mais baseada no afeto do que nas relações de consanguinidade, parentesco ou casamento. É construída por uma constelação de pessoas interdependentes girando em torno de um eixo comum”. Expresso de outra forma, influenciadas pelas mudanças sociais, as famílias não se restringem ao modelo monoparental, tido como tradicional, e modelo cristão, os laços já não são somente consanguíneos, mas, afetivos, movidos principalmente pela necessidade do agrupamento e responsabilidade mútua na convivência.

Além das peculiaridades da formação familiar, também é característica das famílias dos jovens desta pesquisa, o baixo nível de renda, inclusive com renda per capita inferior àquela considerada para aferir a condição de extrema pobreza no cenário brasileiro. A maioria dos responsáveis familiar apresenta baixo nível de escolaridade, muitos encontram-se desempregados, no mercado informal de trabalho

ou em condições de trabalho menos favorecidas. Além disso, vivem em condições habitacionais precárias e residem em áreas mais distantes do centro urbano.

Outra dinâmica percebida pela pesquisadora é em relação à baixa renda das famílias, que é espelho da condição de trabalho que ocupa ou até mesmo do desemprego, a procura pelo auxílio alimentação, ofertado pela política de Assistência Social do município.

Em contrapartida, deve-se anotar uma fragilidade da política de Assistência Social articulada a demais políticas, em relação a oferecer mecanismos à família, para suprir as suas necessidades básicas por conta própria. Apesar de um avanço considerável em legislações e ofertas de programas sociais para que indivíduos e famílias consigam suprir por si só as suas necessidades básicas, nota-se que mais parecem políticas compensadoras, mecanismos que fortalecem a alienação social. Porém, não se estenderá aqui esta discussão, visto o foco deste estudo ser outro.

Dessa forma, a composição e a situação social e econômica das famílias dos jovens desta pesquisa, que podem representar milhões das existentes no país, repercutem diretamente na vida de seus membros. São características que podem desencadear vários fenômenos, como precipitar a entrada deles no mercado de trabalho para ajudar no orçamento familiar, o que, muitas vezes, faz com que abandonem os estudos, entre outros.

Mesmo com essas distintas características, que, singularmente ou em conjunto, podem ser fonte de vulnerabilidade social para o jovem, o significado que a maioria dos jovens entrevistados atribuiu à família foi que ela é “tudo” e sente-se seguro em relação às relações familiares. Algumas falas representam tal percepção.

*Aí, eu acho que significa tudo né! Como que a gente vai conviver sem o pai sem a mãe, sei lá, eu acho que família é tudo (Dora, 16 anos, 2016).*

*[...] um monte. Tipo quando a gente tá meio mal, vai conversa e desabafa com o pai e a mãe (Junior, 17 anos, 2016).*

*[...] minha família é meu tudo, porque qualquer coisa que eu preciso, eu sei que eu posso conta com eles. Eu sei que qualquer problema que eu tiver, eles vão me ajudar a resolver. Eles vão me aceitar da forma que eu sou, independente da minha cor, minha opção sexual ou qualquer outra coisa (Sabrina, 16 anos, 2016).*

*Ai tudo, não tem nada melhor prá mim (Talia, 17 anos, 2016).*

*Felicidade, amor e carinho (Gean, 16 anos, 2016).*

*Tudo (Sandro, 15 anos, 2016).*



*[...] a família é tudo né! Meu Deus! Se não fosse a família (Andy, 17 anos, 2016).*

*[...] a união, nossa, se não tivesse a família, a gente não faria nada. Eles que motivam a gente (Guto, 17 anos, 2016).*

A família é vista como o ambiente de segurança, apoio e intimidade, instituição social que o jovem, na maioria das vezes, depende emocional e materialmente. Losacco baliza a família como sendo a:

*[...] célula do organismo social que fundamenta uma sociedade [...] é a instância predominantemente responsável pela sobrevivência de seus componentes; lugar de pertencimento, de questionamentos; instituição responsável pela socialização, pela introjeção de valores e pela formação de identidade; espaço privado que se relaciona com o espaço público (LOSACCO, 2011, p. 64).*

De outra forma, quando ela não consegue cumprir com as suas responsabilidades torna-se, para seus membros, ambiente de desproteção e conflito e fonte de vulnerabilidade social, como nota-se na percepção da jovem Raíssa,

*Prá mim quase não significa nada né, porque eu quase não tenho contato com ninguém, tipo avó, tio, com ninguém, eu sou mais por mim entendeu. Eu penso assim, vou arrumar um trabalho e sair de casa, alugar uma casa prá mim. Ano que vem eu faço 18 anos, aí quero sair. Não vou sair agora porque sou de menor aí eles vão atrás, mas quando for de maior vou sair. Eles não aceitam o que eu quero ser, o jeito que eu me visto, eles não aceitam que eu seja fanqueira, eles não gostam das músicas, de nada, por isso que tantas vezes fugi deles. Não me arrependo, comigo eles são diferentes (Raíssa, 15 anos, 2016).*

Ela acrescenta:

*Dentro de casa não falo com ninguém, é muita briga. Minha mãe é do lado da minha irmã que é casada, tem marido, moram tudo lá junto! Mora eu, minha mãe, meu pai, minha irmã e o marido dela e mais duas irmãs. Nós não se damos desde criança. Ai eu fui embora, não me criei muito com eles. Ai voltei. Agora estou com eles, mas não me dou com ninguém dentro de casa. Quem mais eu converso é meu pai, nós somos em sete em casa (Raíssa, 15 anos, 2016).*

Já a percepção do jovem Junior, quando recorda fatos de sua infância, representa o conflito existente no seio de muitas famílias “...minha mãe e meu pai brigavam. Brigavam de se machucar...” (Junior, 17 anos, 2016). Segundo ele, essas brigas aconteciam acompanhada do uso de bebidas alcoólicas tanto pelo seu pai, quanto pela sua mãe, e são lembranças de quando ele tinha uns sete, oito anos.

Observa-se que essa vivência de Junior foi durante a sua infância, período em que a criança encontra-se mais desprotegida e ainda não tem autonomia para ausentar-se desses momentos conflituosos.

Quando perguntado se mudariam alguma coisa em relação a suas famílias, ou se gostariam que alguma coisa fosse diferente, somente três deles pontuam que gostariam, o que pode ser aspecto de vulnerabilidade para a vida desses jovens, como também para os demais membros da família.

*[...] se tirasse o meu irmão, tava tudo tranquilo (Sandro, 15 anos, 2016).*

*Eu queria que meu irmão mudasse, é só na bebida. Minha mãe sofre bastante, acho que toda família tem problemas, mas, este é difícil (Raíssa, 15 anos, 2016).*

*[...] acho que só os conflitos (Talia, 17 anos, 2016).*

Observa-se que independente da forma como a família é constituída, a maioria dos jovens entrevistados não pontua dificuldades significativas em relação à convivência. Em especial, na realidade do contexto familiar da jovem Raíssa, que registra dificuldade em dois momentos, considera-se as ponderações de Sarti (2001) sobre a características da família em rede. Para o autor, fatores como,

*[...] as dificuldades encontradas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família (SARTI, 2001, p. 29).*

Pela atuação da pesquisadora no cenário do estudo, identificou-se que muitos dos jovens entrevistados pertencem a famílias em que os membros possuem uma relação muito próxima ou, até mesmo, têm envolvimento com venda de drogas e furtos. Crescer e desenvolver-se em realidades como essas pode trazer danos para a vida social do jovem, pois, muitas vezes, por só conhecerem essa realidade, ou por falta de oportunidades, sentem-se atraídos para tal.

## 5.2.2 Estado, comunidade e mercado

Para Vignoli (2001), o Estado, a comunidade e o mercado fazem parte da dimensão institucional que representa o mundo adulto, com o qual o jovem estabelecerá as suas relações de forma gradual.

O Estado nas discussões sobre vulnerabilidade social é considerado, por Kaztman (1999), um dos pilares da estrutura de oportunidades, juntamente com o mercado e a sociedade, para oferecer oportunidades a indivíduos, famílias e comunidades para que possam acessar ativos e utilizá-los para enfrentar e superar situações adversas que venham incidir negativamente sobre o bem-estar. Por isso, são instituições delimitadoras das condições de vulnerabilidade de lugares e grupos da população.

Logo, diante de vulnerabilidades sociais, através da política pública, o Estado disponibilizará recursos a indivíduos, famílias e comunidades, para que possam enfrentar e superar eventos adversos, decorrentes de algum fenômeno econômico, social, político, cultural, ou outros, sejam de âmbitos locais ou global. Dessa forma, a inexistência ou ineficácia de políticas públicas pode fragilizar a oferta de recursos para tal. Em especial, no bairro onde está concentrado o maior número de jovens entrevistados, nota-se que ele não dispõe de rede de saneamento básico, ficando parte do escoamento sanitário a céu aberto, e os espaços destinados a alguma atividade de lazer para o jovem estão com as suas estruturas deterioradas.

Contudo, identifica-se a presença de instituições como Unidade Básica de Saúde, escola municipal e estadual e o próprio CRAS, que disponibilizam à comunidade, incluindo os jovens, ações para atender uma diversidade de situações como acesso à documentação, atendimento médico, inclusão e manutenção da família no CadÚnico, orientação e encaminhamento a outras políticas setoriais no município.

Portanto, os jovens entrevistados ou as suas famílias são contemplados por alguma política pública do município. O programa de transferência de renda destaca-se como política pública de acesso das famílias desses jovens, sendo que, em duas famílias, o Bolsa Família é a única fonte de renda que possuem. Ademais, estar incluído no CadÚnico, já é estar contemplado por uma política pública. Como este foi um critério metodológico para esta pesquisa, todas as famílias analisadas por este estudo estão inseridas no Programa de Transferência de Renda. Além disso, dez dos jovens entrevistados participam do Projovem Adolescente.

Entretanto, os jovens não reconhecem a política pública em seu significado. Percebem o tema de forma bastante limitada, pois, quando abordado sobre ações, programas, projetos públicos direcionados ao jovem, eles desconhecem. Ainda, quando abordado em específico sobre o serviço socioeducativo Projovem

Adolescente, os jovens entrevistados, que residem em outros bairros, não o conhecem, nunca ouviram falar.

Para tanto, os jovens que participam do referido serviço percebem-no como espaço de ocupação, oportunidade, interação, aprendizado e até mesmo lazer, o que é entendido em algumas falas:

*Eu acho que o Projovem é uma boa oportunidade, é melhor estar aqui do que estar na rua... Eu participo por causa dos cursos, curso de informática, a gente aprende muita coisa (Talia, 17 anos, 2016).*

*Prá não fica aí no bairro, sem fazer nada (Junior, 17 anos, 2016).*

*Eu vindo no Projovem, eu consigo gastar grande parte do meu tempo. Você se diverte, você se encontra com as pessoas que você gosta. Você faz coisa legal, você apreende (Sabrina, 16 anos, 2016).*

*Coisa boa, né. Prá aprender alguma coisa, né. Prá ser alguém na vida (Valdir, 16 anos, 2016).*

*Aprende bastante com palestras e cursos (Raissa, 15 anos, 2016).*

*Eu acho legal, porque faz informática, a gente sai, eu gosto muit" (Jean, 16 anos, 2016).*

Percebe-se que o município ao executar o serviço do Projovem Adolescente Integrado à política de Assistência Social, operacionaliza o que é preconizado pela Política Nacional da Juventude. Para tanto, observam-se fragilidades em relação a contemplar um número maior de jovens adolescentes. Em específico, é uma política que, para a área de abrangência desse CRAS, por exemplo, não disponibiliza transporte e horários alternativos para propiciar a participação de outros jovens.

Além desses fatores, a equipe de referência do CRAS, no momento, tem uma orientadora social, a qual é responsável pela execução de todas as atividades desse serviço, além de outros três grupos de fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes, ficando, assim, com uma sobrecarga de atividades. Desse modo, há uma deficiência em relação aos recursos humanos e físicos para atender à demanda dos jovens em situação de vulnerabilidade.

A política pública precisa ser pensada em todo o seu ciclo, oferecendo recursos físicos e humanos, para que chegue à ponta de forma íntegra e efetiva, atendendo ao objetivo a que veio. Vignoli (2001) afirma que as políticas públicas destinadas a enfrentar a vulnerabilidade social dos jovens devem considerá-los não somente como receptores dos serviços públicos, mas, fundamentalmente, como atores com opiniões, expectativas e desejos de participar, canalizando um enorme

potencial contributivo para o desenvolvimento econômico, social e políticos, tanto local quanto global.

Em uma pontuação no documento da CEPAL (2000), poder-se-ia afirmar que assim como a palavra chave para as políticas públicas da infância é proteção, e, para as políticas públicas ligadas às mulheres, a palavra-chave é igualdade, para as políticas públicas direcionadas ao público jovem, a palavra-chave é participação. Assim, é o momento em que a comunidade demanda do jovem uma relação que acontece pela participação. Desse modo, a comunidade torna-se o ponto central de valorização do jovem, atento ao acesso à tomada de decisões políticas, no momento de eleições, tanto como eleitores, quanto como candidatos.

Neste sentido, o Projovem Adolescente tem como um dos seus eixos estruturantes a participação cidadã, que supõe:

[...] a sensibilização e o desenvolvimento da percepção dos jovens sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política em que estão inseridos, especialmente sobre a condição juvenil; a apropriação de seus direitos de cidadania e o reconhecimento de deveres; o estímulo ao desenvolvimento de práticas associativas e de formas de expressão e manifestação de seus interesses, visões de mundo e posicionamento no espaço público (BRASIL, 2009, p. 26).

Para tanto, o tema é tão complexo quanto relevante, dado que se está tratando da participação do jovem na comunidade a que pertence e, seguramente, constitui a chave para a dinâmica juvenil e das políticas públicas vinculadas ao setor.

A questão a ser analisada, referindo-se aos jovens da pesquisa, é uma apatia com relação à participação deles nos processos eleitorais tanto como eleitores, quanto como candidatos. Isso pôde ser observado no momento de trabalho da pesquisadora em uma atividade realizada com o grupo sobre política pública. No geral, disseram que ainda não tinham tirado o título de eleitor<sup>9</sup> e, também, não tinham interesse em ser representante político. Ainda, disseram que o único atrativo para serem candidatos, como vereador, por exemplo, era o valor da remuneração.

---

<sup>9</sup>De acordo com a Constituição Federal, em seu Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular. **§ 1º** O alistamento eleitoral e o voto são: I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos; II - facultativos para: a) os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos

Para Vignoli (2001), a fonte de vulnerabilidade nesse âmbito acentua-se diante da escassa representação dos jovens na classe política e de grupos dirigentes na sociedade. Produto do desinteresse, porém, muito maior, quando barrados institucionalmente, devido às exigências de uma trajetória prévia, recursos econômicos e políticos acumulados e criação de uma imagem de inexperiência do jovem para tal.

A não participação do jovem pode restringir o seu acesso à estrutura de oportunidades de natureza política, porque eles deixam de pronunciar-se e discutir demandas, sejam sociais, políticas, culturais, etc. que pedem políticas públicas.

Outra instituição, citada por Vignoli (2001), com a qual o jovem mantém uma relação institucional, além do Estado e da Comunidade, é o Mercado. Com ele, o jovem estabelecerá uma relação a partir de dois meios: uma como consumidor, e outra como produtor. Como consumidor, o jovem é objetivo do mercado, é um segmento para o qual a indústria cultural e a mídia dirigem-se intensamente, oferecendo diversos produtos originários de espaços de diversão, bens, serviços, educação e saúde. Os jovens são, assim, atraídos por música, cinema, literatura, comida, roupas, tecnologia, escolas, medicamentos, etc.

Pelo baixo poder aquisitivo, os jovens desta pesquisa são parte de uma população excluída do mundo do consumo. Muitas famílias, por exemplo, obtêm roupas oriundas de ações solidárias, realizadas pela comunidade e pela própria política de Assistência Social do município. Para Vignoli (2001), estar à margem do mercado como consumidor pode estar relacionado com o desemprego, a baixa escolaridade, o baixo poder aquisitivo das famílias, os compromissos incompatíveis com um trabalho regular, as incapacidades físicas e mentais, a condição territorial, a carência de informações e contato, etc. Essas condições impedem que a família e o jovem obtenham um ingresso monetário aceitável.

Neste sentido, a fonte de vulnerabilidade do jovem desta pesquisa notadamente está relacionada ao baixo poder aquisitivo das famílias, baixa escolaridade do membro responsável familiar e desemprego ou ocupação de trabalhos menos favorecidos economicamente. Os fatores relacionados à educação e ao trabalho são analisados no item seguinte, ao tratar-se sobre a inserção social do jovem, ao mesmo tempo em que se aborda o jovem como produtor no mercado.

### 5.3 Dimensão inserção social: a busca de um futuro melhor

Há vários modos através do qual o jovem insere-se socialmente. Fazer parte de um grupo de amigos, casar, ter filhos, participar de atividades políticas, entre outras. Nesse cenário, a educação e o trabalho são mecanismos que influenciam especialmente essa inserção.

#### 5.3.1 Educação

A educação é considerada um dos principais ativos que indivíduos, famílias e comunidades podem dispor para mobilizar-se frente a fragilidades e inseguranças da vida cotidiana. De acordo com Rodriguez (2001), existem consensos suficientes sobre a educação e o trabalho como estratégias chaves para desenvolvimentos futuros. A própria CEPAL (2000) enfatizou esse argumento em reunião com governos da região do México, sustentando que a educação e o emprego são duas áreas cruciais para superar a desigualdade social e o atraso econômico.

Pizarro (2001) indica a educação como um dos ativos do capital humano, que oportuniza o progresso de vida, com papel fundamental no enfrentamento da vulnerabilidade social e Vignoli (2001) apresenta a educação como uma das categorias que oportuniza a inserção do jovem na sociedade.

Para tanto, a dificuldade de ajuste de políticas públicas capazes de acompanhar a velocidade das mudanças sociais, a concentração de jovens das classes populares em instituições onde a educação é transmitida de forma precária em relação a escolas frequentadas por jovens com condições financeiras mais elevadas e demais aspectos que podem ser considerados negativos podem tornar-se fonte de vulnerabilidade para o jovem ou para qualquer outro segmento de uma sociedade.

De acordo com um estudo feito pelo Instituto Unibanco, com a base de dados do IBGE, em 2016, no Brasil, há 1,7 milhão de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola, o equivalente a 16% dessa faixa etária, sendo que 52% desses jovens abandonaram a escola sem ter completado o ensino fundamental. Como esta pesquisa refere-se a um grupo de jovens mais vulneráveis, caso continuem fora dos bancos escolares, serão fortes candidatos a inserirem-se precariamente no mercado

de trabalho, o que não é diferente do grupo de jovens que não concluiu o ensino médio.

Os jovens que estão fora da escola são de baixa renda, em especial do sexo masculino, que trocam a escola por postos de trabalhos precários e jovens mulheres que ficam grávidas na adolescência. Além desses fatores externos à escola, há o abandono provocado pelo desinteresse do jovem pelos estudos, tendo como um dos motivos a baixa qualidade do ensino. Entender o perfil do jovem que se evade da escola é agir de forma preventiva a afiançar a todo jovem uma educação de qualidade para o aprendizado e efetivar o ensino médio.

Nesse caso, dos quinze jovens entrevistados, todos estão em idade escolar do ensino médio, sendo que duas concluíram em 2015 e não prosseguiram os estudos em outro nível, uma parou os seus estudos por ter engravidado e a mãe ter saúde debilitada. Quanto aos demais, uma iniciou o ensino superior no ano de 2016, uma jovem frequenta o Ensino para Jovens e Adultos – EJA e os outros dez jovens estão cursando o ensino médio. Logo, uma das jovens faz parte do cenário de jovens que se evadiram da escola, devido à gravidez na adolescência e duas são do público de jovens que nem estudam e nem trabalham.

A percepção do jovem sobre a educação aponta que a percebe como mecanismo através do qual pode aprender para a vida e conseguir um trabalho bom, o que a afirma como um ativo essencial no enfrentamento de eventos adversos. Uma fala foi assim expressa, “...para saber viver, para ter mais educação, prá gente não ficar muito na rua fazendo coisa errada...” (Junior, 17 anos, 2016). Dias (2002), ao abordar a função da escola, reconhece-a não somente como repassadora de conteúdos com finalidade exclusivamente didático-institucional, mas como ambiente de convivência, onde se despertam potencialidades, transmitem-se saberes e formam-se pessoas para a vida.

Já para outros jovens, a educação é percebida como um meio fundamental para alcançar um bom posto de trabalho, como pode ser analisado a partir da percepção da jovem Andy “...prá ter, pra conseguir, mais pra frente, o que a gente quer de bom, sabe. Um trabalho bom, não precisa a gente ficar muito sofrido no sol, sabe assim. Acho que o estudo é bom prá isso, pra conseguir um emprego bom” (Andy, 17 anos, 2016). Essas percepções refletem uma ponderação de Adorno (2001, p.64) quando ele afirma que “a escola é uma das instituições responsáveis pela institucionalização e identificação da juventude como uma etapa da vida”, que, no



mundo contemporâneo, generalizou-se para todas as classes sociais, como instituição educacional para o mercado de trabalho.

Ademais, a jovem *Andy*, que considera a educação um meio para conseguir um bom trabalho, apresentou uma fala que é característica de jovens que precisam colocar o trabalho como prioridade, devido à família não ter condições de mantê-la nos bancos escolares. Ela disse que concluiu o ensino médio e pensou em fazer curso técnico que é mais rápido para entrar no mercado de trabalho, porém precisava arrumar um trabalho para conseguir custear o referido curso. Nessa dinâmica, analisa-se que o processo que seria o ideal para o jovem preparar-se para a vida adulta, que seria primeiro estudar para, depois, inserir-se no mercado de trabalho, é limitado pelo contexto onde a jovem está inserida, em uma família com poucos recursos, que não consegue contribuir para tal. Assim, essa jovem possivelmente será uma forte candidata a enfrentar postos de trabalhos mais precários, continuando a vivenciar a vulnerabilidade social.

Destarte, para Sen (2000), a educação é uma das condições habilitadoras para que as pessoas consigam acessar oportunidades econômicas, o que está intimamente relacionado a ter a liberdade de escolher um trabalho que proporcione uma qualidade de vida que deseja. Para tanto, a necessidade de abandonar os estudos para inserir-se no mercado de trabalho pode influenciar negativamente, pois, além de não conseguir preparar-se de forma adequada para tal, possivelmente, assumirá postos de trabalhos informais ou menos favorecidos, ficando a mercê de oportunidades restritas e sem liberdade de escolha.

Em se tratando da percepção a respeito da escola que frequentam, os jovens sinalizaram aspectos de vulnerabilidades, na medida em que percebem uma estrutura física precária que, para eles, fragiliza e interfere no processo de aprendizagem, observa-se, nesse aspecto, um ambiente de insegurança<sup>10</sup>.

Para Junior, um muro caído lá na escola, que é parte do ginásio utilizado para educação física, causa dois transtornos, um, no momento das aulas de educação física, pois a bola, muitas vezes, vai parar fora do pátio da escola e, também, porque tem algumas pessoas que vão até esse local para fumar e oferecer drogas para os alunos. De acordo com a sua fala: “*Entra tipo um monte de gente ali atrás, quando a gente tá jogando bola, fazendo o lanche...Os homens, os piá lá do Alto da Gloria, as*

---

10 Com a exceção de três alunos, todos os outros entrevistados que estão estudando frequentam a mesma escola.

vezes, vai gente, fica lá atrás, fica fumando até droga” (Junior, 17 anos, 2016). Para ele, essa situação interfere na rotina de aula, pois *“ficam bagunçando e também indo bater nas janelas de sala de aula”*.

Já segundo a jovem Sabrina, o modelo da estrutura da escola os faz sentirem-se aprisionados:

*Eu queria que fosse uma escola tipo normal, né. Porque lá na nossa escola, você tá entrando dentro de uma escola, mas não representa uma escola, parece que você está entrando dentro de uma cadeia. Tanto que se você passa ali pelo colégio, você vai ver o tamanho dos muros. Você vai ver que a gente entra, o portão é cadeado, você entra dentro da sala e a porta principal é cadeada para ter certeza que você não vai fugir da escola (Sabrina, 16 anos, 2016).*

Contudo, a pesquisa identificou que o cadeado foi um meio que a escola encontrou para uma questão de segurança, para não ter pessoas estranhas ou alunos de outro período entrando na escola sem o conhecimento dos funcionários, podendo cometer atos de vandalismo, furtos ou assédio aos alunos.

Dois jovens dizem que a escola é boa, porém o comportamento dos alunos não é: *“A escola é boa, só os alunos que são meio violentos... Tem muita gente que rouba até dentro da escola os materiais dos outros, né. Pega e sai com o material e fica por isso mesmo”* (Valdir, 16 anos, 2016). E para Andy *“...tem muita bagunça, as vezes a gente queria prestar atenção, mas tem gritado, até agredir os professores...Eu acho que isso não poderia acontecer, porque eles tão ali prá ensinar, ajudar a gente, ser alguém na vida e fazem isso”* (Andy, 17 anos, 2016).

Pondera-se que os acontecimentos no ambiente escolar, apresentado nas falas dos jovens, podem ser analisados além das características individuais e de grupos, o que não se limita somente às vivências no espaço escolar. Assim, o contexto familiar e comunitário onde estão inseridos os jovens que frequentam a escola é algo que deve ser levado em consideração, pois, o comportamento dos jovens na escola pode estar refletindo o que vivenciam no cotidiano, no seio de suas famílias e no local onde residem.

Neste sentido, Souza (2008) afirma que a escola torna-se um ambiente de reprodução das relações sociais, com os jovens reproduzindo comportamentos, valores, modos de sentir e agir, sempre de acordo com o contexto em que estão inseridos. Desse modo, em especial o comportamento dos jovens na escola não acontece somente no espaço da instituição, mas como um mecanismo que pode

reportar condições que também são determinadas pelo ambiente familiar e comunitário ao qual fazem parte.

Nesse âmbito, furto, indisciplina e agressões físicas estão presentes no ambiente escolar em que os jovens entrevistados frequentam, podendo ser a reprodução do que vivenciam ou veem no ambiente externo ao da escola. Assim, é perceptível que aspectos de vulnerabilidade estejam intrinsecamente relacionados com os contextos onde esses jovens estão inseridos e, pela falta de recursos ou restrição em acessá-los para enfrentar ou superar essas vulnerabilidades, outros eventos adversos sejam desencadeados ou até mesmo agravem-se os existentes.

Dessa maneira, pontua-se que, para além dos aspectos apresentados por Vignoli (2001), que podem contribuir na emergência de vulnerabilidade social, a fala dos jovens revelou aspectos que não tinham sido citados, como a infraestrutura da escola e o comportamento dos próprios alunos, o que pode ser reflexo de outros fenômenos vivenciados pela própria instituição e também reflexo de vivências familiares e comunitárias que os jovens acabam por expressar no ambiente escolar.

Ainda em relação à escolaridade engendrada a um contexto de vulnerabilidade, uma importante análise pode ser dirigida ao responsável pela família desses jovens. Com o levantamento de dados quantitativos, considera-se que a maioria dos responsáveis do cluster 1 possui o menor nível de escolaridade e é formada por aqueles que se encontram desempregados ou ocupam postos de trabalhos mais precários e, também, os que representam as famílias com menor renda per capita. Assim, revela-se um contexto que reporta a uma pontuação feita por Sen (2000) quando assinala que dispor de um baixo nível de escolaridade pode influenciar no nível de renda que um indivíduo ou família pode ter.

Em referência à escolaridade dos responsáveis familiares dos jovens entrevistados, identificou-se que a maioria deles só cursou as séries iniciais e alguns não são alfabetizados. O nível de escolaridade dos pais é fator determinante na formação educacional dos filhos, segundo o estudo Mobilidade Sócio-ocupacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014, realizado com pessoas a partir dos 25 anos e que moravam com os pais aos 15, lançado pelo IBGE (2016). De acordo com os dados analisados, os pais que não eram alfabetizados aos 15 anos tinham os filhos que também não eram alfabetizados nessa mesma idade, enquanto os pais que tinham nível superior, em sua maioria, também, os filhos completaram o nível superior.

Também um estudo integrado no âmbito da corte EPITeen (*Epidemiological Health Investigation of Teenagers in Porto*), coordenado pela socióloga Anália Torres e por Henrique de Barros, na perspectiva conjugada das ciências sociais e da saúde pública, analisou as trajetórias individuais e sociais da geração de indivíduos nascidos em 1990 que, em 2003/2004, frequentavam as escolas públicas e privadas do Porto (total de 2942 indivíduos inquiridos aos 13, 17, 21 e 24 anos), destacou que

os rendimentos do agregado familiar condicionam de forma expressiva a escolaridade das/os jovens. Quanto maior é o rendimento familiar, maior é a escolaridade atingida. Todavia, as/os jovens cujos pais são pouco escolarizados mas que atingem escolaridade superior têm um rendimento familiar um pouco mais elevado do que aquelas/es que apresentam a escolaridade obrigatória (TORRES; BARROS, 2015, p. 6)

Assim, o resultado de ambos os estudos mostra que a escolaridade dos pais ou responsáveis familiares mostra-se relevante não somente para motivar a trajetória educacional dos filhos, mas também influencia na renda do trabalho exercido.

### 5.3.2 Trabalho

Para Katzman (1999) e Pizarro (2001), o trabalho está entre os ativos mais importantes que indivíduos e famílias podem contar para enfrentar a vulnerabilidade social. Para tanto, as altas taxas de desemprego em todo o mundo, em especial em países em desenvolvimento como o Brasil, condições precárias de trabalho, baixos salários, falta de políticas públicas e outros fatores considerados negativos atingem, além de toda a sociedade, o jovem, apresentando, assim, um cenário com a presença de fortes aspectos constitutivos de vulnerabilidade social juvenil.

Vignoli (2001) corrobora quando aborda o trabalho como um meio através do qual a juventude e outros segmentos da população inserem-se na sociedade. No entanto, para o autor, a insuficiente capacidade que o mercado tem para absorver o segmento populacional de jovens, bem como garantir e proteger empregos estáveis são aspectos que afastam o jovem do “curso central” do sistema social, ou seja, colocam-no na condição de exclusão social.

Em relação aos jovens entrevistados, é imprescindível considerar que se trata do início da juventude, que, para o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA no Brasil, entre 15 e 17 anos é ser adolescente. Para tal, jovens nessa idade só têm permissão para trabalhar na condição de aprendiz, de acordo com a Lei Nº 10.097, de 19 de

dezembro de 2000, que “considera aprendiz o trabalhador menor de 18 e maior de 14 anos, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho” (BRASIL, 1990).

Assim, obedecendo-se os princípios que regem o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho que consta no capítulo V do ECA: “I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; III - horário especial para o exercício das atividades” (BRASIL, 1990), entendendo, assim, que só é permitido o trabalho para jovens entre 15 e 17 anos desde que não comprometa a atividade escolar e que não ocorra jornada de trabalho noturna e nem em condições deletérias. Além disso, deve ser assegurado para esses jovens os direitos trabalhistas e previdenciários.

Tal regulamentação é atenta ao ideal para jovens nessa faixa etária, considerando que preconiza que conciliem estudo com trabalho, dediquem mais do seu tempo para sua formação, para não ser prejudicada. Entretanto, jovens que pertencem à classe popular com menor renda per capita, como é o caso dos jovens deste estudo, tendem a ter necessidade de encontrar um emprego para auxiliar nas despesas básicas da família. Tal abordagem pode ser analisada na fala de duas jovens, “*prá pôr comida na mesa...prá ajudar minha família, ajudar dentro de casa...*” (Sabrina, 16 anos, 2016), assim como a jovem Talia, ela expressa, “*se for só a mãe e o pai pra bancar a casa, em sete irmãos não é fácil. Então, trabalhar, ia ajudar muito*” (Talia, 17 anos, 2016).

Além de contribuir com as despesas da família, outro fator que incentiva o jovem a trabalhar é o desejo de autonomia, em especial em relação ao plano das relações familiares. Esse aspecto ficou evidente no momento em que os jovens significaram o trabalho:

*Trabalho tem que ter um pouco de responsabilidade, por que a gente precisa do trabalho né.... O dinheiro ia ser meu, eu ia poder comprar algumas coisas que o meu pai e a minha mãe não podem comprar (Dora, 16 anos, 2016).*

*...é importante, por que a gente não quer só ficar dependendo dos pais, pra compra o que a gente quer (Junior, 17 anos, 2016).*

*Prá ganhar dinheiro né... Pra ter minhas coisas né. Pra, que nem eu disse, não estar dependendo mais da minha mãe, prá compra as coisa tudo que eu quero né (Valdir, 16 anos, 2016).*

*Vai contribui bastante, por que agora meus dois irmãos trabalhando, prá mim ter minhas coisas sabe. Que nem a gente sempre tem que estar pedindo dinheiro prá mãe (Elto, 15 anos, 2016).*

*Prá ajudar a fazer minha carteira de motorista, quero fazer meus cursos e o trabalho ajuda nisso (Andy, 17 anos, 2016).*

Frente à necessidade de ajudar a família e o desejo de autonomia, é necessário reconhecer que uma série de aspectos de vulnerabilidade podem apresentar-se a esses jovens. Para Vignoli (2001), além de ser uma entrada precoce, o mercado de trabalho pode implicar um futuro de incerteza e insegurança, visto que os melhores empregos, com melhores remunerações, têm como pré-requisito um período maior de preparação, que inclui mais tempo na escola. Com menos tempo de estudo e de experiência, os jovens são desvalorizados pelos empregadores que oferecem condições de trabalho com menor remuneração, com menor segurança e, muitas vezes, em condição informal.

Foi percebida, a ocupação em emprego informal vivenciada por dois dos jovens entrevistados, *“tipo eu já trabalhei frio, mas não carteira assinada. Eu trabalhava tipo com negócio de fazer porta, essas coisas assim. Tinha 14 anos”* (Elto, 15 anos, 2016), enquanto Junior revelou: *“já, já trabalhei uma vez, tipo não carteira assinada, numa fábrica de ferro...tinha 15 anos”* (Junior, 17 anos, 2016). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a taxa de informalidade entre os jovens de 15 e 17 anos no Brasil é muito alta, quando comparada a de jovens entre 18 e 29 anos (OIT, 2015).

Como os jovens de 15 a 17 anos têm uma legislação que regulamenta a sua inserção no mundo do trabalho, colocando restrições à sua contratação, quando buscam formas alternativas de inserção laboral, alguns relativizam a informalidade por considerá-la um período com características peculiares, tido como um tempo de formação e preparação para a entrada no mercado formal de trabalho. Porém, a existência de trabalho informal indica uma dificuldade de inserção no primeiro emprego, o que demanda, por parte das políticas públicas, mais empenho e investimentos que oportunizem e deem suporte para estes jovens estarem se preparando para uma inserção digna em suas atividades laborais.

Pode-se perceber pela percepção de alguns jovens, em especial os que residem no bairro São João, que o local onde residem é um limitador no momento que buscam acessar um emprego. Esse aspecto atinge os jovens de maneira a distanciá-los de conseguir um emprego, principalmente, o primeiro. Os jovens explicam e exemplificam com as seguintes falas:

*...eu entro na porta já perguntam de onde eu sou e, para não mentir digo que sou do São João. Daí eles dizem que vão ligar, mas nunca ligam. Eu acho que o bairro é falado, mas tem bastante gente boa, mas tem gente que acha que é favela, mas tem bastante gente boa né? E as maçãs podres também né? Mas eu acho assim que eu não acho trabalho porque moro aqui, tenho certeza que se eu falasse que morava no Planalto já estava trabalhando (Raíssa, 15 anos, 2016).*

*...vou dar uma situação que eu fui lá no mercado, comecei a conversar com a mulher, falou que tinha a vaga, ía tentar me encaixar em uma e daí tava quase dando certo. Daí ela pediu que bairro que eu morava por último, aí eu falei que morava no bairro São João. Daí ela começou: “pois é, então, como eu estava te falando, não tenho vaga no momento, daí tem que esperar prá ver o teu currículo pra nos analisar” e, eu acho que o bairro não tem nada a ver, porque tem bairro que é bem mais pior do que esse (Andy, 17 anos, 2016).*

*É bem dificultoso hoje em dia a gente, por menor aprendiz, conseguir um trabalho, né. Porque, exemplo, para conseguir trabalho num supermercado é difícil, em qualquer lugar é bem difícil. Outra, o lugar que você mora também é bem difícil. Eu já fui em busca de trabalho, e uma das dificuldades que eu encontrei foi na hora que eles pediram onde eu morava, e eu relatei que eu morava no bairro São João. Eu senti meio que um preconceito pelo lugar onde eu morava, por que eu tava fazendo normalmente a entrevista. Aí quando a mulher me perguntou isso, eu respondi que eu morava no bairro São João e ela perdeu totalmente o interesse, deu pra perceber que ela perdeu o interesse. Eu simplesmente não consegui o trabalho por eu morar aqui (Sabrina, 16 anos, 2016).*

No estudo “Cultivando vidas, desarmando violências: experiência em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza”, Castro (2001) destaca, em seu estudo, que determinados bairros, tidos como violentos, levam a exclusões imediatas, fechando também a possibilidade de trabalho. Para ele, a distinção entre ser honesto ou marginal é simplificada e está relacionada ao local de moradia, de maneira que uma sociedade excludente classifica os pobres como marginais.

Soma-se a discriminação em relação ao local onde moram, a exigência de experiência, essa pontuada pela jovem Talita (2016) “...porque tem lugar que só pega se tiver experiência, e às vezes se falar que mora no bairro São João, também não pegam, tem que dizer que mora em outro bairro como o Planalto”. A distância geográfica do bairro em relação aos espaços onde há as ofertas de trabalho no município também é um fator que diminui as chances dos jovens conseguirem um trabalho, o que assinalado pela jovem Sabrina (16 anos, 2016), que somou também a discriminação em relação ao local que reside, “Outra situação que eu também vivenciei, foi também, por...eu fui procura emprego numa empresa e eles

*simplesmente não quiseram me pegar, por eu morar no São João e porque seria a noite e aí não teriam como trazer e buscar até aqui no São João”.*

Assim sendo, percebe-se a discriminação pelos jovens residirem em comunidades periféricas. Observado por Dayrell (2005), pertencer a um local com características de periferia, faz com que o jovem vivencie esse ciclo da vida de forma precarizada, limitado ao acesso à educação e trabalho, recursos que possivelmente poderiam contribuir para a superação de vulnerabilidade social, garantindo autonomia e liberdade, mas, neste caso, criando um processo cíclico que, por morar na periferia, não consegue trabalho, fazendo com que tenha ainda menos condições de morar em algum local melhor estruturado e que propicie melhores condições para o jovem e a sua família.

Em outro caso, a insuficiente demanda para certos serviços ofertados e a grande demanda de jovens concorrendo pela vaga, foi destacado como fatores que possivelmente impediram a inserção de uma jovem no mercado de trabalho. Esse foi o caso posto pela jovem Lê, que faz curso de inglês há seis anos e foi chamada para fazer entrevista em duas escolas para lecionar inglês. Entretanto, segundo ela, o motivo alegado para sua não contratação foi *“não ía contratar ninguém por enquanto, por que tem muito professor prá pouco aluno...”* aí a jovem concluiu com sua percepção *“acho que as vezes está tendo uma crise de poucas matriculas, ou ainda eles devem estar decidindo, por que tinha muita gente fazendo entrevista, né”* (Lê, 17 anos, 2016).

Diante desses aspectos, analisa-se que esses jovens são colocados em condições desfavoráveis, o que, muitas vezes, significa segmentar e gerar uma parcela de jovens com baixa qualificação e pouca experiência. Ainda pondera-se que essas dificuldades experimentadas pelos jovens para acessar o mercado de trabalho podem influenciar em suas expectativas em relação ao futuro, uma vez que encontram muitas dificuldades para acessar um dos recursos mais importantes para o enfrentamento de sua vulnerabilidade.

Vale analisar que a maioria dos jovens entrevistados é membro de famílias que, no momento, o responsável familiar está desempregado, trabalhando em emprego informal ou ocupa postos de trabalhos menos favorecidos, fatos que, possivelmente, retratam o valor da renda per capita que essas famílias apresentam, que são inferiores a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo vigente. Neste sentido, Pizarro (2001) considera que sem o trabalho, indivíduos e famílias, em específico as que residem em



áreas urbanas, ficam desprovidas do principal ativo para o enfrentamento de eventos adversos, uma vez que dispõem em especial de baixos recursos financeiros.

Tais características também foram observadas com o levantamento de dados no momento do estudo estatístico, para caracterizar o cenário desta pesquisa. Nota-se, assim, que a questão da família em vulnerabilidade social, característico das que se encontram fora do mercado de trabalho ou inseridas nele, mas em condições informais ou menos favoráveis, pode-se revelar como a face mais cruel da desigualdade econômica e social, atingindo de forma profunda toda sua dinâmica e estabelecendo uma luta desigual pela sobrevivência.

Para Castel (2009), boas oportunidades de trabalho oportunizam às pessoas a acessar bens sociais e melhores condições materiais de vida, construir uma trajetória profissional e ser reconhecida, fortalecer vínculos e inserir-se socialmente, ou seja, integrar-se à sociedade.

#### 5.4 Políticas públicas e a vulnerabilidade social dos jovens

Conforme observado na pesquisa, as fontes da vulnerabilidade social juvenil são diversas e , ainda, possuem íntima relação com a indisponibilidade de recursos para o enfrentamento de eventos adversos em sua vida cotidiana, sendo que necessitam intervenções que reconheçam a relevância e a complexidade do tema.

Assim, reitera-se a menção feita ao Estado como uma das instituições responsáveis para ofertar recursos que auxiliem os jovens a enfrent-las. Des’sa forma, através de políticas públicas, prevê-se que a oferta de meios de combate à vulnerabilidade social tanto do jovem, quanto de outros segmentos da população.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 no artigo 224 já previa a garantia de ações públicas articuladas para uma parte do segmento populacional jovem, aquele considerado jovem- adolescente com idade entre 12 e 18 anos: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Entretanto, vinte anos mais tarde, o Congresso Nacional promulgou a emenda 6511, que insere o jovem no capítulo da Constituição

---

11Emenda Constitucional Nº 65, De 13 de Julho de 2010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm) Acesso em 29 de junho de 2017.

Federal. A partir de então, o Capítulo VII, do Título VIII, da Constituição Federal passou a denominar-se “da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”.

Para a CEPAL (2000), a importância em desenvolver ações públicas para atender o jovem, em especial, os em vulnerabilidade social justifica-se por dois aspectos: de um lado, como receptores das ações que visem enfrentar a exclusão e a desigualdade social, por outro, como sujeitos estratégicos no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e democrática. O aceite desses aspectos viria ao encontro do enfrentamento de alguns modelos de políticas públicas com foco nos jovens, que, muitas vezes, mostram-se incompatíveis para o enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil.

Neste sentido, tal conflito refere-se ao caráter predominantemente assistencialista de algumas políticas que obedecem a uma prática de políticas sociais difundidas na década de 80, provocadas por medidas de ajuste estrutural agravaram ainda mais as condições sociais. O enfrentamento do aspecto assistencialista torna-se necessário na medida em que não valoriza e nem tão pouco promove a participação do jovem, essencial para a conquista de sua autonomia (CEPAL, 2000)

Com a criação do Projovem, em 2005, no cenário brasileiro, e sua reformulação, em 2007, desdobrando-o em quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo, reitera-se que a modalidade Projovem Adolescente, em um dos seus eixos estruturantes preconiza pela participação cidadã envolvendo os jovens que:

[...] para além da convivência social e do reconhecimento de direitos, visa o desenvolvimento de potencialidades dos jovens que resultem na sua participação crítica, protagônica, e transformadora na vida pública, no exercício de uma cidadania ativa, criadora de novos direitos, de novos espaços participativos e comprometidos com a democracia. (BRASIL, 2009, p. 27).

A pesquisa analisa que a participação cidadã do jovem quando da elaboração, implantação e controle de políticas públicas revela o que anseia para o seu projeto de vida e contribui para o exercício de seu protagonismo. Para Abramovay:

O protagonismo, juvenil é parte de um método de educação para a cidadania que prima pelo desenvolvimento de atividades em que o jovem ocupa uma

---

posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos. (ABRAMOVAY, 2002, p. 27)

Neste sentido, os conselhos<sup>12</sup> tornam-se espaços fomentadores da participação. A pesquisa, em contato com membros do Conselho Municipal da Juventude, observou que ele foi criado a aproximadamente seis anos e encontra-se em movimento para atuar frente as suas competências, sendo que duas conferências foram realizadas. Segundo um de seus membros, empenha-se para cumprir o que o conselho preconiza, em especial, “acompanhar, avaliar e fiscalizar a qualidade dos serviços prestados a juventude e, participar e colaborar na elaboração de planos, conferências e programas municipais ligados a juventude” (*sic*).

Além de primar pela participação, de acordo com Abramovay (2002, p. 68), enfrentar a vulnerabilidade social alude superar duas questões: a “ausência de uma percepção integrada sobre os problemas sociais e suas raízes multicausais” por grande parte das políticas sociais e a “questão da desarticulação entre as diversas instituições, que lidam com os problemas sociais e dos jovens”.

Dessa forma, para Abramovay, não primar pela participação, não dar atenção sobre como se lança percepções sobre os problemas sociais e a desarticulação entre instituições que lidam com eles propiciaria políticas públicas “incompletas” e “ineficientes”, além de provocar a competição entre elas.

Nesse contexto, as políticas públicas focadas nos jovens, para Rodriguez (2000), deveriam ser operadas considerando-os como atores estratégicos do desenvolvimento econômico, social e político de seus países; operar sobre uma base autêntica e de ampla concentração de esforços entre todos os atores e não exclusão entre eles; fortalecendo as redes institucionais existentes; baseadas numa profunda e extensa descentralização territorial e institucional, priorizando o plano local; respondendo adequadamente a diversidade de grupos juvenis, focalizando ações diferenciadas e específicas que respondam às particularidades existentes;

---

<sup>12</sup>Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal) São canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. Disponível em <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlSocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>> Acesso em 03 de julho de 2017.

promovendo uma extensa participação dos jovens em sua elaboração, execução e ampliação efetiva; considerando claramente as questões de gênero, ofertando igual oportunidade para homens e mulheres jovens; sensibilizando os demais segmentos da sociedade sobre a relevância da temática, mostrando que a exclusão juvenil é um obstáculo no conjunto da sociedade; apreendendo coletivamente com o trabalho de todos, fomentando experiências e capacitações de recursos humanos; e, para que todos os critérios anteriores sejam viáveis, as políticas públicas deveriam definir com precisão e consensualmente uma efetiva distribuição de papéis e funções entre os diferentes atores institucionais envolvidos.

Para Rodriguez (2000), quatro áreas temáticas podem ser um guia possível e de prioridade para as políticas públicas para jovens: investimento em educação e saúde como chave para a formação de capital humano; fomentar a integração social, como chave para a adequada emancipação juvenil; incentivar a prevenção da violência juvenil, como chave para a convivência pacífica e fomentar a participação cidadã, como chave do fortalecimento democrático. Isso definido, o autor ainda pontua dois aspectos que considera como principais para elaborar as políticas públicas para jovens, ou seja, uma distribuição combinada de funções e a modernização da gestão propriamente dita.

Assim, além dos avanços no combate à pobreza e em cada dimensão específica de bem-estar, toda política tem que estar posta a promover a integração dos adolescentes e jovens na sociedade tomando especialmente em conta os problemas de segmentação em todo o tipo de serviços, tanto em educação e saúde, como os vinculados à recreação e lazer. Expresso de outra forma, as políticas setoriais devem incorporar como uma matriz sempre presente no desenho e a execução de suas ações, a preocupação pelo segmento populacional dos jovens.

Nesse sentido, é percebido que seria importante a política pública necessariamente perpassar por cada uma das dimensões tratadas nesta pesquisa, de forma a dar suporte ao jovem, suas famílias e comunidade, para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Do aporte teórico mobilizado, conclui-se que a vulnerabilidade social, com especial referência aos jovens, emerge de aspectos relacionados a três dimensões:

vital, institucional e social. O enfoque é flexível, pois as dimensões definem-se a partir de aspectos relacionados a ativos físico, humano, financeiro, social, bem como permite combinar com diferentes segmentos, alguns com ênfase na Família, outros no Estado, Mercado e Sociedade. Conclui-se, assim, que são diversas as fontes de vulnerabilidade social juvenil e que estão intimamente conexas.

Esta pesquisa permitiu concluir que, mesmo um município onde o Índice de Desenvolvimento Humano: 0,782, como é o caso do município de Pato Branco, levando-o a ocupar a 4ª posição do Estado do Paraná, não o livra da presença de uma realidade que reflete várias facetas da vulnerabilidade social vivenciada por famílias com a presença de jovens, em especial do próprio jovem. São famílias vivendo com renda per capita menor que  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, onde o responsável familiar possui baixa escolaridade, encontra-se desempregado ou ocupando postos de trabalhos menos favorecidos. Também residem em bairros mais afastados do centro e em condições precárias de habitação.

É perceptível que essas famílias apresentaram características de escassos recursos materiais e simbólicos, o que infere estar expondo os seus membros sejam eles, crianças, jovens, idosos a situações de vulnerabilidade social. Logo, a família, que é considerada instituição social primeira, no provimento de recursos que oportunizam os seus membros a enfrentar situações adversas de bem-estar

Com relação à interface entre política de Assistência Social do município e a política para Juventude, pelo Projovem Adolescente, conclui-se que há uma coerência em relação ao atendimento ao público alvo, visto que os jovens que participam do programa são membros de famílias de baixa renda, incluídas no Cadúnico do município, beneficiárias do Programa Bolsa Família. Porém, essa contemplação é restrita, visto o número de jovens que participam e também considerando as demais demandas que podem estar sendo atendidas pelo programa.

Conclui-se que há uma fragilidade do trabalho em rede, inclusive na dinâmica interna da política de assistência Social. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social que é destinado a atender indivíduos e famílias com seus direitos violados, contemplando assim jovens da faixa etária entre 15 e 17 anos com medida socioeducativa, público para o Projovem Adolescente, eles não são referenciados. O que acontece é que nomes são passados somente para alimentar um sistema, que o município é obrigado a manter. Mas, na prática, esses jovens não participam do serviço, além de haver um público de jovens evadido da escola.

Diante dessa realidade, o que se pode sugerir à gestão da política de Assistência Social do município é que, possivelmente, precise rever as articulações que estão sendo realizadas entre os serviços de proteção social básica e especial, a fim de referenciar o público de jovens prioritários para o programa, bem como rever a estrutura física e humana que está sendo dispensada para tal.

A percepção construída pelos jovens em relação a questões relacionadas ao próprio ciclo de vida, família, educação, trabalho e política pública, revelou aspectos de vulnerabilidades sociais que os colocam em condições desfavoráveis. Conclui-se que a família, o local onde residem, o comportamento dos colegas na escola, as relações familiares, locais e atividades para lazer, gravidez na adolescência, apresentam fatores que fragilizam e dificultam a vida desses jovens, quanto a conseguir um trabalho, ter um rendimento na escola, ter uma boa convivência familiar e comunitária.

Concluiu-se que não houve considerável diferença entre as percepções dos jovens que participam e que não participam do Projovem. Aprecia-se que isso pode ter sido possível devido à maioria dos jovens residir em um mesmo bairro, onde vive similares condições estruturais, referente à área de lazer, acesso a saneamento básico e ser membros de famílias com escassos recursos financeiros.

Ainda observou-se que os jovens participantes do serviço socioeducativo residem todos no bairro onde está localizado o espaço físico do CRAS. Dessa forma, considera-se que a realização das atividades nessa localização está dificultando o acesso dos jovens de outros bairros de abrangência do CRAS. Entretanto, o programa e/ou as instituições envolvidas não disponibilizam recursos para que jovens de outros bairros possam estar acessando as atividades do Projovem Adolescente e até mesmo de outras atividades do CRAS, revelando, assim, uma fragilidade em sua estrutura.

Além disso, percebeu-se que os jovens que residem em outros bairros de abrangência do CRAS, que não o bairro onde está localizado a estrutura física, declaram não conhecer o Projovem. Assim, também, pode-se considerar que a falta de conhecimento pode ser um limitador de acesso ao serviço, questão que poderia ser diminuída com a melhor divulgação das atividades do CRAS.

A localização do CRAS é em um bairro periférico, estando, assim, de acordo com as orientações técnicas para sua implantação, no entanto, a dificuldade de acesso que a população de seu entorno tem para chegar até ele pode potencializar ainda mais vulnerabilidades sociais existentes em sua área de abrangência.

Conclui-se que prevenir ou oferecer recursos para os jovens ou qualquer outro segmento populacional ainda são os únicos meios para enfrentar os vários aspectos relacionados à vulnerabilidade social. Dessa forma, podem ser promovidos, em especial, pela política pública mecanismos que atendam aos jovens em suas fragilidades, de suas famílias e da comunidade. Oportunizando-lhes usufruir de espaços e atividades de lazer, melhores condições de infraestrutura como saneamento básico, educação de qualidade, segurança, oferta de cursos de capacitação e orientação para o trabalho, bem como sobre planejamento familiar.

De outra forma, conclui-se que o espaço do CRAS através do serviço socioeducativo Projovem Adolescente é uma política pública que deve ofertar ações relacionadas a tais serviços, com vistas a prevenir a vulnerabilidade social ou ser um suporte no enfrentamento delas.

Cabe ponderar que essa temática é um amplo campo de pesquisa, com possibilidades de aprofundamento de dados aqui elencados. É imprescindível reconhecer a multidimensionalidade de elementos que possibilitam analisar e discutir a vulnerabilidade social relacionada ao jovem, o que, conseqüentemente, exige um aperfeiçoamento do conhecimento que se tem sobre os vários aspectos intimamente relacionados ao contexto onde estão inseridos, pois, a vulnerabilidade social tem sido uma temática essencial para a operacionalização das políticas públicas

Por fim, conclui-se que esta pesquisa ainda é preliminar, visto ser a primeira desse cunho para o PPGDR e também que contempla o tema da vulnerabilidade social com referência a jovens do município de Pato Branco – PR. Seria importante ampliar a discussão, envolvendo jovens do Projovem Adolescente do CRAS da região Sul do município, bem como demais regiões do âmbito urbano e rural do município, ampliar para a idade de jovens até 29 anos e analisar outros indicadores de vulnerabilidade social juvenil.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: FREITAS, M. V. (co-ord.) Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo, Ação Educativa, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. 2002.

ADORNO, R. C. F. **Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: AAPCS –Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

AMANTE, Lúcia; et. al. **Jovens e processos de construção de identidade na rede: O caso do Facebook**. Lisboa: Revista Educação, Formação e Tecnologia, 2014. Disponível em: <<http://eft.educom.pt/index.php/eft/article/viewFile/414/202>>. Acesso em: 25 de abril de 2017

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

ARRIAGADA, C. (2000): **Pobreza en América Latina: nuevos escenarios y desafíos de políticas para el hábitat urbano**. Serie Medio ambiente y desarrollo, N° 27, LC/L.1429-P, Santiago de Chile. Publicación de las Naciones Unidas, N° de venta: S.00.II.G.107.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BINSTOCK, Georgina. **Fecundidad y Maternidad Adolescente en el Cono Sur: Apuntes para la Construcción de una Agenda Común**. 2016; UNFPA.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra**. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 113.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Educação e realidade, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc). **Perfil das Famílias do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. 2013.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Projeto de Programa PROJOVEM. Brasília DF: Presidência da República/Secretaria Nacional de Inclusão de Jovens, 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12920-projovem-programa-nacional-de-inclusao-de-jovens>> . Acesso em 13 de Abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. **Decreto Nº 6135, de 26 de junho de 2007**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm#art14](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm#art14). Acesso em: 11 de Fevereiro de 2016.



\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc). **Cadastro Único para Programas Sociais. Manual do Entrevistador**. 2011. 3ª Edição

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadstrounico>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. **Adolescência, Juventude e socioeducativo: concepções e fundamentos**. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/sou-gestor-de-assistencia-social/projovem-adolescente/cadernos-projovem-adolescente/Adolescencias->> Acesso em: 25 de Jul de 2015.

CASSAB, Maria Aparecida T. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

CASTEL, Robert. De la exclusión como estado a la vulnerabilidad como proceso. Arquiélagos, Barcelona, n. 21, 1995.

\_\_\_\_\_. Robert. **La montée des incertitudes**. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

\_\_\_\_\_. Robert. Los Riesgos De Exclusión Social En Un Contexto De Incertidumbre. **Revista Internacional de Sociología (RIS)** Procesos de exclusión social en un contexto de incertidumbre. Vol. 72, extra 1, 15-24, junio 2014. Disponível em: <<http://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/viewFile/584/610>> Acesso em: 21/12/2016

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Jovens em Situação de Pobreza, Vulnerabilidades Sociais e Violências**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002. p. 143-176. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14402.pdf>> . Acesso em: 08/02/2017.

CELADE/BID (Centro Latinoamericano de Demografía/Banco Interamericano de Desarrollo). **Juventud, Población y Desarrollo en América Latina y el Caribe: Problemas, Oportunidades y desafíos**". (LC/G.2113-P), Santiago de Chile. 2000

CEPAL, **Equidad, desarrollo y ciudadanía en América Latina**, Santiago, 2000

CEPAL/CELADE (2000), **Juventud, población y desarrollo: problemas, posibilidades y desafíos**, Santiago de Chile, LC/L.1424-P.

CORTI, A. P.; SOUZA, R. **Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para Educadores**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

DAYRELL, Juarez. **Juventude, grupos culturais e sociabilidade**: comunicação, solidariedade e democracia. Jovens: Revista de Estudos sobre Juventud. México, DF: ano 9, nº 2, p. 314 – 331, jan-jul, 2005.

FILGUEIRA, Carlos Henrique. **Estructura de Oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes**. In. Seminario Vulnerabilidad, Santiago de Chile: CEPAL. 2001

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FRASCHETTI, A. O mundo romano. In: LEVI, G.; SCHMITT, J.-C. (Orgs.). **História dos jovens**. Trad. de C. Marcondes, N. Moulin, P. Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 1, p. 59-95.

FREUND, John E. **Estatística Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade**. Tradução: Claus Ivo Doering, Professor Titular do Instituto de Matemática da UFRGS. Bookman. Porto Alegre, 2006, 1ª Edição. Disponível em: <https://books.google.com.br?id=-> Acesso em: 21 de fevereiro de 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROPPO, Luis Antonio. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas**. Revista de Educação do Cogeime. Ano 13 - nº 25, p. 9 – 22. 2004. Disponível em: <<http://www.cogeime.org.br/revista/cap0125.pdf>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2015.

GUARESCHI, P. A (1992) **Emergência da consciência ética**. Em: P. Guareschi e L.C Suzin (Ed.), Consciência Moral Emergente. Aparecida, São Paulo: Santuário.

HAIR, Joseph F. **Análise multivariada de dados**. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411850>. Acesso em: 14 de junho de 2015

\_\_\_\_\_. **Síntese dos indicadores sociais 2014. Tabelas**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicador\\_esminimos/sinteseindicsoais2014/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicador_esminimos/sinteseindicsoais2014/default.shtm). Acesso em 11/07/2016. Acesso em 13 de abril de 2017.

IPEA et al. (Org.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, 303p.

JOHNSON, R Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony J. Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come Educational Researcher; Oct 2004; 33, 7; ProQuest pg. 14

KAZTAMN, Rubens. **Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social**, en BID-Banco Mundial-CEPAL-IDEA, 5º Taller Regional. La medición de la pobreza: métodos

y aplicaciones (continuación), Aguascalientes, 6 al 8 de junio de 2000, Santiago de Chile, CEPAL, p. 275-301. LC/R.2026.

KAZTMAN, Rubens. ET AL. **Activos y Estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay.** Montevideo, CEPAL. 1999

LEECH, Nancy L.; ONWUEGBUZIE, Anthony J. A typology of mixed methods research designs. **Quality & quantity**, v. 43, n. 2, p. 265-275, 2009.

LEVI, Giovanni; SCHIMITT, Jean-Claude (Org.). **História dos Jovens.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOSACCO, Silvia. **O Jovem e o Contexto Familiar.** In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais.** Tradução de Angelina. Revista Brasileira de Educação Nº5-6. 1997. São Paulo: ANPED.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cadernos de Saúde Pública, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine R.; SANTOS, Silvana M. de M. e MIOTO, Regina C. T. (Org.). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOSER, Carolina. **The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies.** World Development 26(2). 1998. p. 1–19.

NOVAES, Regina. Vannuchi, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004, 304 pp.

OIT Brasil. **Mulheres no trabalho: tendências 2016 - sumário.** Genebra: OIT, 2016. 13p. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dco/mm/--publ/documents/publication/wcms\\_457096.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dco/mm/--publ/documents/publication/wcms_457096.pdf). Acesso em 13 de abril de 2017.

OIT. **Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho Brasileiro : Evolução E Desigualdades No Período 2006-2013 /** Carlos Henrique L. Corseuil, Maíra A. P. Franca ; - Brasília: OIT, 2015.

PASTORINI, Alejandra. **Quem Mexe nos fios das políticas sociais?** Avanços e limites da categoria “concessão – conquista”. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 53, São Paulo: Cortez, 1997.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In organizadoras: Boschetti,

I. Behring, E.R. Santos, S. M. de M. dos. Mioto, R, C. T. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIZARRO, Roberto. **La vulnerabilidade social y sus desafios: una mirada desde América Latina. Santiago de Chile:** CEPAL, 2001. (Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos, n.6). Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2001/S0102116.pdf>>. Acesso em 28 de Jul 2015.

PNUD. **Mulher recebe menos em todos os países.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1998>, Publicado em 6/2/2009. Acesso em 13 de abril de 2017.

RODRIGUEZ, Ernesto. **Políticas públicas de juventuden América Latina: desafios y prioridades a comienzos de unnuevosiglo.** In: BID. Seminariolarenovacióndel capital humano y social: laimportancia estratégica de invertireneldesarrollo y laparticipación de losjóvenes. Washington: BID, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada** (Inequalityreexamined, 1992). Tradução Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SILVA, Enild Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologia, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: 2009. p. 13-56

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, n. 54, p. 114-139, 2004.

SPOSITO, Marília. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventudeeescola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

SPOSITO, Marília. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas**SPOSITO, Marília.; CARRANO, Paulo Cesar. **Juventude e políticas públicas.** Revista Brasileira de Educação, n. 24, set./dez. 2003.

TORRES, Anália. BARROS, Henrique. (coordenadores) **Reproduzir ou Contrariar o Destino Social?** Estudo Longitudinal de Uma Geração Nascida nos Anos 90 do Século XX em Portugal. Síntese dos Resultados. Bárbara Barbosa Neves, Diana Carvalho, Diana Maciel, Elisabete Ramos, Fátima Assunção, Fernando Serra, Helena Sant'ana, Lara Tavares, Rui Brites e Vitória Mourão. Disponível em [Http://Asset.Youoncdn.Com/Ab296ab30c207ac641882479782c6c34/7c9dfef8a7104be18f31f947f05cbb1f.Pdf](http://Asset.Youoncdn.Com/Ab296ab30c207ac641882479782c6c34/7c9dfef8a7104be18f31f947f05cbb1f.Pdf) Acesso Em 20 de Junho De 2017.

VIGNOLI, Jorge, Rodriguez. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a losjóvenes**. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n.17).

WAISELFISZ, J.J. **Prévia do “Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil”**. Flacso, 2014 retrato da situação e evolução da mortalidade violenta no país de 1980 a 2012. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014\\_jovens.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014_jovens.php). Acesso em: 27 de dezembro 2016.

WILLIAMS, Barry Nagle Nichelle. **Methodology Brief: Introduction to Focus Groups**. Center for Assessment, Planning and Accountability's – CAPA. Disponível em: <http://www.uncfsp.org/projects/userfiles/file/focusgroupbrief.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

## APÊNDICES

**APÊNDICE I**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O**  
**RESPONSÁVEL PELO JOVEM**

Título da pesquisa: Vulnerabilidade Social Juvenil: uma análise a partir do Projovem Adolescente no município de Pato Branco – PR

Pesquisadora: Taciana Ferron

Endereço: Via do Conhecimento KM 1 - CEP: 85503-390 - Pato Branco - PR

Fone: (46) 99177473 - E-mail: [taciferron@hotmail.com](mailto:taciferron@hotmail.com)

Pesquisadora: D<sup>ra</sup> Norma Kiyota IAPAR - Instituto Agronômico do Paraná URP Sudoeste - Pato Branco Rodovia BR 158, N° 5517, Caixa Postal 510 CEP 85501-970 Pato Branco - Paraná - Brasil Fone/Fax: 46 3122-6103/3213-1140/3213-1170 [www.iapar.br](http://www.iapar.br)

Local de Realização da Pesquisa: Secretaria Municipal de Assistência Social – Pato Branco – PR - Endereço: Rua Teóphilo Augusto Loiola, 264, Bairro Sambugaro – Pato Branco - PR CEP: 85502-480 - Pato Branco - PR - Fone: (46) 3225-5544-

E-mail: [sec@patobranco.pr.gov.br](mailto:sec@patobranco.pr.gov.br)

**A) INFORMAÇÕES AO RESPONSÁVEL PELO JOVEM**

O jovem \_\_\_\_\_, sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a), como voluntário (a), a participar da pesquisa intitulada, Vulnerabilidade Social Juvenil: uma análise a partir de jovens do Projovem Adolescente do município de Pato Branco – PR. O jovem sob sua responsabilidade será convidado de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

1. Apresentação da pesquisa: Esta pesquisa está sendo feita para aprofundar e ampliar a discussão sobre as vulnerabilidades sociais que interferem na vida dos jovens. Os resultados da pesquisa poderão ser utilizados para elaboração e implementação de políticas públicas para os jovens.

2. Objetivos da pesquisa: O objetivo desta pesquisa, é analisar a percepção do jovem sobre vulnerabilidades sociais presente em sua trajetória de vida, referentes ao ciclo de vida, a família, escola, trabalho, lazer, local de moradia, e outros que possam ser trazidos pelo mesmo.

3. Participação na pesquisa: O jovem sob sua responsabilidade será entrevistado sobre escola, trabalho, lazer, local de moradia, políticas públicas. A entrevista será gravada em áudio e terá duração de aproximadamente duas horas.

4. Confidencialidade: Os dados fornecidos pelo jovem serão utilizados apenas para a finalidade da pesquisa. Apenas as pesquisadoras terão acesso ao mesmo. Em eventual divulgação dos resultados não serão utilizados os nomes ou qualquer outro dado que possa identificá-los.

**5. Riscos e Benefícios**

5a) Riscos: o risco na participação na pesquisa é mínima, podendo em algum momento o jovem sentir algum desconforto, por falar de questões pessoais.



5b) Benefícios: o jovem não terá nenhum benefício direto ao participar da pesquisa. No entanto, os resultados da pesquisa poderão contribuir para melhoria de políticas públicas para os jovens.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: Jovens entre 15 e 17 anos, cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais - CADÚNICO do município de Pato Branco - PR.

6b) Exclusão: Jovens cujos cadastros não estejam atualizados no período de 11 de março de 2014 à 11 de março de 2016.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo: O jovem participante da pesquisa tem os direitos de: deixar o estudo a qualquer momento e de receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa. Bem como, evidenciar a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento sem penalização. Se for de seu interesse você pode escolher receber ou não o resultado desta pesquisa :

quero receber os resultados da pesquisa (e-mail para envio : \_\_\_\_\_)

não quero receber os resultados da pesquisa

8. Ressarcimento e indenização: A participação na pesquisa não envolve despesas para o jovem. No entanto, ele será devidamente ressarcido, caso tenha despesas comprovadamente feitas por ele ou responsável em função da participação na pesquisa, bem como indenizado por qualquer dano que tenha sofrido por participar do estudo.

#### ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que estão trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4494, e-mail: [coep@utfpr.edu.br](mailto:coep@utfpr.edu.br)

#### CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas dúvidas da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente autorizar a participação do jovem sob minha responsabilidade a participar deste estudo. Estou consciente que ele pode deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Permito que os pesquisadores relacionados neste documento obtenham fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional.



Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao Estudo e sob sua guarda.

Nome completo: \_\_\_\_\_ Data Nasc. \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Pesquisadora \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_  
NOME: Taciana Ferron

Para todas as questões relativas a pesquisa ou para se retirar da mesma, você pode se comunicar com Taciana Ferron, e-mail taciferron@hotmail.com, ou pelos telefones: 46-32206059 e 46-99177473.

OBS: Este documento contém duas vias iguais, assinadas, sendo uma pertencente ao responsável legal do jovem e outra a pesquisadora.

## APÊNDICE II

### TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO DO JOVEM

Título do Projeto: Vulnerabilidade Social Juvenil: uma análise a partir de jovens do Projovem Adolescente no município de Pato Branco – PR

Pesquisadora: Taciana Ferron

Endereço: Via do Conhecimento KM 1 - CEP: 85503-390 - Pato Branco – PR –

Fone: (46) 99177473 - E-mail: [taciferron@hotmail.com](mailto:taciferron@hotmail.com)

Pesquisadora: D<sup>ª</sup> Norma Kiyota - IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná - URP Sudoeste - Pato Branco - Rodovia BR 158, N° 5517, Caixa Postal 510 - CEP 85501-970 - Pato Branco - Paraná - Brasil - Fone/Fax: 46 3122-6103/3213-1140/3213-1170 [www.iapar.br](http://www.iapar.br)

Local de Realização da Pesquisa: Secretaria Municipal de Assistência Social – Pato Branco – PR - Endereço: Rua Teóphilo Augusto Loiola, 264, Bairro Sambugaro – Pato Branco – PR - CEP: 85502-480 - Pato Branco - PR - Fone: (46) 3225-5544- E-mail: [sec@patobranco.pr.gov.br](mailto:sec@patobranco.pr.gov.br)

O que significa assentimento?

O assentimento significa que você concorda em fazer parte de um grupo de jovens, da sua faixa de idade, para participar de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer. Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, pode conter palavras que você não entenda. Por favor, peça para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa, com o objetivo de analisar a percepção do jovem sobre vulnerabilidades sociais presente em sua trajetória de vida, referentes ao seu próprio ciclo de vida, a família, escola, trabalho, lazer, local de moradia, e outros que possam ser trazidos por você.

A pesquisa será feita para levantar dados possíveis de serem utilizados para elaboração e implementação de política pública para jovens. Também, esta pesquisa esta sendo feita por acreditar que pode-se aprofundar a discussão sobre a temática da vulnerabilidade social que infere sobre a vida de jovens.

Esta pesquisa será feita considerando os seguintes procedimentos: esclarecimento para o entrevistado e seu responsável legal sobre o porquê desta pesquisa estar sendo realizada, consentimento do responsável legal do entrevistado através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, assinatura do termo de consentimento pelo jovem, e aplicação de entrevista semi-estruturada ao entrevistado sendo esta gravada em áudio.

Para participar desta pesquisa, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

No entanto, pode-se prever com essa pesquisa o possível risco de você se sentir desconfortável em algum momento da pesquisa, assim, caso isto ocorra, você não precisa responder a qualquer pergunta. De outra forma, haja qualquer prejuízo, serão seguidas as orientações que constam na Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Caso você aceite participar, a pesquisa envolverá a utilização de um aparelho gravador, e o tempo previsto para a entrevista é de duas horas. A sua participação é voluntária e caso você opte por não participar, não terá nenhum prejuízo ou represálias.

Contato para dúvidas:

Se você ou os responsáveis por você tiver dúvidas com relação ao estudo, vocês devem contatar a investigadora do estudo: Taciana Ferron, telefone fixo número: 46-32206059 e celular 46-99177473. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como um participante de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O CEP é constituído por um grupo de profissionais de diversas áreas, com conhecimentos científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada da pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos.

#### **DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO DO SUJEITO DA PESQUISA:**

Eu li e discuti com o pesquisador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar, e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores relacionados neste documento obtenham fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional.

Eu, concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. As gravações em áudio ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Eu entendi a informação apresentada neste TERMO DE ASSENTIMENTO. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas.

Eu receberei uma cópia assinada e datada deste Documento DE ASSENTIMENTO INFORMADO.

---

NOME DO JOVEM ASSINATURA DATA

---

NOME DA PESQUISADORA ASSINATURA DATA

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR) REITORIA: Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4494, e-mail: [coep@utfpr.edu.br](mailto:coep@utfpr.edu.br)

## **APÊNDICE III ROTEIRO PARA ENTREVISTA**

### **SER JOVEM**

- Me fale sobre você... Como foi a sua infância? Lembranças boas, dificuldades...O que muda da infância para a adolescência?
- Como é ser Jovem para você? Trajetória de vida deles ....
- Você acha que há diferenças entre ser jovem do sexo feminino e do masculino? A vida é mais fácil para os jovens homens ou para jovens mulheres? Por quê?
- Como você descreve as situações que envolvem a questão da etnia e os jovens? Em algum momento você já vivenciou alguma situação que envolvesse questões de etnia, ou presenciou de alguém próximo? Como foi?
- Como você vê a questão da vida sexual e reprodutiva nessa fase de vida? (Namoro, casamento, sexo, gravidez, DST...)
- Tem namorada ou namorado? Qual a sua opinião sobre esta questão? É bom/ruim? Quais são as 'coisas' boas? E as dificuldades?
- Como toma as decisões sobre dinheiro, estudo, trabalho, etc? O que leva em consideração? Costuma decidir sozinho ou troca ideias com a família, amigos, profissionais?

### **Projeto de vida**

- Qual é o seu sonho? O que você gostaria de ser/fazer/ter?
- Como você se vê no futuro em relação a sua família, amizades, escola, trabalho...

### **FAMÍLIA**

- Fale um pouco sobre sua família...Como ela é composta? Todos moram com você?
- Como é seu relacionamento com ela? Com quem conversa mais? E menos? Por que?
- Me fale sobre o seu ambiente familiar, conflitos, diálogos, violência, harmonia... Se sente seguro em relação a família?
- Na sua relação com a família, você gostaria que mudasse alguma coisa? O que? De que forma?
- Como sua família participa da sua vida....
- Por você ser menino (a) você percebe diferença de como a família te trata? (limites para sair de casa, sobre o que pode ou não fazer)
- O que a família significa para você?

**LAZER**

- Como você ocupa seu dia? Me fale sobre sua rotina (escola, amigos, família, cursos, namoro, bairro...)
- O que você gosta de fazer?
- Em relação as suas atividades de lazer, o que faz e com quem?
- O que é ofertado no local que você mora para lazer? O bairro oferece condições? Quais as dificuldades?

**AMIZADES**

- Quem são os seus amigos? Pessoal da escola, vizinhos, colegas de trabalho... Onde você os conheceu?
- Qual a idade de seus amigos? Como você vê o comportamento deles?
- Como você estima suas amizades? Que valores considera que eles tem que ter para serem seus amigos?
- Como é sua convivência com os amigos? Você os considera que são exemplos para você? Eles se envolvem alguma ação ilícita? Como você vê isso?
- Qual a sua opinião em relação ao comportamento de pessoas da comunidade que não são seus amigos.
- Você sente pressão dos amigos para namorar, ficar, transar....

**LOCAL DE MORADIA**

- Você gosta da sua casa? O que você mudaria nela?
- Como é morar neste bairro?
- Você transita por outros bairros, locais da cidade?
- O que o bairro tem de bom? O que tem de ruim ou você não gosta?
- O que você pensa sobre a violência que acontece de um modo geral?
- Para você quais os principais problemas que atingem os jovens aqui no bairro?
- As drogas são consideradas problema aqui?
- Como é o tráfico aqui onde você mora?
- Você vê pessoas vendendo drogas? Consumindo?
- Você conhece drogas? Quais? Como conheceu?

**EDUCAÇÃO**

- Você estuda? Se sim, em que série? Se não, até qual série estudou? por que não está estudando?
- Já mudou de escola alguma vez? Se sim, qual foi o motivo?

- Qual o significado que a escola tem para você, para que ela serve? Gosta de estudar?
- Como é o seu relacionamento com os professores e colegas da escola?
- Como é a escola você frequenta? Você se sente envolvido por ela?
- E os professores? Como atuam?
- Do que mais gosta e de que menos gosta na Escola? Por quê?
- O que gostaria que fosse diferente na Escola? Por que?
- Sua família o apoia e incentiva a estudar?
- Qual a sua opinião sobre o sistema de cotas? Você conhece pessoas que se beneficiaram? Como foi?
- Quais são suas expectativas em relação a escola?

### **TRABALHO**

- Todos na sua casa estão empregados? Se não, por que? Se sim, gostam do que fazem?
- Para você qual o significado de trabalho? Para que serve?
- Já procurou por um primeiro trabalho? Como e onde?
- Qual a importância que o trabalho tem para sua vida?
- Por que você gostaria de trabalhar? Que benefícios o trabalho traria para sua vida e de sua família?
- Percepções sobre dificuldades/facilidades para encontrar trabalho e mecanismos acionados para resolvê-los (capacitação)
- Quais são suas expectativas em relação ao mercado de trabalho?

### **POLÍTICA PÚBLICA**

- Como você compreende os direitos e de deveres dos jovens na atualidade?
- O que pensa sobre o papel da política pública
- Quais são os seus sonhos? Como busca concretizá-los?
- Em que medida a política pública pode contribuir para a realização desses sonhos?
- Que políticas que você conhece e acha importante. Por que?
- Teria alguma proposta de política/programa para os jovens? Qual?
- O que acha do Projovem Adolescente? Por que participa ou não participa?